

História da Comunicação e dos Media / História de la Comunicación y de los Medios

A gênese da coluna social brasileira

TARCINEIDE MESQUITA

tarcimesquita@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Neste trabalho faz-se uma contextualização histórica da gênese das colunas sociais, identificando o surgimento de seus formatos antecessores na imprensa moderna europeia, até chegar à tradição do jornalismo brasileiro, por meio da consolidação da crônica social de Jacinto de Thormes e do colunismo praticado por Ibrahim Sued. A recuperação histórica e social em que se desenvolveu o colunismo é importante para situar e apreender os elementos essenciais pertencentes a essa espécie jornalística.

Palavras-Chave: Coluna social; Jacinto de Thormes; jornalismo impresso; Ibrahim Sued

A história da crônica considerada “mundana”, que hoje comumente chamamos de coluna social coincide com a própria história da imprensa, considerando as modalidades primitivas de informação oral e manuscrita que, tempos depois (na Idade Moderna), transformaram-se em jornais.

O rumor, característica essencial dessa forma de jornalismo, é considerado o mais velho meio de comunicação do mundo (Kapferer, 1987, cit. em Rieffel, 2003). A circulação de rumores e “notícias” sobre acontecimentos gerais e comportamentos humanos certamente sempre existiu, muito em parte devido à necessidade de informação para organização da vida política e social, mas também em decorrência da inerente vontade de saber sobre o outro.

O estudo das origens da comunicação demonstra a importância da informação para a condução da vida diária, ao mesmo tempo em que fornece pistas para entendermos as maneiras de viver e pensar das sociedades, marcas essenciais de cultura.

Arnt (2005) observa logo no início de sua obra que por meio de rudimentares folhas manuscritas, escribas costumavam relatar dois tipos gerais de acontecimentos. O primeiro tipo eram os acontecimentos e fatos que tinham interferência direta na sociedade tais como guerras, assuntos políticos, cobranças de impostos, resultados de colheitas em regiões vizinhas ou distantes que ajudavam a prever abundância ou falta de alimentos. O segundo tipo de informação destacado pela autora forneciam fatos relacionados à vida social e cultural como os eventos associados aos nobres, reis, escândalos, crimes, narrativas literárias de amor, heroísmo e amizade.

Dentro do processo de proliferação de informações, o “noticiário social” consolida-se a partir de assuntos vinculados à nobreza, sobretudo, às festas e escândalos. Contudo, só podemos considerá-lo como um material jornalístico na Idade Moderna,

exatamente no século XVII, com o desenvolvimento da técnica de impressão e da criação dos jornais, graças à invenção de Johann Gutenberg dois séculos antes.

O JORNALISMO MUNDANO E A IMPRENSA MODERNA

O jornal enquanto meio representativo da imprensa moderna nasce no século XVII. Conforme Melo (1985), a ausência de periodicidade em si não foi uma contingência meramente tecnológica, mas um fenômeno político em decorrência da censura prévia em toda a Europa, nos séculos XV e XVI, imputada pelos Estados Nacionais, mas também pela Igreja.

O século XVII consagra o jornalismo, sobretudo, as atividades que se dedicam a dar visibilidade aos monarcas. Os jornais, na metade do século, começaram a surgir como publicações frequentes, sendo produtos de países como Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra.

Arnt (2005) destaca a produção francesa do período, afirmando aparecer aí o gênero jornalístico em que se debruça este trabalho. A autora examina as atividades dos *nouvellistes* (produtores de notícias¹), considerados os antecessores dos jornalistas por colher e transmitir informações, tanto de forma oral como escrita, através de debates em cafés ou praças públicas (assembleias), gazetas manuscritas e impressas.

Jornais franceses, como o *Mercure Galant*, traziam muitas informações sobre os próprios *nouvellistes* e o sistema de notícias que implantaram. O *Mercure Galant*², fundado em 1672, tem grande importância, por fazer referência aos *nouvellistes*, mas também por ter papel central na história do jornalismo mundano através da disseminação de notícias sobre moda, festas, etiqueta, bens de luxo, e sobre a vida na corte de Luís XIV.

Segundo Briggs e Burke (2006: 76), o *Mercure Galant* era dirigido a um público de escolaridade inferior, principalmente às mulheres. Além disso, era um jornal ilustrado que tomou a forma de uma carta escrita por uma senhora de Paris a outra do campo.

Naturalmente a carta dava notícias da Corte e da cidade, das peças recentes e da última moda em roupas e decoração interior; mas o *Mercure Galant* também tinha contos, principalmente de amor. Os leitores eram convidados a enviar versos e resolver quebra-cabeças, e publicavam-se os nomes e endereços daqueles que conseguiam resolvê-los, assim como os vencedores de competições de poesia. O jornal também incluía relatos, em geral elogiosos, das ações de Luís XIV e das vitórias de seu Exército, uma forma de propaganda pela qual o editor recebia polpuda pensão do governo.

Thompson (2008) destaca, além do *Mercure Galant* com periodicidade mensal, a *Gazette de France*, publicada duas vezes por semana, como espaços regulares de publicação das atividades do rei Luís XIV. Desde o advento de formas primitivas da

¹ Hérís Arnt salienta que o termo *nouvellistes*, no francês moderno, perdeu seu significado original de produtor e notícias (*nouvelles*), referindo-se atualmente a autores de literatura medieval, novelas de cavalaria etc.

² O *Mercure Galant* foi fundado pelo escritor e teatrólogo Jean Donneau de Visé. Seu nome faz referência ao deus Mercúrio, o mensageiro dos deuses. Arnt (2008: 9) assim o descreve: “tratava de assuntos mundanos: casamentos, festas, cerimônias e literatura”.

imprensa, membros das elites de governo sentiam a necessidade de divulgação de atividades diplomáticas e de formação de uma opinião para influenciar os rumos políticos. O objetivo era utilizar os meios de comunicação não somente como um veículo de promulgação de decretos oficiais, mas também como um meio de projetar uma imagem favorável dos reis, alcançando os súditos em lugares longínquos.

Os *nouvellistes* tinham um papel primordial na tarefa de dar visibilidade ao rei. De acordo com Arnt (2008), era costume entre os ricos e nobres dos séculos XVII e XVIII contratarem um *nouvelliste* para sua própria informação, ou para lerem e comentarem as notícias em reuniões sociais. Para a autora, tem origem daí, dessa relação de serviço, a gazeta *Muse Historique*, considerada a precursora da crônica social.

A *Muse Historique*, inicialmente manuscrita e depois impressa, era feita pelo *nouvelliste* do Parnaso, Jean Loret, especialmente para a duquesa Longueville. Essa gazeta era lida pelo próprio autor (em formato de carta) nas reuniões sociais promovidas pela duquesa com as damas da alta sociedade, costume típico da burguesia francesa do século XVII. Depois de lidas, as cartas eram copiadas e publicadas.

A *Muse Historique* era uma gazeta escrita em versos burlescos e pode ser considerada precursora de um gênero jornalístico, a **crônica mundana** de cidade. **Com variedades e assuntos da vida cotidiana**, o gênero emigra para os jornais parisienses. O fato mostra que essa modalidade de informação nasce com essas proto-formas jornalísticas. Loret fazia **comentários sobre os fatos políticos** da semana, os **acontecimentos literários**, os **rumores populares sobre a vida na corte**. A gazeta saiu regularmente durante 15 anos. Era tão **bem feita** que gerou muita curiosidade, sendo copiada e vendida. Foram encontrados exemplares fora das fronteiras francesas. A gazeta tinha o mérito de ser **lida por todo mundo**, das ruelas aos palácios. Os temas abordados eram os mais diversos: a criação dos correios, em território francês; a novidade do uso do estanho na confecção dos utensílios domésticos; os rumores populares das ruas, sepultamentos, casamentos (Arnt, 2008: 2, grifo nosso).

Nota-se a semelhança com a coluna social tradicional em razão de seu conteúdo, com forte tendência a prestar-se como difusora dos costumes da alta sociedade, ao mesmo tempo em que comenta (aí o traço marcante da opinião presente) os mais variados assuntos – de política, passando pela divulgação de assuntos culturais, às festas de casamentos, assim, procurando agradar a muitos.

Com linguagem poética, a *Muse Historique* parece apresentar a confluência entre jornalismo (informação) e literatura, ocasião em que emerge a crônica, mais especificamente a crônica social, preenchendo “uma necessidade de conhecimento sobre a cidade, seu cotidiano, a curiosidade sobre a vida de seus cidadãos, das pessoas comuns e de nobres” (Arnt, 2008: 13).

Dessa maneira, entender como funcionava o processo de produção e distribuição de informações, a partir das atividades dos *nouvellistes*, é importante para notarmos as diferenças entre os produtos comunicacionais e a constituição de formas que evidenciam a efervescência cultural e a cultura da elite da época. Além disso, podemos perceber o nascimento de gêneros jornalísticos que serviram para estabelecer categorias e especialidades profissionais.

Em relação ao jornalismo mundano, podemos apreender também como foi construída socialmente a ideia de frivolidade ligada à manifestação de conhecimentos sobre a vida na corte, através do menosprezo que sentiam os súditos com as publicações dos reis, chamando-os de frívolos e injustos.

Assim, acreditamos que o gênero mundano foi sendo gradativamente construído com o desenvolvimento da imprensa. Residem nessa afirmação duas questões: a primeira delas está na vaidade, mas também na necessidade política dos nobres que cultivaram a divulgação de suas imagens exuberantes e luxuosos estilos de vida; e a segunda liga-se à própria curiosidade humana de saber como os outros, próximos ou distantes de nós, vivem. De todo modo, qualquer que seja a razão para o nascimento dessa forma jornalística, ela vai apontar para a necessidade de se obter a pluralidade de informações e de conhecimentos sobre os fatos que constituem a experiência cotidiana, algo coerente com o próprio jornalismo.

IMPrensa, MODERNIZAÇÃO E VIDA SOCIAL NO RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XIX E XX)

A partir de 1900, uma série de inovações redacionais passa a fazer parte do periódico [Gazeta de Notícias]. A de maior sucesso de público é a introdução da coluna Binóculo, uma espécie de crônica da sociedade, escrita por Figueredo Pimentel e que se transforma, no dizer dos cronistas da época, na 'bíblia das elegâncias da terra' (Barbosa, 2007: 30).

Alberto Figueiredo Pimentel é identificado na história da imprensa brasileira como o primeiro cronista social do país, figura que teve destaque na *Belle Époque* carioca (período que corresponde de 1889 a 1922), por tratar das novidades da alta costura vinda do exterior (principalmente de Paris) e da vida elegante nos salões da cidade daquele período. Através da coluna Binóculo, publicada na Gazeta de Notícias, criou a máxima "O Rio civiliza-se", que representou o imaginário social de mudanças de hábitos e costumes da população. A coluna começa a ser publicada em 1907 e logo se torna a coluna mais lida da capital da república.

O conteúdo da coluna Binóculo era voltado essencialmente para a burguesia carioca, homens e mulheres que buscavam em suas páginas, as tendências atualizadas de moda e comportamento. Figueiredo Pimentel revolucionou a sociedade da época, criando a crônica mundana que dava conselhos e elegia o certo e o errado em matéria de elegância e conduta. Com frequência, nomes da elite eram citados, seja de forma favorável, como ícone de beleza ou da inelegância. O cronista também tecia críticas sobre questões ligadas à cidade, especialmente sobre o que prejudicava, de algum modo, o desenrolar do progresso na capital, com uma visão "aproximada" do cotidiano e seus nuances.

Além de renomado jornalista (atuou como colaborador do *Mercure de France*), Figueiredo Pimentel foi também um importante romancista, poeta e escritor, sendo reconhecido pela popularização da literatura infantil no Brasil.

O Rio de Janeiro do início do século XX, consagra-se então, sob responsabilidade da imprensa, símbolo da modernização. E como pauta de ordem, crescem as páginas dos jornais e as revistas sobre a vida mundana e o cosmopolitismo.

O Rio de Janeiro da década de 1920 definitivamente ‘civilizara-se’, pelo menos nos dizeres dos cronistas de época. As revistas de críticas e de costumes que proliferavam pela cidade – *Revista da Semana* (fundada em 1900), *Fon-fon* (criada em 1908), *Careta* (1907), *O Malho* (1902), apenas para citar as mais importantes – abrem espaço para o *footing* na Avenida Central, para as festas na Beira Mar, para os torneios que reúnem as elites mundanas (Barbosa, 2007: 57).

Outra coluna de destaque do período foi “Figuras & Figurinos”, escrita por Luiz Edmundo e publicada diariamente no *Correio da Manhã*. Essa coluna, em 1908, enca-beçou uma campanha contra tudo que “enfejava” a cidade e o processo de civilização dos cariocas, denominada de “Liga contra os feios”, tal era a ascensão e a força da crônica social no momento.

A fotografia era também forte aliada na exaltação do charme e elegância carioca, principalmente das revistas. A *Fon-fon*, por exemplo, possuía a seção “Rio em flagrante, nossos instantâneos”, que registrava (de corpo inteiro) a elite chique que caminhava pelo centro da cidade. Nas legendas, apresentavam-se os nomes dos fotografados com os seus respectivos adjetivos: ilustre, magnífico, admirável, elegante, etc. (Camargo, 2009).

Dessa maneira, um gênero de frivolidades ia se constituindo, muito em parte, em decorrência da necessidade de consumo das elites recém-surgidas. Era através da moda e dos “bons costumes” que a elite carioca diferenciava-se das demais camadas da população, estabelecendo a sua identidade.

De acordo com Camargo (2009: 92), as diversas colunas que tratavam de moda e comportamento e as revistas totalmente dedicadas a esses assuntos, por se relacionarem diretamente com os momentos de lazer, dificilmente encontravam barreiras à propagação de seus conceitos e preconceitos. “Assim, por serem considerados poucos sérios, esses discursos eram raramente questionados e acabavam sendo absorvidos sem grandes resistências”.

A razão da aceitação dessa forma de jornalismo dá-se certamente pela demanda por informações sobre moda e conduta no início do século. As elites sem tradição do país, ávidas por se estabelecerem no rol dos excepcionais, consumiam e acatavam as indicações dos jornalistas inspirados nas tendências europeias.

O colunismo social no Brasil, inicialmente apresentado como crônica, vai nascer a partir dessa gênese da elite carioca com suas formas de autoafirmação e de sociabilidade. Em outras palavras, num país sem realeza, o jornalismo vai buscar atender essa necessidade de diferenciação dos segmentos sociais, mediado pelo consumo e o lazer.

A TRADIÇÃO DO COLUNISMO SOCIAL BRASILEIRO

O colunismo social carioca dos anos 50 foi uma prática jornalística marcada por comportamentos e marcas discursivas próprias, tendo como ícones dois colunistas: Jacinto de Thormes e Ibrahim Sued. Ambos escreveram a história do colunismo social brasileiro, reinventando-o como gênero jornalístico capaz de unir em um mesmo espaço o mundano e o relevante.

Os anos dourados certamente consagraram esse gênero do jornalismo com o *glamour* proveniente da elite carioca que promoveu como nunca se viu pomposas festas e bailes no Copacabana Palace, incluindo a realização de desfiles e concursos de *Miss* que legitimaram a exaltação da beleza feminina nas colunas.

A historiografia sobre o jornalismo aponta a década de 50 como o apogeu do colonismo e dos colunistas sociais brasileiros, contudo pouco investiga suas origens. Por tal motivo, não é fácil localizar o espaço que ocupou o gênero na imprensa do século XIX e início do século XX. O que se sabe, sem dúvida, é que em nenhum outro lugar do mundo esse tipo de jornalismo, voltado à exibição da alta sociedade, vigorou como no Brasil, tornando-se ícone de toda uma época.

A CRÔNICA SOCIAL DE JACINTO DE THORMES

Jacinto de Thormes, na verdade, era o pseudônimo de Manuel Antonio Bernardez Müller, (Maneco Müller), o cronista social do Diário Carioca que a partir de 1945 modificou o estilo dos “registros sociais” do Rio de Janeiro. Segundo Rogério Souza (2007: 65), assim que eram publicadas as notícias sobre sociedade até meados da década de 40 – “registros, sob o título ‘Sociais’, de batizados, casamentos, viagens, jantares etc.”

Maneco nasce em uma família rica no ano de 1923, filho de diplomatas e neto do ex-governador de Santa Catarina, Lauro Severiano Müller, utiliza muito bem em sua profissão o relacionamento amigável que mantém com a elite da cidade. Seu primeiro trabalho como jornalista foi no ano de 1943, no jornal Folha Carioca (ele então com 20 anos), já como cronista. Desde o início, seu trabalho chamava a atenção dos editores que estranhavam a forma dele registrar os eventos sociais, sempre acrescentando comentários irônicos e juntando lado a lado a elite com personalidades políticas e artísticas. Até então, as crônicas sociais eram apenas uma espécie de registro “passivo” dos últimos eventos, organizados e frequentados pela “fina flor” carioca (Souza, 2007).

Pouco tempo depois, com uma crise política instaurada na Folha, Maneco é levado pelo jornalista Prudente de Moraes Neto para o Diário Carioca, onde aceita ser o cronista social do jornal sob uma condição: valer-se de um pseudônimo. Prudente então nomeou Maneco de Jacinto de Thormes, do personagem Jacinto e da cidade de Tormes, do romance “A cidade e as serras”, de Eça de Queirós. O “h” foi um acréscimo posterior feito pela redação do jornal. Tal qual como o personagem, Maneco vai rejeitar o estilo de vida “afrancesado” e desprovido de autenticidade das elites, buscando em suas crônicas imprimir um novo estilo a partir da própria identidade dos cariocas, sem desfrutar de uma linguagem com termos franceses.

Segundo Ramos (1994: 10-11), de Maneco Müller, o Jacinto de Thormes, a Ibrahim Sued, “o romântico Rio de Janeiro dos anos 50 esprou aquele modelo de imprensa oriundo das colunas de mexericos, as *gossip columns* da imprensa norte-americana, para o resto do país. O colonismo social tornou-se uma sólida instituição da imprensa brasileira”.

O próprio Maneco Müller confessou inspirar-se no colunismo norte-americano:

Eu lia sobretudo o New York Times e o Washington Post e – de vez em quando – os jornais de Los Angeles, porque traziam a cobertura de cinema. As colunas que me influenciaram eram publicadas por esses jornais. Mas eu não podia fazer igual. Tinha de adaptar. Porque nos Estados Unidos havia colunistas que tinham um poder terrível: derrubavam fábricas, derrubavam shows, derrubavam pessoas. [...] Devo dizer que o Rio de Janeiro tinha uma personalidade. Se estivessem no Rio, aqueles colunistas não escreveriam como escreviam nos Estados Unidos. O Rio era uma das cidades mais divertidas do mundo, como disse a revista Time. A cidade tinha, além da praia, os cassinos, os grandes shows e um lado que faço questão de citar: a cultura (Moraes Neto, 2004: não paginado).

A célebre lista das “dez mais elegantes” do Rio de Janeiro, elegida por Maneco, é um exemplo de adaptação ao estilo americano. No Brasil, a lista amplia a dimensão do trabalho do cronista, que chegava a ser parado nas ruas para discuti-las. Também fez sucesso nas páginas de sua coluna, o concurso “Glamour Girl” e o “Baile das Debutantes”, inaugurando o costume dos colunistas de lançar eventos.

Jacinto de Thormes promoveu inúmeras “celebridades”, abrindo as portas das “altas rodas” para políticos e artistas ou figuras que julgasse interessante. Uma dessas celebridades foi o cão chamado William Shakespeare Júnior, personagem real que acompanhava o cronista onde quer que fosse. Segundo Moraes Neto (2004: s/p), o cão chegou até a merecer foto de página inteira numa revista de moda por usar um elegante boné. “O fato de criar uma celebridade canina dá a dimensão do poder de fogo de Jacinto de Thormes”.

Assim, Maneco Müller escreveu quase duas décadas de “mundanismo”, acompanhando a passagem da crônica social para o colunismo. Em 1953, passa a trabalhar na revista O Cruzeiro, na época a maior revista semanal do país. Este foi o local escolhido para terminar a carreira como colunista social. Em 1962, vai para o jornal Última Hora, de Samuel Wainer, transformando-se em cronista esportivo. Ele era um apaixonado por esportes, principalmente por futebol, talvez por isso tenha trocado o colunismo. Em 2005 (então com 82 anos) Maneco Müller morre, no Rio de Janeiro, cidade que o consagrou e depois lhe esquecera.

O COLUNISMO SOCIAL DE IBRAHIM SUED

Ibrahim Sued, com muita personalidade, manteve ao longo de 45 anos uma coluna que retratou a vida social do Rio de Janeiro por meio da divulgação de hábitos, moda e comportamentos da elite carioca e brasileira. A coluna Zum-Zum, publicada pela primeira vez em 1951, no jornal A Vanguarda, já possuía a marca de seu editor com notas críticas e agressivas, com termos e expressões inventadas, lançando personagens, criando modismos e, sobretudo, instituindo um modo peculiar de fazer jornalismo. A coluna foi publicada diariamente de 1951 a 1993, quando passou a circular somente aos domingos, assim permanecendo até o dia da morte de Sued, em 1º de outubro de 1995.

Estima-se que ao longo dessas quatro décadas e meia, Ibrahim Sued tenha escrito mais de 15 mil colunas, recorde que ficou registrado no Guinness Book. Outro

título também foi concebido ao colunista, o de “pai do colunismo social”, justamente pelo fato de pertencer a número ímpar de colunistas que, naquele período, não retratavam apenas as fofocas e as festas da classe alta. Ao contrário, Ibrahim Sued ganhou destaque na imprensa brasileira por saber da importância que tinha a informação jornalística e por acompanhar as transformações que ocorriam com o jornalismo e o seu país.

Ibrahim, filho de imigrante árabe de uma família pobre, nasce no bairro de Botafogo no ano de 1924. Começa sua carreira ainda jovem como fotógrafo free-lancer. Sem conseguir emprego fixo nos jornais, ganha destaque no jornalismo quando em 1946 registra o cumprimento do deputado baiano Otávio Mangabeira ao General Eisenhower, comandante das tropas aliadas vencedoras da Segunda Guerra. A fotografia conhecida como “O beijo de Mangabeira”, circulou o mundo retratando a supremacia norte-americana. No Brasil, o flagrante de Ibrahim foi publicado na primeira página de O Globo, o que lhe rendeu bons frutos.

Seu primeiro trabalho como colunista foi realizado em 1951, a convite de Barros Vidal, que dirigia o jornal A Vanguarda. A partir de então, o “Turco”, como era chamado pelos amigos, começa a praticar um colunismo social com estilo informativo, novidade até o momento, acompanhando o período de transformação do jornalismo brasileiro com a introdução do lead e a produção de notícias curtas e “objetivas”.

Nada escapava aos olhos atentos de Ibrahim Sued. Suas notas informavam o que acontecia no Brasil e no mundo. Fatos marcantes como o surgimento da primeira emissora de TV brasileira (TV Tupi), a coroação da Rainha Elizabeth, o suicídio de Vargas, a morte de Carmen Miranda, a construção de Brasília, o nascimento da Bossa Nova e da Jovem Guarda, a guerra das Malvinas, do Vietnã e do Iraque, a visita do homem à Lua, o afundamento do Titanic, a queda do Muro de Berlin, o caso Watergate, os grandes concursos de Miss, além do registro completo sobre a Ditadura Militar, podem ser lidos durante as quatro décadas e meia de colunismo.

Por tudo isso, Ibrahim Sued fez escola, influenciando colunistas em todo o país, preocupados em ir além da cobertura de festividades. Na década de 60 e 70, outros colunistas sociais se destacam, como Zózimo Barroso do Amaral, no Rio, e Tavares Miranda, em São Paulo.

REFERÊNCIAS

- Arnt, H. (2005). *Palavras, bytes, linguagens: os caminhos do jornalismo*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Briggs, A. & Burke, P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Camargo, R. F. de T. (2009). O papel da imprensa no apoio e sustentação da reforma. In *Reflexos da cidade na moda: relações entre transformações urbanas e aparência pessoal no início do século XX no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Melo, J. M. de (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

Moraes Neto, G. (2004). Jacinto de Thormes: o dia em que o criador do moderno colunismo social enganou a rainha da Inglaterra no Maracanã! *Entrevista com Manuel Bernardez Müller. 2001*. Postado em 20.03.2004 no site do jornalista Geneton Moraes Neto. Disponível em <<http://www.geneton.com.br/archives/000030.html>>. Acesso em 25.06.2012.

Ramos, M. C. (1994). *Intrigas da Corte: o Jornalismo Político das colunas sociais*. Rio de Janeiro: Corpo da Letra.

Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora.

Souza, R. M. de (2007). O cavalheiro e o canalha: Maneco Müller, Walter Winchell e o apogeu dos colunistas sociais após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Pauta Geral*, 1, 9, 61-63. Disponível em <http://www.editoracalandra.com.br/ojs_pautageral/ojs/viewarticle.php?id=8>. Acesso em 21.06.2012.

Thompson, J. B. (2008). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 10. ed. Petrópolis: Vozes.

Oficina do Arco do Cego contribui para o nascimento da imprensa brasileira

JAIRO FARIA MENDES

jairo.faria@hotmail.com

Universidade Federal de São João del Rei

Resumo

A Oficina e Casa Literária do Arco do Cego foi um projeto ocorrido em Portugal (1799-1801), mas que era voltado para o Brasil. Suas obras também era voltadas para a colônia, visando principalmente a modernização da sua agricultura. À frente do projeto estavam grandes nomes da intelectualidade brasileira, como Frei Veloso, Padre Viegas de Menezes e Hipólito da Costa. Por tudo isso, o projeto foi muito importante para o nascimento e consolidação da imprensa no Brasil.

Palavras-Chave: Imprensa brasileira; Arco do Cego; história da imprensa e jornalismo

INTRODUÇÃO

A história da imprensa brasileira e portuguesa tem muitas interseções, no entanto, ela sempre foi estudada de forma separada. Por isso, a *Oficina e Casa Literária do Arco do Cego* tem sido ignorada pela historiografia da imprensa brasileira. Como ela ocorreu em Portugal, não ganhou a atenção dos brasileiros. No entanto, era um projeto voltado para o Brasil, e tinha a sua frente o melhor da intelectualidade da colônia nas Américas.

Este artigo busca mostrar a importância da Oficina do Arco do Cego para o nascimento e a consolidação da imprensa no Brasil. Acredito ser importante avançar nos estudos historiográficos valorizando as interfaces entre os dois países. Atualmente realizo uma pesquisa de pós-doutoramento na Universidade de Coimbra com esta temática. Como o título “Os Brasileiros no Além-Mar”, e tendo como tutora a profa. Dra. Isabel Ferin Cunha, busco identificar a participação dos brasileiros na imprensa da metrópole antes da ida da família Real ao Brasil, em 1808.

Agradeço a Universidade Federal de São João del Rei, onde leciono, que me apoia na realização de meu pós-doutoramento, e a minha tutora profa. Dra. Isabel Ferin Cunha.

OFICINA DO ARCO DO CEGO

A *Oficina e Casa Literária do Arco Cego* foi a principal experiência de integração entre metrópole e colônia na história da imprensa luso-brasileira. Brasileiros e portugueses participaram conjuntamente de um ambicioso projeto editorial, que

teve vida curta, mas deixou marcas pela sua grande produção e pela qualidade do que foi publicado.

Foi um projeto que teve sede em Portugal (Lisboa), mas priorizou o Brasil. Sua produção editorial tinha como principal objetivo auxiliar na modernização da agricultura da colônia nas Américas. Além disso, ela contou com a participação de intelectuais e cientistas brasileiros. Como diz Wergner (2004):

(...) conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português (Wegner, 2004: 132).

A iniciativa foi interessante sob muitos aspectos. Primeiramente com relação a integração entre colônia e metrópole. Em segundo lugar, na valorização dos intelectuais brasileiros. Terceiro, no incentivo a modernização agrícola do Brasil. E, um fator muito significativo foi ela ter dado oportunidade dos brasileiros participarem de um projeto editorial.

O Brasil até então havia tido apenas experiências curtas e quase insignificantes na arte de impressão, e todas elas reprimidas pela Coroa. A *Arco do Cego*, apesar de surgir em Portugal, trazia a oportunidade dos brasileiros participarem ativamente de um projeto editorial, e de algo com grande estrutura.

Isso é significativo para a história da imprensa brasileira. Sem falar que do projeto participavam personalidades pioneiras na imprensa brasileira, como Hipólito da Costa e o padre Viegas de Menezes.

Para Minas Gerais o projeto ganhou significação especial por os mineiros terem um espaço privilegiado na *Arco do Cego*, como será descrito mais adiante. Também por o grande pioneiro da imprensa mineira, o padre Viegas, ter aprendido lá a arte tipográfica e calcográfica. O padre também foi o introdutor das técnicas de gravação no Brasil.

Na *Arco do Cego*, ele realizou apenas a tradução de uma obra o *Tratado da gravura a água forte, e a buril e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*, de Abraham Bosse. Mas está obra tem um valor especial, de acordo com Moraes (2011), em sua bem elaborada *Bibliographia Brasiliana*. No livro, o nome do padre Viegas vem seguido da identificação “presbítero mariannense”, o que seria uma forma de valorizar o tradutor mineiro, segundo Moraes (2011).

O PROJETO

A oficina foi criada pelo então ministro da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que convidou para dirigi-la o mineiro frei José Mariano da Conceição Veloso, primo do inconfidente José da Silva Xavier, o Tiradentes. A principal função da oficina era imprimir obras que pudessem contribuir com o desenvolvimento do Brasil, principalmente na questão agrícola. Nos seus 28 meses de funcionamento, ela publicou 83 obras, sendo que 44 possuíam ilustrações feitas através da calcografia. Nela trabalhavam cerca de 60 funcionários regularmente, sem falar de muitos outros que realizavam serviços esporádicos.

Como descreve Bragança (2002), três anos antes (1796), D. Rodrigo de Souza e Coutinho já havia incumbido frei Veloso ajuntar e traduzir para o português obras estrangeiras que pudessem contribuir com o desenvolvimento da agricultura e da indústria na colônia nas Américas. D. Rodrigo dizia que “(...) pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que actualmente estão...” (cit. em Bragança, 2002: 64).

Muitas das publicações da oficina tiveram esse objetivo. Eram livros geralmente em formato pequeno, e não muito volumosos, pois assim poderiam ser transportados com mais facilidade pelos agricultores no Brasil.

Por isso, antes da *Arco do Cego*, frei Veloso já havia, através de várias tipografias, publicado obras visando o desenvolvimento científico e a modernização da agricultura brasileira. A oficina era a continuidade e a consolidação desse projeto. Mas ela, além de realizar as publicações, também abriu espaço à intelectualidade colonial.

Os dois principais responsáveis pela idealização e a realização do projeto foram o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho e frei Veloso. “Se D. Rodrigo pode ser considerado o mentor desse empreendimento editorial, frei Veloso foi o seu gestor e animador” (Leme, 1999: 77).

A oficina começa a funcionar, na Quinta do Intendente do Arco do Cego, em agosto de 1799, e foi fechada por um decreto em 7 de dezembro do 1801. A estrutura era muito boa. Além da tipografia, havia uma calcografia, que produzia chapas com ilustrações; e uma tipoplastia, que fabricava tipos ou caracteres de imprensa.

A ARCO DO CEGO E OS INCONFIDENTES

A *Arco do Cego* surgiu 10 anos após de descoberto o plano da Inconfidência Mineira, por isso se discute se a iniciativa de D. Rodrigo na busca da valorização dos brasileiros e mineiros, tinha como objetivo evitar movimentos separatistas na colônia. “D. Rodrigo usou muitos brasileiros eruditos no processo de tomadas de decisão (...) Foi particularmente atencioso com os comprometidos com a Inconfidência Mineira” (Maxwell, 1978: 254).

Na oficina estavam pessoas simpáticas à Inconfidência. O fato de frei Veloso ser primo de Tiradentes, que foi considerado pela devassa como o principal responsável pela conjuração, mostra como o projeto era parte das medidas de valorização da elite mineira que apoiou a Inconfidência.

Pessoas acusadas de terem participado da Conjuração Mineira também tiveram obras publicadas, como foram os casos de José de Sá Bettencourt Accioli e Manoel Rodrigues da Costa. O primeiro foi perseguido por causa da inconfidência e fugiu para Bahia, mas acabou preso e absolvido. O segundo foi condenado pela sua participação na conjuração, mas por sua condição de clérigo apenas cumpriu quatro anos de encarceramento, em Lisboa.

É muito interessante o fato da *Arco do Cego* ter privilegiado tanto os rebeldes. Isso pode ser observado não só com relação a participação de pessoas ligadas à Inconfidência Mineira, mas também na participação de outras personalidade, como

o poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage, que trabalhou como tradutor e revisor na oficina.

Bocage, que era muito amigo do frei Veloso, era um contestador. Em 1797, o poeta foi internado no Limoeiro sob a acusação de ser autor de “papéis ímpios, sediciosos e críticos”. Um ano depois foi transferido ao Hospício Necessidades de Março, onde ficou até 1801. O objetivo das internações era tirar da cabeça do poeta suas idéias contestadoras, o que felizmente não ocorreu.

É difícil entender as razões da Coroa ter permitido esta reunião de pessoas contestadoras na oficina. Uma hipótese apresentada por Curto (1999) é de que assim seria possível controlar esses sediciosos.

A exemplo do que já se passara com a Academia das Ciências, a Casa Literária do Arco do Cego era uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos. Desenvolvendo, pois, operações de vigilância, a Casa parece também corresponder aos objetivos de uma política - pessoal e familiar - promovida por D. Rodrigo de Souza Coutinho (Curto, 1999: 49).

No entanto, colocar pessoas contestadoras juntas logicamente facilitava a troca de idéias entre elas, o que não pode ser considerado uma boa forma de controlar sediciosos. Por isso, questiono se o objetivo tenha sido exatamente esse. Talvez a ligação e a simpatia de D. Rodrigo pelas Minas Gerais tenha influenciado na escolha das pessoas. E, principalmente, a preocupação com o desenvolvimento econômico e científico tenha pesado muito.

Acho mais lógico pensar que a reunião de pessoas questionadoras não foi intencional. Foi algo que ocorreu por acaso, na busca de pessoas competentes para desenvolver o projeto.

D. Rodrigo também era um entusiasta pelo Brasil. Era o principal defensor da transferência da Corte para a América. “D. Rodrigo disse ao príncipe regente que ‘Portugal não é a melhor parte da monarquia, nem mais a essencial’” (Maxwell, 1978: 257).

Na *Arco do Cego* foi gestada a imprensa brasileira. Muitos brasileiros, a maior parte mineiros, aprenderam lá a arte da impressão. Foram os casos de Hipólito da Costa e do padre José Joaquim Viegas de Menezes. Hipólito da Costa é considerado o precursor da imprensa brasileira, por ter criado o *Correio Braziliense*, em 1808. Já o padre José Joaquim Viegas de Menezes é conhecido como o pai da imprensa mineira, tendo realizado uma impressão calcográfica, em 1807, construído a primeira tipografia da capitania (1820-1821), e fundado o primeiro jornal das Gerais, o *Compilador Mineiro*, em 1823.

A oficina também era um ponto de encontro de intelectuais brasileiros. “(...) esta casa tipográfica converteu-se num cadinho intelectual de jovens brasileiros que se encontravam na metrópole e que gravitavam em torno de Mariano Veloso” (Bragança, 2002: 65). Sem falar que lá também trabalhavam importantes personalidades portuguesas, como poeta Bocage, que exercia a função de tradutor e revisor.

Nunes; Brigola (1999) diz que frei Veloso criou uma “sociabilidade tipográfica” entre os brasileiros.

Parece-nos, pois, que Mariano Veloso soube construir uma 'sociabilidade tipográfica', de pendor brasileiro, assente numa matriz científica que legitimava o discurso naturalista e agrarista. Se os seus companheiros se encontravam operantes em Lisboa, Veloso soube trazer até aos prelos os que se encontravam distantes, no Brasil, nomeadamente na sua terra natal Minas Gerais (Nunes & Brigola, 1999: 66).

A participação de pessoas de Minas Gerais era destacada. Na oficina havia "um apreço pelos brasileiros miticamente identificados com os 'mineiros'" (Nunes & Brigola, 1999). Isso torna o estudo da *Arco do Cego* imprescindível para a compreensão do processo de surgimento da imprensa mineira. A começar pelo afilhado do Marques de Pombal e ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que de acordo com Carrato (1968), tinha grande afinidade com os mineiros, por seu parentesco com Matias Barbosa, um dos principais desbravadores de Minas Gerais. Segundo Maxwell (1978), em razão disso, D. Rodrigo possuía muitas fazendas e propriedades na Capitania.

Depois com o mineiro frei Veloso, uma figura de importância incalculável na história da imprensa brasileira. Ele também se destacou como botânico, tendo publicado mais de 20 obras. Carrato (1968) considera de a obra de frei Veloso *Flora Fluminense* "talvez o mais vultuoso trabalho científico até hoje feito por um brasileiro" (Carrato, 1968: 204).

Outra grande personalidade foi o padre Viegas, grande amigo de frei Veloso, que aprendeu a arte da impressão na *Arco do Cego*, além de ter publicado pela oficina. Foi padre Viegas o grande precursor da imprensa nas Gerais. Já em 1807 (um ano antes da criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro), Viegas fez a impressão de um poema de 14 páginas (com ilustrações), utilizando a complexa técnica da calcografia, que utiliza chapas fixas e de baixo relevo. "Uma proeza extraordinária para a colônia" (Sodré, 1999: 34). A impressão foi de ótima qualidade de acordo com Cunha (1986), que acredita que o padre tenha utilizado de instrumentos e técnicos da Casa da Moeda para conseguir a façanha.

Depois Viegas ainda iria construir a primeira tipografia mineira, na qual seriam impressos os primeiros jornais da província. E também seria o fundador do *Compilador Mineiro*, em 1823, o primeiro jornal das Gerais.

Também estavam presentes na *Arco do Cego* importantes personalidades mineiras que iriam se destacar em outras áreas, como o caso do químico Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. Ele publicou inúmeras obras sobre química, sendo reconhecido como um grande cientista, apesar de ter morrido com apenas 40 anos.

UM PROJETO COLONIALISTA?

Claro que se tratava de um projeto colonialista, já que era essa a relação de Portugal com o Brasil. No entanto, o fato de ser um projeto colonialista não significa dizer que ele seja necessariamente prejudicial à colônia.

Se pensar-se a questão colonialista no sentido mercantilista, ou seja, do Brasil como colônia de exploração, vivendo em função dos interesses político-econômicos da Metrópole, poderia-se dizer que a *Arco do Cego* foi uma forma de suprimir os movimentos separatistas e inibir o florescimento da imprensa brasileira.

Mas a *Arco do Cego* tem outro caráter. Sem querer discutir o processo de colonização português, o que se vê é que a *Arco do Cego* foi um projeto de valorização dos brasileiros (principalmente os mineiros) e visava contribuir com a modernização da agricultura da colônia nas Américas.

Além disso, a *Arco do Cego* vai dar acesso aos brasileiros as técnicas da tipografia e calcografia, e isto foi importante para as primeiras experiências de impressão no Brasil.

Não há como saber exatamente quais eram os verdadeiros objetivos da Coroa ao criar a *Arco do Cego*, mas o que importa é sua contribuição à imprensa brasileira. Pode-se comparar com um fato histórico de grande importância para o Brasil, a chegada da família real em 1808. A vinda da Coroa portuguesa não era resultado da preocupação em valorizar a colônia, mas era isto que iria ocorrer.

A *Arco do Cego* logicamente não tem a mesma importância para o Brasil, mas foi sua criação foi um fato significativo. Foi o primeiro grande projeto de valorização da elite intelectual da colônia nas Américas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bragança, A. (2002). *Uma introdução à história editorial brasileira*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de História da Cultura.
- Carrato, J. F. (1968). O pai da imprensa mineira e o seu mundo. *Revista da Escola de Comunicações Culturais da USP*, 1 (1): 65-100.
- Cunha, L. F. F. (1968). *Uma raridade bibliográfica: O canto encomiástico de Diogo Pereira Vasconcelos impresso pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes, 1806*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Curto, D. R. (1999). D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In Fernanda Maria Guedes Campos (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)* (pp. 15-50). Lisboa: Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Leme, M. O. R. P. (1999). Um Breve Itinerário Editorial: do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: *Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Maxwell, K. (1978). *A devassa da devassa: Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moraes, R. B. (2011). *Bibliographia Brasiliana*. São Paulo: Edusp.
- Nunes, M. F. & Brigola, J. C. (1999). José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). In: *Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Wegner, R. (2004). Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, 11 (1): 131-40.

Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar¹

JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO

josemiguel2009a@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina.

Resumo

Este artigo narra a experiência da descoberta/construção da Imprensa Militar do século XIX como objeto de pesquisa, relaciona as principais publicações desta imprensa e procura discutir algumas possíveis abordagens desta imprensa. Especificamente trabalha-se com a Revista Marítima Brasileira publicada por oficiais da Marinha no período de 1851 a 1855.

Palavras-Chave: Imprensa militar; política; representações; profissionalização militar

A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Este artigo se constitui em parte, como relato da experiência da “descoberta” da imprensa militar como objeto de pesquisa da Historiografia brasileira. Neste sentido, de antemão peço desculpas ao leitor por utilizar, em parte deste escrito, o relato em primeira pessoa. De fato, sempre utilizo o impessoal, quer por hábito, quer por temperamento, quer por estratégia linguística.

Por volta do ano de 2001 conclui minha tese de doutoramento acerca do evento que denomino hoje, por convicção teórica e política, de Revolução dos Marinheiros de 1910 (Arias Neto, 2001; 2010). Emprego o termo *Revolução* no sentido a ele conferido por Hannah Arendt como um momento da constituição de um espaço público, isto é, de um espaço de liberdade, a partir do qual os homens criam novas formas de governança e de autoridade (Arendt, 1990). Tratava-se do caso dos marinheiros de 1910 de constituição de um espaço onde fossem discutidas e solucionadas questões referentes à Marinha vinculadas à sua própria existência e identidade, por eles definida como *cidadãos fardados*.

Somente esta proclamação enunciada no manifesto endereçado ao governo do Marechal Hermes da Fonseca – cidadãos brasileiros, republicanos e fardados – provocou tal inquietação, em especial porque até os idos de 1996, momento que iniciei a pesquisa, salvo algumas exceções (Carone, 1974), o movimento dos marinheiros era entendido pelos contemporâneos do acontecimento, pelos memorialistas e por boa

¹ Este artigo está vinculado ao Projeto *O Lugar da Revista Marítima Brasileira no periodismo científico militar brasileiro*. Tem financiamento do CNPq, na forma de Bolsa Produtividade (2013) e de recursos de Edital Universal de Pesquisa. Publicado originalmente na revista *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, v. 9, n 18, 2013, p. 55-64 no Dossiê Imprensa Militar, do qual o autor foi um dos organizadores.

parte da então escassa historiografia civil² como *revolta contra os castigos corporais* cujo símbolo maior era a *chibata*, daí o epíteto *Revolta da Chibata*. Por outro lado, a abundante memória e historiografia produzida pelos próprios militares da Marinha insistiam e insistem ainda hoje em definir o movimento como quebra de hierarquia, nominando-o como insubordinação ou revolta.

Estas duas tradições historiográficas, travavam um surdo debate: de um lado, para a memória e historiografia civis, a revolta explicava-se pela permanência dos castigos corporais ao longo do século XIX e XX, como correlato de uma mentalidade aristocrática e escravista que não havia se modificado ao longo do tempo nos quadros de Marinha. Por outro lado, os memorialistas e historiadores militares, apontavam a mesma permanência dos castigos, mas procuravam justificá-la como “mal necessário” decorrente das ideias conservadoras de Macedo e de Gilberto Freire (Um Oficial da Armada, 1911; Freire, 1990). Para estes, haveria no Brasil um fosso que separava de, um lado, a *modernização das coisas, ou tecnológica* - traduzida no caso em questão pela aquisição da esquadra de 1910 e, de outro, *o atraso das pessoas*, compreendida dentro de conceitos e teorias raciais do período, em outras palavras, tratar-se-ia da natureza do brasileiro viver em um estado de quase barbárie. Assim haveria um fosso antropológico, configurado pelo *estado da população* que constituiria uma inflexão na trajetória histórica nacional, obstáculo que era a uma modernização real. Em outras palavras, as tentativas de modernização alteravam a fachada das instituições, mas permanecia seu fundo de atraso, o que procurava justificar a manutenção da violência exercida pela elite em relação às camadas populares.

Como se explicaria, então, os termos e a identidade autodeclarada pelos marinheiros em seu manifesto encaminhado ao governo? E como explicar demandas tão republicanas? Fui me convencendo de que não seria possível conhecer muito mais do movimento de 1910, sem compreender a Marinha como instituição/ Força Armada. Até porque como historiador, me parecia absolutamente incrível a afirmação de que nada mudara ao longo de quase cem anos desde a fundação do Império. Deriva desta questão uma atitude frente a esta historiografia e a esta memória: ou se partilha de sua visão da história ou então a tomamos como problema, como questão histórica a ser investigada.

O fato é que quando embarcamos em uma aventura de investigação histórica, ela termina por nos levar a lugares que não supúnhamos existir e nos apresenta tempos que pensávamos desaparecidos. E, como observa Walter Benjamin, tudo aquilo que um dia aconteceu pode ser matéria para a história, pois se reatualiza como possibilidade no mundo dos homens, assim como a vinda do messias pode ocorrer a qualquer momento, fomos tentar entender a estrutura e dinâmica da Marinha do Brasil para responder algumas questões: o que era essa modernização, que impacto ela realmente causou na Força, teria ela criado, como um deus *ex machina* uma situação tal que provocou o movimento de 1910? Seriam os marinheiros envolvidos

2 (Um oficial da Armada, 1911), (Paulo, 1943), (Morel, 1986), (Maestri Filho, 1982), (Silva, 1982), (Nascimento, 1997) (Nascimento, 2002), (Capanema P. de Almeida, 2004), (Capanema P. de Almeida, 2009), (Morel, Capanema P. de Almeida, Ferreira E Arias Neto, 2010).

neste movimento condenados da terra, bárbaros, atrasados e, portanto, configuravam uma população que somente a violência poderia conter e coagir ao trabalho?

Diante de questões assim iniciei a investigação e ela foi me fazendo recuar no tempo, pois a questão dos navios, das guarnições, dos castigos principiaram a configurar um quadro que, de fato, não era uma novidade em 1910. Percebi então que os processos de *modernização* não emergiram naquele momento, ao contrário, as questões dele decorrentes atravessaram o século XIX, o que não significa afirmar a existência de *um processo linear de modernização* e menos ainda da permanência de um mesmo conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

No caso das Forças Armadas, especialmente no que tange à Marinha de Guerra, a modernização tecnológica adquiriu contornos dramáticos tal a velocidade com que se processaram. Um quadro resumido pode demonstrar as rápidas transformações na construção naval e no desenvolvimento da artilharia:

Desenvolvimento Tecnológico		
Ano	Artilharia	Construção Naval
1850	Alma lisa Granadas sólidas Carregamento pela boca	Revestimento de couraça de ferro
1860	Alma raiada Granadas ocas Carregamento pela culatra Invenção do torpedo autopropulsado	Casco metálico de ferro
1870	Tubos lança-torpedos Withworth X Armstrong	Emprego do aço na construção de navios
1880	Radiotelegrafia	Casco inteiramente de aço
1890	----	Turbinas de propulsão Submarinos

Tabela 1
Fonte: Vidigal, 1985

Essas transformações aceleradas provocaram, entre os oficiais de Marinha e as altas autoridades debates sobre a necessidade e os modos de implementá-las frente a diferentes contextos como a guerra com o Paraguai, ou a corrida armamentista global que se inicia ao final do século XIX e início do XX. Este debate foi balizado também pelas relações entre Brasil e Argentina, cuja tensão após a Guerra com o Paraguai foi crescente, pela potencial ameaça que o desenvolvimento desta bem como do Chile ao final do século XIX acarretavam ao Brasil, que pretendia a manutenção de seu status de potencial regional.

Naquele período mantinha-se na historiografia a representação, atualmente já desconstruída por pesquisas recentes, de uma Marinha Aristocrática e Monarquista em oposição ao Exército que seria modernizante. Este estaria sob influência dos ventos ilustradores de doutrinas positivistas tecnicistas, que estimularam a busca por reformas naquela Força de modo que - somado ao descontentamento militar

decorrente de baixos soldos, etc. – conduziu à participação militar no golpe de estado que implantou a República em 1889 e à primazia militar nos primeiros anos do novo Regime.

Que me perdoe o leitor por uma síntese tão breve, mas a tese é por demais conhecida para nos alongarmos nesta questão. A representação também é bastante compacta e bem construída de modo que quase se dispensou de uma comprovação empírica mais sistematizada, contentando-se os primeiros autores com escassas evidências documentais.

Também esta compreensão conduziu a algumas questões: se o desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetou também e, especialmente a Marinha, se as guerras do período e as batalhas navais decisivas que então ocorreram, bem como a corrida armamentista imperial que envolveu disputas das grandes potências na Europa, na África e na Ásia provocaram um grande impacto no Brasil, porque a Marinha ter-se-ia mantido à margem do movimento político que garantiria maior influência desta nos seus próprios destinos políticos;

Este conjunto de questões apresenta, contudo, um grave limite historiográfico. Tomá-las como norteadoras implicaria em considerar que a *modernização tecnológica em curso* teria *fatalmente* conduzido à participação dos militares no processo intervencionista de 1889 como se *as intervenções na política fossem intrínsecas ao ethos militar brasileiro*.

Assim pude reunir vastas evidências empíricas e teóricas que comprovam as seguintes questões: a) a modernização tecnológica produziu um grande impacto nas Forças Armadas Brasileiras, especialmente na Marinha, ao longo do século XIX e início do XX; b) que há questões não respondidas sobre esta problemática; c) que salvo raras exceções pouco são conhecidos os debates acerca destes impactos, realizadas no interior e no exterior das Forças Armadas; d) pouco se sabe sobre as relações entre esta modernização e a atuação política de militares de ambas as Forças, se é que essas relações existem; e) Se elas existem porque produziriam efeitos distintos de modo a conduzir militares do Exército à intervenção política e à não participação de militares da Armada em 1889, isto é, há uma relação entre modernização tecnológica e intervencionismo político? Seria o processo de *profissionalização do militar* que ocorre paralelamente à esta modernização responsável pela criação deste suposto *ethos intervencionista*? E quais seriam as relações entre os processos de modernização, o movimento de profissionalização e as transformações políticas e culturais de final do século XIX?

A “DESCOBERTA” DA IMPRENSA MILITAR DO SÉCULO XIX

Com esta série de indagações resultantes da pesquisa do doutorado, busquei então um lugar que me parecida privilegiado para acompanhar todos estes debates no âmbito da Marinha: a Revista Marítima Brasileira. Supunha – e as evidências tem comprovado esta suposição – que no âmbito desta revista encontraria os debates acerca da modernização, os impactos desta na guerra e na arte da guerra, dos

armamentos e couraças dos navios, da organização da força e das necessidades técnicas e de pessoal da mesma, da defesa nacional, etc.

Assim, foi com estas preocupações e expectativas que, no ano de 2011, regresssei ao Arquivo da Marinha e ao Departamento de História Marítima e Naval do DPHDM³, na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. Iria iniciar minha pesquisa⁴ pela Revista Marítima a partir de 1881 e tracei um plano original de estudá-la até 1914, véspera da Grande Guerra, quando então, as transformações que se iniciaram no XIX, atingiram seu ápice. A partir deste período as inovações tecnológicas alterarão substancialmente a guerra no mar.

São estes momentos de sorte na vida de um historiador, quando ele realiza uma “descoberta”. Por “descoberta” não refiro aqui a revelar uma novidade, mas no sentido da tomada de consciência da complexidade dos processos sociais e da emoção do encontro com aquelas vozes de outros tempos, com as quais passamos a travar um diálogo mais amplo, mais instigante e mais rico. E neste caso, o Encarregado da Divisão de História Marítima o Capitão Carlos Lopes a quem sou extremamente agradecido indagou se eu não iria incluir os exemplares da RMB dos anos de 1850 na minha pesquisa.

Em um primeiro momento fiquei perplexo, pois tinha notícia da RMB de 1881, não de uma RMB em 1850. Gentilmente ele solicitou ao pessoal do setor de obras raras da Biblioteca de Marinha que enviasse os exemplares da RMB daqueles anos. Ao tomar contato com esta publicação vislumbrei imensas possibilidades de pesquisa uma vez que a problemática que havia traçado para o final do XIX aparecia com força no periódico de 1850. Há, contudo, algumas diferenças. O periódico de 1881 é institucionalizado, isto é, é uma revista da Marinha, com dotação orçamentária, editores nomeados pelo ministro, com todas as implicações de uma publicação institucional. Isto de modo algum significa dizer que ela é desprovida de interesse. Ao contrário. O que é importante destacar é que a *RMB* de 1851 é de *outra natureza*, de outro *tempo histórico*, mas que parece guardar relações com a revista de 1881 que não são nem transparentes e muito menos óbvias, mas que constitui uma amplificação da problemática apresentada e não pode ser ignorada.

Mas isto ainda se parece com aquela assertiva: quando puxamos um fio podemos ter uma meada inteira e inesperada nas mãos. Foi exatamente isto que aconteceu. Foi publicado um artigo na *RMB* n°9, de março de 1928, intitulado “A Genesis desta Revista”. É reproduzido um fac-símile do número 09 de 1º de Maio de 1852, no qual há a seguinte imagem no frontispício:

³ Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, antigo SDM – Serviço de Documentação da Marinha. É importante destacar que esta importantíssima diretoria abriga, dentre outras repartições, o Arquivo Histórico, o Departamento de História Marítima e Naval e a Biblioteca de Marinha, que são os mais importantes órgãos para a pesquisa de História Marítima e Naval do Brasil. Ao pessoal desta repartição sou extremamente grato pelo apoio que tenho recebido em minhas pesquisas ao longo dos últimos 13 anos.

⁴ Trata-se da pesquisa de estágio Pós-Doutoral desenvolvida nos anos de 2010 e 2011 junto ao Programa de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, sob supervisão do Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo do INEST – Instituto de Estudos Estratégicos.



Figura 1

Esta imagem é estampada apenas nas edições do ano de 1852, cujos originais não se encontravam na seção de Obras Raras da Biblioteca de Marinha. Assim, para tentar reconstituir a coleção da Revista Marítima Brasileira dos anos de 1850, dirigi-me ao setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Lá descobri que a Revista estava inteiramente microfilmada e foi possível então recuperar a revista na sua integralidade. Assim a Revista Marítima Brasileira de meados do XIX foi assim editada:

Ano	Período	Números	Volume
1851	1º de Março a 15 de dezembro	01 a 20	I
1852	1º de Janeiro a 1º de dezembro	01 a 23	II
1853	1ª de Janeiro a 15 de fevereiro	25 a 28	II
1853	1º de julho a 15 de dezembro	01 a 12	III
1854	13 de Janeiro a 30 de junho	13 a 24	III
1854	20 de julho a 13 de dezembro	01 a 11	IV
1855	1º de Janeiro a 28 de julho	12 a 21	IV

Tabela 2

A *RMB* era editada e comercializada pela Typographia do Diário de Nicolau Vianna Lobo: No frontispício é informado que a Revista será publicada nos dias 1º e 15 de cada mês, na Typographia de Nicolau Lobo Vianna, onde se recebem assinaturas a 5\$000 rs por anno, pagas ao receber o primeiro número. Esta tipografia havia pertencido a Zeferino Vito de Meirelles, vice-diretor da Imprensa Régia a partir de 1822. Em 1844 ele a transfere para N. V. Lobo que a registra na Rua da Ajuda, 79. Em 1853, a antiga tipografia de João Ignacio da Silva também passa a ser de Nicolau Vianna Lobo, que em 1854 a transfere também para o mesmo endereço da oficina tipográfica do Diário. Em 1854 a empresa passa, até o mês de agosto, a denominar-se Typographia da viúva Vianna Júnior, razão alterada para *Typographia de Nicolau Vianna & Filhos* esta mantida até 1872 (Berger, 1984: 7, 67, 68; Arias Neto, 2012).

A revista possui dois tipos de diagramação, uma mais simples, que foi utilizada nos volumes 1, 3 e 4 e uma mais elaborada empregada no volume 2.



Diagramação dos volumes 1, 3 e 4.
Fonte: Biblioteca de Marinha – DPHDM – Marinha do Brasil



Diagramação V 2.
Fonte: Arquivo de Periódicos Microfilmados – Biblioteca Nacional
Microfilme Digitalizado no CDPH - UEL⁵

Durante a busca pela RMB de 1852 na Biblioteca Nacional, tomei conhecimento de vários periódicos produzidos por militares destinados a militares, tanto do Exército como da Armada. De fato esta descoberta decorreu do fato de estar procurando também o jornal intitulado *O militar* já estudado por John Schulz e por Adriana Barreto de Souza (Schulz, 1994; Souza, 1999), pois nesta ocasião já julgava pertinente ao desenvolvimento da pesquisa uma comparação entre o discurso dos militares da Marinha e do Exército acerca dos temas sobre a modernização, a história, a política e a força, que estão presentes na RMB.

⁵ O microfilme foi adquirido na Biblioteca Nacional e digitalizado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

Uma primeira e muito superficial leitura indicou, contudo, que se tratava de uma imprensa periódica militar, produzida por militares e destinada prioritariamente a militares, mas também a outros sujeitos e à sociedade de modo geral, que possuem temáticas e interesses comuns. Trata-se, portanto, de periódicos inseridos na produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil bem como, nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX, quando as transformações adquiriram grandes proporções. A modernização científica e tecnológica e o fim da sociedade escravista implicam também na reflexão sobre questões como a organização da Força, a formação de oficiais, marinheiros e soldados, a legislação penal, etc. Em suma estes temas de dimensão internacional são debatidos por esta imprensa militar. Até o momento a imprensa militar não foi tematizada como tal. De fato, no conjunto da produção sobre imprensa no século XIX não se categoriza uma *imprensa militar*, assim como também os estudiosos dos militares não se debruçaram sobre estes documentos tomando-os como *objeto de análise* e não apenas como fontes. Na realidade, nem mesmo como fontes estes periódicos foram utilizados, aparentemente a maioria deles é desconhecida dos historiadores.

No ano de 2013, por ocasião do VII Encontro Nacional da ABED, em Belém, no âmbito do Simpósio de História Militar, coordenado por mim e pelo professor Eduardo Svartman da UFRGS, tive o prazer de conhecer o trabalho de Fernanda de Santos Nascimento, que investiga, no âmbito de sua tese de doutoramento a imprensa periódica militar do século XIX, especificamente os periódicos produzidos pelos militares do Exército Nascimento, 2013). Imediatamente uma colaboração se estabeleceu entre nós. Assim, considerando os periódicos arrolados por aquela pesquisadora e os por mim levantados (há alguns que ambos os pesquisadores consideraram) verifica-se o seguinte quadro:

Titulo	Período	Números	Situação na BN
O Cidadão soldado	1833	01	Digitalizado
O Militar no Rio de Janeiro	1833	01	Digitalizado
O Soldado Afflicto	1833	01	Digitalizado
O Tareco Militar	1833	02	Digitalizado
O Militar	1839	01	Digitalizado
O Soldado Brasileiro	1849	03	Digitalizado
Revista Marítima Brasileira	1851-1855	89	Microfilmado
O Brazil Marítimo	1854-1859	-	Microfilmado
O Militar	1854-1861 ⁶	25	Microfilmado e Digitalizado
O Militar Brioso	1855	16	Digitalizado
Annaes Maritimos	1861	10	Digitalizado
O Indicador Militar	1862	21	Digitalizado
O Soldado e o Marinheiro	1869	07	Digitalizado
Gazeta Naval	1877	03	Digitalizado
Echo Militar	1878-1879	-	Microfilmado
O Soldado	1881	36	Digitalizado
O Marinheiro	1881	01	Microfilmado

Tribuna Militar	1881-1882	72	Digitalizado
Escola Militar, Revista do Club Acadêmico	1881-1883	03	Digitalizado
Echo da Marinha	1888	01	Microfilmado
O Echo Militar : orgao do Collegio Militar.	1891	-	Microfilmado
O Brasil Militar	1895-1896	38	Digitalizado
A época, revista militar, científica e literaria	1895	-	Microfilmado
A Palavra : revista militar e litteraria luz e uniao.-	1895	-	Microfilmado

Tabela 3

Algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar é importante destacar que esta tabela é parcial. É possível que outros periódicos militares sejam encontrados em outros arquivos e centros de pesquisa, ou mesmo na própria Biblioteca Nacional. Além disto, não foi possível verificar a quantidade de números dos periódicos microfilmados, que exigem uma contagem manual, pois as fichas individuais da Biblioteca Nacional não informam este dado.

De qualquer modo, a tabela comprova o que falávamos sobre a imprensa militar no século XIX. A tomar-se como indicativo o título do periódico pode-se supor que apenas sete (07) de um total de vinte quatro (24) são periódicos vinculados à marinha e pelo menos um, no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai. Assim é pertinente trata-los, quer pelo número assim como pelas problemáticas que aparecem nestes periódicos, já minimamente indicado aqui, como imprensa militar.

Outra observação importante reside no fato de que a maioria dos periódicos militares surgiu após 1850, isto é, quando, por um lado, o império adquire notável estabilidade política com o predomínio saquarema e com a conciliação. É o momento das grandes reformas no império, e isto certamente pode ter estimulado o desejo dos militares em participarem e opinarem acerca dos destinos de suas respectivas instituições.

Este também é o momento que o mercado editorial no Brasil se dinamiza com o advento de tecnologias, como a prensa litográfica rotativa, que possibilitam uma ampliação na reprodutibilidade. Assim, os anos da década de 1850 tornam-se o domínio das revistas ilustradas e os da de 1860 das ilustradas satíricas. Também o mercado editorial, em termos globais, foi agitado pelo aumento das atividades de divulgação científica, especialmente a partir dos anos de 1860⁷.

Mais para o final do século a guerra do Paraguai e a crise militar do Império parecem ter capitalizado o esforço dos editores destes periódicos. Este não é, contudo, o momento de se adiantar conclusões sobre hipóteses ainda em investigação. Mas de fato, não resta dúvida que no final do XIX, a crise política é tema dos periódicos, como se pode perceber através da manifestação da veia poética do articulista de *O marinheiro* a representação que certos militares faziam dos civis naqueles anos de 1881:

⁶ O Catálogo da Hemeroteca Digital Brasileira da BN indica que este jornal existiu no período de 1854 a 1869. Contudo, microfilmados há apenas os anos de 1854 e 1855. Digitalizados há os anos de 1854, 1855, 1860 e 1861.

⁷ Acerca destas questões ver: (Cardoso, 2011),(Ferreira,2011) (Moreira e Massarini, 2002).

Os bcharéis

Perguntava-se ha poucos dias,
a certo padre taful
Por que inundam bcharéis,
Tanto a América do Sul
Fica o padre pensativo,
carrega o sobr'ollho e a cara
E de pronto responde
Com voz pesada e amara:
Castiga Deus quando apraz
Com sua ira os fiéis:
teve o Egito gafanhotos
O Brasil tem bcharéis.

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA IMPRENSA MILITAR

De há muito os historiadores utilizam a imprensa em suas pesquisas. A despeito de certa resistência por entender a narrativa jornalística como parcial e não neutra – segundo os mais tradicionais – a imprensa tem sido empregada no mais das vezes como *fonte de informação*. Mesmo aqueles que supostamente buscam fazer uma *análise* terminam, muitas vezes, reduzindo-se a uma descrição do jornal, da revista, etc.

Um marco na tomada da imprensa como *objeto de análise* no Brasil foram os trabalhos pioneiros de Maria Helena Capelato (Capelato, 1980 e 1989), cuja análise se configura como a crítica da ideologia da imprensa paulista. Uma abordagem bastante significativa neste sentido é a que Siegfried Kracauer desenvolve no texto *Rebelião dos estratos médios: uma discussão com o Circulo Tat* no qual analisa o periódico *Die Tat*⁸ (Kracauer, 2009). Isabel Lustosa constitui outro marco na historiografia brasileira com seus vários trabalhos, em especial *Insultos Impressos - A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)* (Lustosa, 2000), sua tese de doutoramento. Recentemente há, por assim dizer, uma explosão editorial em torno do tema da imprensa e do periodismo científico no oitocentos brasileiro⁹.

Alguns pesquisadores desta nova safra tem procurado trabalhar no âmbito interdisciplinar entre comunicação e história¹⁰. Isto implica em outra abordagem, no caso em questão, da imprensa periódica. Não se trata de uma abordagem mais descritiva do periódico. Ela envolve um aprofundamento da crítica da ideologia, através da Análise de Discurso, da Análise de Conteúdo.

⁸ Para Kracauer o referido jornal, "em seus argumentos a favor de uma síntese autoritária de nacionalismo e socialismo (...) foi central para a revolução conservadora e pavimentou um caminho ideológico para nacional-socialismo nascente. (Kracauer, 2009:123 nota 1).

⁹ Além dos clássicos, como a História da Imprensa de Nelson Werneck Sodré, podemos mencionar as publicações mais recentes, inclusive quanto ao periodismo científico: (Heizer & Videira, 2001), (Neves, Morel & Ferreira, 2006), (Dutra & Mollier, 2006), (Miranda de Sá, 2006), (Kury, 2007), (Lessa & Fonseca, 2008), (Fonseca & Corrêa, 2009), (Azevedo, 2010), (Bragança & Abreu, 2010), (Heizer & Videira, 2010), (Morel, 2010A), (Barbosa, 2010), (Maringoni, 2011), (Lustosa, 2011), (Costa, 2013). (Barbosa, 2013).

¹⁰ Ver por exemplo: (Ribeiro & Herschmann, 2008).

Temos também trabalhado¹¹ com a Revista Marítima Brasileira na tentativa de construção de uma abordagem interdisciplinar na qual confluam as reflexões da História e da Comunicação.

Desta perspectiva trata-se de compreender com McLuhan que o “meio é a mensagem”, mas para além disso, de avançar na reflexão e compreender com Jesús Martín-Barbero que o meio é a mediação, entendida esta última como remissão a

a cadeias envolvendo produtos, produtores e receptores e os deslocamentos de significados entre essas diferentes instâncias. A ênfase muda da produção para a recepção, e o programa epistemológico condiciona cultura e comunicação como processos simultâneos e codependentes reunidos sob a égide da mediação. Com isso, a mediação compreende uma vasta gama de intersecções entre cultura, política e comunicação e equaciona as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais. (...) produção, recepção, meio e mensagem só podem ser pensados como um processo contínuo (...) posições de onde é possível compreender a interação social entre emissão e recepção (...). [Assim] a mediação estabelece uma interdependência dinâmica entre cultura e comunicação (...) [e é] o ponto central da produção do sentido social. (...) os contextos tornam-se acessíveis somente mediante a dinâmica comunicacional da cultura” (Martín-Barbero, cit. em Bastos, 2012: 63).

Neste sentido, é preciso entender a própria produção de um periódico como processo de mediação política e cultural que constrói um espaço público através do qual os militares se fazem presente na arena política como ator legitimado em suas pretensões, posto que esta elaboração implica na construção de sua auto imagem e de sua instituição – a força armada – como espelho da nação.

Assim os periódicos militares podem ser entendidos como uma arma que demarca territórios políticos instaura diretrizes para a construção da força armada, da defesa nacional e da própria nação a partir de moralidades e princípios nacionalistas e patrióticos, em oposição aos civis;

Definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem, de forma alguma, a guerra como objeto; tem como objeto um espaço muito espacial, um espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente essa combinação máquina de guerra – espaço liso¹² (Deleuze & Guattari, 1997: 50).

Observa Júlio Bentivoglio, que máquinas de guerra espalham-se de modo rizomático e são agrupamentos de resistência e de desafio que constroem linhas de fuga, sendo difícil localizar seu começo, apenas suas genealogias (Bentivoglio, 2012: 226).

¹¹ Além do meu próprio trabalho, dois orientandos de Iniciação Científica e de TCC desenvolvem suas pesquisas iniciais com a Revista Marítima Brasileira. Já há dois artigos produzidos pelos mesmos bem como um terceiro sobre os periódicos científicos militares no qual se estabelece uma primeira comparação entre a RMB e o Militar. CONDÉ, Sylvio S. Maia. História e política na Revista Marítima Brasileira 1851-1854. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012, Projeto com financiamento da Fundação Araucária na forma de bolsa de IC. Vilas Boas, Elias Augusto. Ciência e tecnologia em periódicos Militares do Segundo Reinado. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012. Projeto com financiamento do CNPq na forma de bolsa de IC. VILAS BOAS, Elias Augusto. A ciência e a tecnologia em periódicos militares no império: As condições técnico-científicas da armada (1851-1855). Trabalho de Conclusão de Curso. UEL, 2013.

¹² Deleuze, Gilles e Guattari, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. São Paulo: Ed.34, v.5, 1997: 50 cit. em Bentivoglio, J. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. História Revista, Goiânia, v. 17, n. 1, 223-238, jan./jun. 2012: 226.

Assim entendidos os periódicos militares demandam uma análise específica, que implica em reflexões acerca de sua natureza, de seu modo de produção, de seu público e de seu universo ideológico para que se possa compreender os territórios que produz e demarca, que ocupa e propaga, visando objetivamente a conquista do poder.

Este é o caso da *Revista Marítima Brasileira*, e, certamente é o caso de outros periódicos aqui, cujo estudo, certamente propiciará uma melhor compreensão do Brasil oitocentista, de suas Forças Armadas e das relações entre militares, sociedade e poder, elidindo uma análise que tenha por finalidade apenas ratificar uma teoria já posta como pressuposto da pesquisa: a explicação – toda teleológica afinal – da intervenção militar na política através da participação no golpe de estado de 1889.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1990). *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: UNB.
- Arias Neto, J. M. (2001). *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.
- Arias Neto, J. M. (2010). A revolução dos Marinheiros. *Antíteses (Londrina)*, 3, 75-89.
- Arias Neto, J. M. (2012). Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*, 8, 4-29.
- Azevedo, S. M. (2010). *Brasil em Imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: EDUNESP.
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Barbosa, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Bastos, M. T. (2012). Medium, Media, Mediação e Mídiação. In M. A. Mattos; J. Janotti JR & N. Jacks, (orgs), *Mediação e Mídiação* (p.63). Salvador;Brasília: EDUFBA/ Compós.
- Bentivoglio, J. (2012). Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. *História Revista*, Goiânia, 17, 1, 223-238.
- Berger, P. (1984). *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Bragança, A. & Abreu, M. (orgs) (2010). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros Brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP.
- Capanema P. de Almeida, S. (2004). *La construction d'un événement: la 'revolta da chibata' (Rio de Janeiro, 1910) dans ses antécédents, sa réception et sa mémoire*. Mestrado. Paris: EHESS.
- Capanema P. de Almeida, S. (2009). *Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains : identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. Doutorado. Paris: EHESS.
- Capelato, M. H. (1989). *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense.
- Carone, E. (1974). *A República Velha: evolução política*. 2 ed. São Paulo: Difel.

- Costa, C. (2013). *A Revista no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda.
- De Sá, D. (2006). *A ciência como profissão*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. São Paulo: Ed.34.
- Dutra, E. de F. & Mollier, J.-Y. (orgs) (2006). *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume.
- Fonseca, S. C. P. de B. & Corrêa, M. L. (orgs) (2009). *200 anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Gilberto (1990). *Ordem e progresso*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.
- Heizer, A. & Videira, A. A. P. (2010). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj.
- Heizer, A. & Videira, A. A. P. (2001). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access.
- Kracauer, S. (2009). *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaif.
- Kury, L. (2007). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Lessa, M. L. & Fonseca, S. C. P. de B. (orgs) (2008). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Lustosa, I. (org) (2011). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lustosa, I. (org) (2000). *Insultos Impressos - A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maestri Filho, M. (1982). *1910: A revolta dos marinheiros - uma saga negra*. São Paulo: Global.
- Maria H. & Prado, M. L. (1980). *O bravo matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal 'O Estado de São Paulo'*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Maringoni, G. (2011). *Angelo Agostini: a Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal*. São Paulo: Devir Livraria.
- Moreira, I. de C. & Massarini, L. (2002). Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In I. Moreira et alli, *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura.
- Morel, E. (1986[1958]). *A revolta da chibata*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Morel, M.; Capanema P. de Almeida, S.; Ferreira, T. M. T.; Bessone da C. F. & Arias Neto, J. M. (2010). Dossiê: Revolta da chibata – 100 anos: História e Historiografia. *Antíteses*, 3, Número Especial.
- Morel, M. (2010a). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC.
- Nascimento, Á. P. do (2002). *Do convés ao porto: experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp.

- Nascimento, Á. P. do (1997). *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880 - 1910)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. IFCH-UNICAMP.
- Nascimento, F. de S. (2013). *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização do Exército Brasileiro (1850-1881)*. Exame de qualificação (Doutorando em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Neves, L. M. B.; Morel, M. & Ferreira, T. M. B. da G. (orgs) (2006). *História e imprensa*. Rio de Janeiro: DP & A, Faperj.
- Paulo, B. (1943). *A revolta de João Cândido*. Porto Alegre: Independência.
- Ribeiro, A. P. G. & Herschmann, M. (orgs) (2008). *Comunicação e História*. Rio de Janeiro: Globo universidade, Mauad X.
- Schulz, J. (1994). *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP.
- Silva, M. A. da (1982). *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense.
- Souza, A. B. de. (1999). *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Vidigal, A. A. F. (1985). *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

La ordenación del Estado Autonómico. Una comparativa en la prensa española (1981)

ITZIAR REGUERO SANZ

itziar.reguero@gmail.com
Universidad de Valladolid

Resumen

El proyecto que se presenta a continuación analiza el debate autonómico que desembocó en la Ley Orgánica de Armonización del Proceso Autonómico (LOAPA) a través de *ABC* y *La Vanguardia*. El periodo de estudio abarca desde 23 de febrero de 1981 hasta el 15 de agosto de ese mismo año. Utilizando como técnica el análisis de contenido, el objetivo principal del estudio es examinar qué argumentos y posiciones adoptaron los diarios en el proceso autonómico que se estaba fraguando en España.

Palabras Clave: LOAPA; comunidades autónomas; transición española: análisis de contenido

JUSTIFICACIÓN DEL TEMA

De un acuerdo bilateral rubricado el 31 de julio de 1981 por Leopoldo Calvo-Sotelo, en aquel tiempo presidente del Gobierno, y Felipe González, líder del PSOE, surgió la Ley Orgánica de Armonización del Proceso Autonómico (LOAPA), que estableció las bases del modelo territorial español, configurado en 17 Comunidades Autónomas, que actualmente continúa en vigor.

En el año 2014, la cuestión regional es uno de los temas más importantes que España tiene sobre la mesa: es el asunto que afecta más directamente a la convivencia dentro del Estado. En los últimos tiempos se ha podido apreciar cierta crisis en el actual modelo autonómico que alerta en gran medida a la sociedad española; los nacionalistas catalanes quieren convocar el año próximo un referéndum en su región para que sean los ciudadanos quienes decidan si quedarse como Comunidad Autónoma dentro de España o crear un Estado Independiente. Esta misma propuesta también se ha planteado desde el Gobierno vasco, pero el referéndum se ha fechado en torno a octubre de 2015. Estos proyectos independentistas van en contra de lo expuesto en el artículo 2 de la Constitución de 1978, donde se afirma que “la Nación española es patria común e indivisible de todos los españoles”.

En esta cuestión no hay acuerdo entre las regiones españolas, ni siquiera dentro de ellas: las exigencias independentistas son cada vez mayores y existe un descontento de buena parte de la ciudadanía con el modelo territorial actual. Lo que se pretende con este estudio es examinar cómo reflejaban *ABC* y *La Vanguardia* el modelo de Estado que se estaba forjando en 1981 y, a su vez, analizar qué puntos de vista sobre el debate autonómico exponían dichos medios de comunicación a la sociedad española.

OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

En primer lugar, se parte del siguiente supuesto teórico: la prensa es un instrumento válido para consultar la opinión pública de las sociedades del pasado. Es una fuente histórica para explorar un hecho reseñable dentro de un país. Para justificar este supuesto se recurre a la teoría *Two Step Flow*. Lazarsfeld y Katz, en su obra *Personal Influence* (1955), afirmaron que los medios de comunicación son el primer paso a la hora de conformar opinión pública: ellos influyen en los líderes de opinión y, posteriormente, estos exponen sus ideas al círculo de personas que les rodean y que no están expuestas a la influencia de los medios.

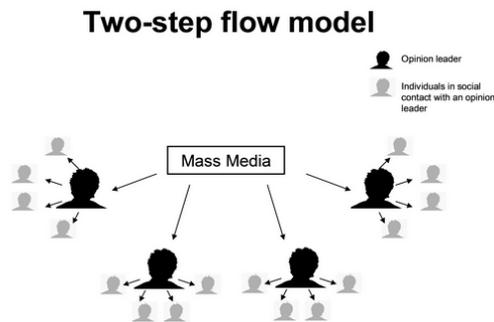


Figura 1

Fuente: <http://communicationtheory.org/>. Acceso en 13.03.2013

Los objetivos que se quieren alcanzar en este estudio son:

- Comprobar que el debate autonómico entre las distintas fuerzas políticas estaba presente en la *Agenda Setting*¹ de ABC y *La Vanguardia*; en esta línea, examinar qué lugar ocupaban las unidades de estudio dentro del propio diario.
- Realizar un análisis longitudinal, desde el 23 de febrero de 1981 hasta el 15 de agosto de ese mismo año, de todas las piezas periodísticas que se publicaron sobre el proceso autonómico dentro de las secciones: *Portada, Opinión/Tribuna y Nacional/España*².
- Estudiar cómo evolucionaron los diarios a medida que se iba configurando el proceso autonómico; cómo cambió el tratamiento de las informaciones, interpretaciones u opiniones en los distintos periodos de estudio y cuáles fueron las causas.
- Examinar qué estrategias, opiniones, discursos y argumentos utilizaron los diarios para referirse al ordenamiento territorial y a la política autonómica realizada por el Gobierno y las distintas fuerzas políticas.
- Analizar la articulación entre los textos periodísticos y los contextos históricos en los que se ha basado esta investigación, con el objeto de comprobar que los medios de comunicación son válidos como fuente histórica.

¹ El estudio realizado por McCombs & Shaw (1972), afirma que la gente considera unos temas más destacados que otros en proporción directa con la importancia que le den los medios. Su nombre metafórico, *Agenda Setting*, proviene de que la noción de que los mass-media son capaces de transferir la relevancia de una noticia en su agenda a la de la sociedad.

² En ABC las secciones se denominaron "Opinión" y "Nacional"; mientras que, en La Vanguardia fueron "Tribuna" y "España", respectivamente.

METODOLOGÍA

LA VANGUARDIA Y ABC COMO OBJETO DE ESTUDIO

La justificación de tomar *La Vanguardia* y *ABC* como instrumento de análisis ha sido determinada por razones históricas, geográficas, ideológicas y, por último, de difusión.

En primer lugar se escogió el *ABC*, un diario editado en Madrid desde su aparición, en 1903. Conservador, tradicional y, sobre todo, “de inspiración monárquica; *ABC* hace de la Monarquía una creencia, una fe ciega y se convierte en su paladín” (Perez Mateos, 2002: 180). Por otra parte, se planteó necesario escoger para la muestra el periódico *La Vanguardia*, editado en Barcelona desde 1881, con el fin de poder ampliar el punto de vista a la Nacionalidad Histórica que más peso tuvo en el desarrollo de la democracia. Después de ser un periódico franquista durante el Régimen, en la Transición da un giro hacia una línea editorial “democrática y catalanista” (Nogué & Barrera, 2006:231) a partes iguales. Ambos periódicos tienen características muy dispares que hacen de este análisis un elemento de contraste.

A su vez, se han utilizado dichos diarios, dado que fueron los que contaban con una mayor tirada en la época de la Transición, por lo que llegaban a un mayor número de público: el periódico de mayor difusión era *La Vanguardia*, seguido de *ABC*, *AS*, *Ya* y el joven *El País*. Paralelamente se elaboraron listas que recogían qué diarios tenían prestigio internacional; tres periódicos españoles, entre ellos *La Vanguardia* y *ABC*, figuran entre los cincuenta más importantes del mundo por su influencia, calidad y peso específico en las sociedades sobre las que inciden, según un estudio realizado por John Cerril Narold Fisner. Otra encuesta sobre audiencia de diarios, realizada a principios de los 80, afirmaba que la lista de los diarios principales españoles la encabezaban *ABC* y *La Vanguardia*, seguidos de *El País* y *Ya* (Ramos, 1989: 59).

PERIODO DE ESTUDIO: 23 DE FEBRERO - 15 DE AGOSTO DE 1981

Las fechas elegidas para realizar el análisis son del 23 de febrero de 1981, cuando aconteció el fallido Golpe de Estado del Teniente Coronel Tejero, al 15 de agosto de ese mismo año. Bien es cierto que el pacto autonómico se firmó el 31 de julio, pero se analizarán las dos semanas posteriores para apreciar cómo fue acogido por parte de *La Vanguardia* y *ABC*. Se toma como punto de partida el intento de sublevación militar por dos razones: en primer lugar, aquel día comenzó el mandato de Calvo-Sotelo, en cuyo programa (previo al 23-F) reflejaba su deseo de ordenar el modelo autonómico; por otro lado, una de las causas que apuntaron los golpistas para llevar a cabo el levantamiento fue la incertidumbre sobre el Modelo de Estado, el miedo a que el país se fragmentara y que se disolviera la unidad de España, problema que está muy ligado a las preocupaciones sociales de nuestros días. Dicho intento de sublevación “fue abortado en unas horas, pero sirvió de advertencia para

las distintas fuerzas políticas y sociales españolas; un aviso de que la transición a una verdadera democracia aún no se había conseguido, pues todavía existían sectores incómodos en el naciente sistema político” (Rubio, 2004: 66).

MÉTODO DE INVESTIGACIÓN: ANÁLISIS DE CONTENIDO

El método que se va a llevar a cabo para el estudio de *ABC* y *La Vanguardia* es el análisis de contenido. Esta técnica ha sido una de las más utilizadas para realizar investigaciones en Ciencias Sociales, como afirmó Klaus Krippendorff en la primera edición de su obra *Metodología de Análisis de Contenido*: “El análisis de contenido puede llegar a convertirse en una de las más importantes técnicas de investigación de las Ciencias Sociales. Procura comprender los datos, no como un conjunto de acontecimientos físicos, sino como fenómenos simbólicos, y abordar su análisis directo” (Krippendorff, 1990: 7).

ANÁLISIS FORMAL DE LA INFORMACIÓN

El análisis formal es puramente cuantitativo, cuya finalidad es analizar qué tratamiento reciben en los diarios las piezas periodísticas referidas al proceso autonómico; es un punto de apoyo donde enmarcar el análisis del contenido de la muestra informativa, que se realizará posteriormente. Asimismo, en este apartado se puede comprobar en qué medida el tema objeto de estudio aparecía en la *Agenda Setting* de *La Vanguardia* y *ABC*.

En la ficha de análisis se abordarán los siguientes aspectos:

- Periódico que se analiza.
- Fecha.
- Sección del periódico donde se publica. En este punto se comienza a apreciar la importancia que el medio de comunicación otorga a la información que se quiere analizar. Como explican Berrocal y Rodríguez-Maribona (1989), de todos los elementos que constituyen un diario, el más destacado es la primera página. Todas las informaciones que aparecen en la portada de una edición impresa el diario las considera importantes, así como de gran interés para el público. Los editoriales también tienen una gran relevancia, ya que se publica abiertamente la opinión del diario respecto a un tema concreto. En este estudio, además de la portada y el editorial, se analizan las siguientes secciones: en *La Vanguardia*, “Tribuna” (apartado de opinión), “Política” y “España”; en el *ABC*, “Opinión” y “Nacional”.
- Género periodístico donde se inserta: se examinan todos los géneros que se encuadren dentro de las secciones citadas en el punto anterior.
- Número de página donde se sitúa y la ubicación dentro de la misma: según el triángulo de Haas la valoración de la información depende de su ubicación en la página: la página impar es preferente a la par; la superficie superior de la página es preferible a la inferior y el espacio horizontal (número de

- columnas) es preferible al vertical (longitud de la columna).
- Si contiene elementos de apoyo: en este apartado se incluyen las fotografías, las encuestas, las infografías... que acompañan a la unidad periodística.

ANÁLISIS DEL CONTENIDO PUBLICADO EN ABC Y LA VANGUARDIA

En la segunda parte del trabajo de campo se analizan los argumentos y las posturas que se publicaron en las unidades de estudio de *ABC* y *La Vanguardia*; el propósito es examinar qué punto de vista tenía cada diario respecto a la organización territorial del Estado. En la misma línea, estudiar qué opiniones publicaron ambos diarios sobre las políticas autonómicas llevadas a cabo por los diferentes partidos.

En primer lugar, se debe determinar si el proceso autonómico es el tema principal de la unidad informativa que se está analizando o, por el contrario, se alude a él dentro de una noticia de otra índole. Estas últimas hay que tenerlas en cuenta para conocer cómo fue evolucionando en los diarios el tratamiento del tema, a través de los diferentes periodos de estudio.

Los resultados que se extraigan de este primer acercamiento se van a ordenar cronológicamente y en base a cada uno de los temas que hagan referencia. Dentro del periodo de estudio que abarca esta investigación (23 de febrero al 15 de agosto, ambos inclusive) hay puntos de interés sobre el tema autonómico, que van a delimitar los distintas etapas de la clasificación cronológica.

Periodos de estudio

01	23 de febrero de 1981 – 13 de abril de 1981
02	14 de abril de 1981 – 17 de junio de 1981
03	18 de junio de 1981 – 31 de julio de 1981 1 de agosto de 1981 – 15 de agosto de 1981

Tabela 1

- El 23 de febrero, cuando se produjo el fallido Golpe de Estado del Teniente Coronel Tejero, es la primera fecha clave de este estudio: el 23-F “tendría unas consecuencias determinantes para el futuro de Estado de las Autonomías” (Pelaz, 2011: 50). Los militares buscaban “un golpe de timón” que recondujese la situación, dado que en la naciente democracia ciertos sectores conservadores tenían miedo a que se fragmentara y se disolviera la unidad indisoluble del Estado.
- El 13 de abril es la fecha que cierra la primera etapa. Aquel día se llevó a las Cortes la Ley Armonizadora que regulaba los términos nación, nacional, nacionalidad, entre otros. El proyecto legislativo se comenzó a fraguar en el Gobierno de Adolfo Suárez y formaría parte de la LOAPA junto con otras disposiciones.
- El 17 de junio, cuando concluye el segundo periodo, se presenta el documento “El PSOE ante la situación política”, donde el Partido Socialista suscribe su relación de apoyo al Gobierno en materia autonómica e invita al resto de

- partidos políticos a que participen en la “cumbre”, con la finalidad de ordenar el Estado Autonómico de acuerdo con lo dispuesto en la Constitución.
- El 31 de julio, finalmente, UCD y PSOE rubricaron su pacto autonómico en el Palacio de la Moncloa, que poco después se denominaría Ley Orgánica de Armonización del Proceso Autonómico o LOAPA. A dicha etapa se han anexionado las dos semanas posteriores, hasta el 15 de agosto, con el fin de examinar las repercusiones inmediatas que el acuerdo acarreó en los Partidos Políticos y, a su vez, en ABC y La Vanguardia.

Por otra parte se va a analizar a qué tema hace referencia cada una de las muestras analizadas. Dentro de cada uno de los periodos, el índice temático organizará las piezas informativas para dotar de coherencia la redacción de resultados que se realizará posteriormente.

Temas del primer periodo

01	23 – F. Intento de sublevación
02	Investidura de Calvo-Sotelo
03	Propuestas del Presidente
04	Opiniones respecto al cambio de Gobierno
05	Se reclaman Estatutos Autonómicos
06	Ley Armonizadora (etapa Suárez)
07	Nacionalidades Históricas ante la Ley
08	Creación de una Comisión de Expertos
09	Discrepancias entre las fuerzas políticas
10	Otros

Tabela 2

Temas del segundo periodo

01	Reacciones acerca de la Comisión Enterría
02	Carta de Tarradellas
03	Política autonómica en Cataluña
04	Política autonómica en el País Vasco
05	Ley de Régimen Local
06	Repercusiones tras el informe Enterría
07	Homogeneizar las competencias
08	Los cien días de Calvo-Sotelo
09	Buena voluntad en la política del Presidente
10	Otros

Tabela 3

Temas del tercer periodo

01	“Cumbre” cuatripartita
02	Nacionalistas vascos y catalanes ante la “cumbre”
03	Declaraciones de Tarradellas
04	Cuestión de Segovia en Castilla-León
05	Pacto Autonómico
06	UCD y PSOE firman el acuerdo
07	LOAPA
08	Aspectos de la Ley
09	Repercusiones del acuerdo
10	Otros

Tabela 4

Además, se tendrá en cuenta a qué personajes o partidos políticos se hace referencia en cada unidad periodística; con ello se pretende organizar, dentro del

índice temático, los hechos referidos a un individuo o institución, para comparar los distintos puntos de vista de *ABC* y *La Vanguardia* sobre una misma realidad.

Posteriormente se clasifican las unidades de estudio en base al género al que pertenecen; se está de acuerdo con el autor John Müller (1990) en la categorización que hace de los géneros periodísticos, dividiéndolos en informativos, si el periodista se limita a informar acerca del hecho o suceso; opinativos, si el periodista expone subjetivamente su punto de vista en el artículo y, por último, interpretativos, donde además de informar, el periodista hace una explicación de lo ocurrido según su propio juicio, lo que tinta la muestra de cierta subjetividad, ya que se sale de la explicación rigurosa de la información.

Por último, se examina el tono que otorga el periodista o articulista a cada una de las unidades informativas referentes al proceso autonómico: si es positivo (cuando el medio de comunicación está de acuerdo con lo expuesto), neutro (cuando no da su punto de vista) y negativo (cuando se posiciona en contra). En esta línea, se extraerán los argumentos hallados en *La Vanguardia* y *ABC* para respaldar la afirmación anterior realizada en el punto anterior.

CONCLUSIONES

EL PROCESO AUTONÓMICO: NOTABLE PRESENCIA EN LA VANGUARDIA Y ABC

En la *Agenda Setting* de los diarios apareció el debate autonómico de forma abundante: fue creciendo el número de informaciones de forma progresiva hasta el final del análisis, lo que demuestra el gran interés mostrado por ambos sobre el pacto que desembocaría en la LOAPA. Asimismo, hubo más contenido informativo que de opinión, pero en los artículos y editoriales publicados se reflejaba perfectamente el punto de vista de sendos diarios sobre las políticas autonómicas que se estaban llevando a cabo.

La muestra de estudio en *ABC* está constituida por 281 piezas periodísticas y, teniendo en cuenta que se han analizado 149 ejemplares, la media es de 1,81 informaciones por día. El diario de Madrid fue incrementando las informaciones y opiniones sobre la cuestión objeto de estudio según se iba acercando el pacto autonómico (primer periodo, 63; segundo 94; tercero 124). Los géneros informativos fueron los más utilizados, especialmente la noticia (179); en la sección de opinión, el editorial fue el género mayoritario (22) seguido del artículo de opinión (21). Viñetas de humor hubo seis, tres en cada uno de los dos últimos periodos. Se contabilizaron 33 muestras en portada y la mayor parte de la información fue dispuesta en página impar (57,29%) y en la parte superior de la misma (74,37%).

Por otra parte, la muestra de estudio en *La Vanguardia* está constituida por 318 piezas periodísticas y, teniendo en cuenta que se han analizado 147 ejemplares, la media es de 2,16 informaciones por día. El diario de Godó fue aumentando sus piezas periodísticas del proceso autonómico según se acercaba el pacto autonómico (primer periodo, 96; segundo 103; tercero 119). Los géneros informativos

también fueron los más utilizados, fundamentalmente la noticia (209); en la sección de opinión, el más utilizado con diferencia fue el artículo de opinión (40), especialmente los de Ramón Pi ubicados en la columna “Crónica Política”. Tan sólo hubo nueve editoriales y dos viñetas de humor. Se contabilizaron 36 muestras en portada y la mayor parte de la información fue dispuesta en página impar (70,4%) y en la parte superior de la misma (80,81%).

SEMEJANZAS ENTRE LOS DIARIOS: LA “BUENA VOLUNTAD” DEL PRESIDENTE

Tras el análisis, se puede considerar que ambos periódicos resaltaron el “buen hacer” que existía en la persona de Calvo-Sotelo a la hora de “canalizar” el asunto autonómico. También coinciden ambos en que aquel era el momento de ordenar el modelo territorial de España a través de lo dispuesto en la Constitución.

La figura de Josep Tarradellas fue positiva para ambos. *ABC* sostuvo que durante su mandato supo mantener buenas relaciones con el Gobierno Central y *La Vanguardia* alabó su actuación decisiva en el proceso autonómico catalán. En este último se tuvo muy en cuenta la carta enviada a su director enjuiciando el comportamiento “victimista” de Pujol; así, el propio diario se adjudicó dicha crítica y suavizó sus artículos de opinión de ataques hacia el Gobierno y su política autonomista durante un mes (hasta que se hizo público el Informe de la Comisión de expertos).

Los periódicos expusieron que el nacionalismo vasco era más radical que el catalán, ya que en el seno del Gobierno Vasco había ideas anticonstitucionales ligadas al independentismo de su territorio, hecho que en Cataluña no pasaba.

ABC y *La Vanguardia* estuvieron de acuerdo en que el pacto UCD-PSOE era digno de resaltar, ya que ambos partidos fueron capaces de dejar a un lado sus propias políticas para regular una materia controvertida que afectaba a la convivencia de las distintas regiones dentro de España.

DIFERENCIAS ENTRE AMBOS: UN “CAFÉ PARA TODOS” FRENTE A UN “CAFÉ PARA NADIE”

Los diarios, a la hora de emitir sus posiciones y argumentaciones acerca del debate autonómico, han utilizado géneros distintos: *ABC*, mayoritariamente, se decantó por el editorial y *La Vanguardia* por el artículo. En este último, la mayor parte de las opiniones han sido firmadas por Ramón Pi, colaborador habitual del diario catalán, en su columna de opinión.

ABC apuntó que todas las Comunidades Autónomas deberían tener las mismas competencias pero siempre por debajo de las que goza la Administración Central. *La Vanguardia*, en cambio, aseguró que las “Nacionalidades Históricas” tendrían que contar con más privilegios que el resto. La “equiparación de techos competenciales”, según el diario de Godó, daría lugar a unas “no autonomías” y aseguró que un “café para todos” es igual a un “café para nadie”.

La Ley Armonizadora, que hacía referencia a los términos nación, nacional y nacionalidad, así como a disposiciones de las lenguas cooficiales (entre otros

aspectos), a *ABC* le pareció muy oportuna para aclarar aspectos dispuestos con cierta ambigüedad en la Carta Magna. Por el contrario, *La Vanguardia* la tildó de precipitada e inoportuna, porque “se iba a armonizar lo ya expuesto en la Constitución”; además, aseguro que la Ley tenía que haber sido votada por todas las fuerzas políticas, previamente a su aprobación.

De igual modo, *ABC* estuvo a favor de la Comisión de Expertos, presidida por Eduardo García de Enterría, así como de su informe, al que calificó de coherente y acertado, aunque apuntó que ciertos puntos del mismo serían difíciles de atajar. *La Vanguardia*, por otra parte, criticó a los administrativistas y aseguró que el documento resultante respondía a lo que el Gobierno había dispuesto en materia autonómica, sin escuchar las voces de otras fuerzas políticas y de las Comunidades Históricas.

Respecto a la “cumbre cuatripartita”, *ABC* consideró que era una buena idea que los partidos mayoritarios de España se reunieran para abordar las directrices del proceso de un modo consensuado. A su vez, *La Vanguardia* criticó que se hubiera marginado a las fuerzas políticas nacionalistas y que se estuviera haciendo un acuerdo a sus espaldas que, más tarde, sería una Ley de obligado cumplimiento llevada a cabo sin el beneplácito de todos.

Sobre el acuerdo bilateral, *ABC* expuso que UCD y PSOE podían tomar decisiones en solitario, ya que representaban a la mayor parte de la sociedad y eran ellos quienes tenían que decidir acerca del futuro de España. Por otra parte, *La Vanguardia* expuso que un pacto compuesto por dos partidos políticos no iba a mejorar la situación de convivencia en el país, ya que no se tuvo en cuenta la opinión de ciertas regiones para decidir sobre un asunto que les afectaba directamente.

CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo sólo es una mera aproximación de cómo se trató el debate autonómico *ABC* y *La Vanguardia* durante parte del Gobierno de Calvo-Sotelo. En casi seis meses se han podido extraer conclusiones sobre los argumentos que utilizaron dos periódicos en el origen del Estado de las Autonomías, pero sería conveniente prolongar la investigación en el tiempo (hasta el año 1983, cuando se firman los últimos estatutos autonómicos) y con más periódicos como muestra, véase *El País*, que durante la Transición se creó y a finales de ella se convirtió en el principal referente en prensa escrita de España, *El Norte de Castilla*, un referente en la prensa Castellanoleonés, o *El Correo Español-El Pueblo Vasco*, diario de mayor tirada en las Vascongadas.

En estos más de 30 años se ha producido un cambio en la opinión pública respecto al Estado Autonómico: en la Transición las autonomías se consideran una solución y, en el 2014, se plantean como un problema dentro de España. Estados independientes, centrales, o federales se proponen en la sociedad como nuevos modelos territoriales. Este debate, que comenzó con la llegada de la democracia a nuestro país, continúa todavía abierto; por ello se plantea necesario que este proyecto de investigación no acabe aquí.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berrocal Gonzalo, S. & Rodríguez Maribona, C. (1998). *Análisis básico de la prensa diaria. Manual para aprender a leer periódicos*. Madrid: Universitas.
- Calvo-Sotelo, L. (1990). *Memoria viva de la Transición*. Plaza y Janés: Barcelona.
- Katz, E. & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal Influence*. New York: The Free Press.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido. Teoría y práctica*. Barcelona: Paidós.
- Müller, J. (1990). *La noticia interpretada*. Santiago de Chile: Atena.
- Nogue, A. & Barrera, C. (2006). *La Vanguardia, del franquismo a la democracia*. Madrid: Fragua.
- Pelaz, J.V. (2011). *El Estado de las Autonomías*. Valladolid: Fundación Transición Española.
- Pérez Mateos, J.A. (2002). *ABC, cien años de un "vicio nacional". Historia íntima del diario*. Madrid: Hobby Club.
- Powell, C. (2001). *España en democracia (1975-2000)*. Barcelona: Plaza y Janés.
- Ramos Simón, L.F. (1989). *Análisis de la difusión de la prensa diaria en España (1976-1984). Consumo de prensa diaria por comunidades autónomas y provincias*. Tesis doctoral. Universidad Complutense, Madrid, Espanha.
- Rubio CAballero, J.A. (2004). Los nacionalistas vascos y catalanes ante la LOAPA: Ajustes y desajustes en el inicio del Estado de las Autonomías. *Historia actual on-line*, 5: 65-80.
- Soto CArmona, Á. (1998). *La Transición a la democracia, España 1975-1982*. Madrid: Alianza.
- Tusell, J. (1999). *Historia de España en el siglo XX. La Transición democrática y el Gobierno Socialista*. Madrid: Taurus de Bolsillo.

Conflitos culturais em narrativas jornalísticas no Sul do Brasil: aspectos históricos e reflexos no Turismo da Serra Gaúcha

JENNIFER BAUER EME; LAÍS ALENDE PRATES & MARIA LUIZA CARDINALE BAPTISTA

jbauer.eme@gmail.com; laisalende@hotmail.com; malu@pazza.com.br
Universidade de Caxias do Sul

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a discussão sobre as narrativas jornalísticas veiculadas pelo jornal Pioneiro sobre conflitos na Serra Gaúcha e, em específico, na cidade de Caxias do Sul, localizada no Sul do Brasil, bem como as consequências para o turismo na região. Trata-se de produção vinculada ao grupo de pesquisa AMORCOMTUR! Grupo de Estudos e Produção em Comunicação, Turismo e Amorosidade, da Universidade de Caxias do Sul (CNPq- UCS), coordenado pela doutora Maria Luiza Cardinale Baptista. A região analisada possui um forte histórico de migrações. Sua colonização ocorreu com a chegada de italianos no século XIX. A partir desse momento, a região passou a se desenvolver intensamente, tornando-se, hoje, um polo industrial, com atrativos turísticos que se destacam, em função da beleza e das condições geográficas da região, bem como das características socioculturais. A migração de pessoas de diferentes estados e países, para a Serra Gaúcha, provoca o choque entre culturas que, muitas vezes, se desenvolvem em forma de violência. Ainda em fase preliminar, a pesquisa já é capaz de mostrar como a presença marcante de narrativas jornalísticas de violência pode prejudicar o turismo da cidade, bem como ajuda a refletir sobre os conflitos resultantes do encontro de diferenças, o que é importante para compreender o cenário de internacionalização em que os fenômenos comunicacionais e turísticos se desenvolvem.

Palavras-Chave: Conflitos culturais; narrativas jornalísticas; turismo; Serra Gaúcha

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a analisar narrativas jornalísticas veiculadas no Jornal Pioneiro - pertencente ao Grupo da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) - que é um dos principais jornais da região da Serra Gaúcha, localizada na região Sul, do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A análise envolve a identificação da importância das narrativas jornalísticas sobre conflitos socioculturais no turismo da região. Para tanto, levou-se em consideração a história da região e sua colonização, com ênfase na cidade de Caxias do Sul, por representar um polo industrial importante do estado.

Este estudo é decorrente da participação das estudantes do curso de Jornalismo como bolsistas voluntárias no grupo *AMORCOMTUR! Grupo de Estudos e Produção em Comunicação, Turismo e Amorosidade*. A produção é vinculada ao projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS) intitulado: *Desterritorializações Desejantes em Turismo e Comunicação: Narrativas Especulares e de Autopoiese Inscricional*, coordenado pela professora doutora Maria Luiza Cardinale Baptista.

O objeto de estudo surgiu nos Encontros Caóticos da Comunicação, as Rodas de Conversa, realizadas, semanalmente, pelo grupo em seminários teóricos. Nessas conversas, percebeu-se que o fato de as duas alunas não serem naturais de Caxias do Sul evidenciava semelhanças no seu cotidiano, trazendo à discussão situações de estranhamento, decorrente dos confrontos entre as suas culturas e as dos outros sujeitos. Pela proximidade com as leituras feitas e pelo interesse em saber como a mistura de culturas pode ser importante para a região, foi se constituindo a base do estudo, que tem por interesse principal mostrar como as narrativas sobre conflitos podem comprometer a imagem de hospitalidade do lugar descrito, e, assim, afetar o turismo em uma das cidades mais importantes da região Sul do Brasil¹, com uma economia desenvolvida e que recebe viajantes todos os dias.

Para a construção do problema de pesquisa, partiu-se da constatação, obtida através de ‘laboratório de pesquisa’ - análise preliminar de edições do veículo - no sentido de que existe um descuido quanto às narrativas jornalísticas sobre conflitos, de tal forma que estas acabam destacando a violência como algo recorrente na cidade. Esses relatos apresentados nas matérias jornalísticas comprometem a imagem de hospitalidade da cidade, necessária para acionar o desejo de conhecer a região. Mesmo que os conflitos socioculturais que marcaram a construção do patrimônio cultural de Caxias do Sul sejam capazes de atrair turistas, a violência estampada de forma banal nas narrativas faz com que até mesmo os próprios moradores tenham medo de fazer suas viagens diárias, ao terem que se deslocar nas diferentes regiões, se desterritorializar, de um bairro para outro, por exemplo.

Além disso, destaca-se que estudos da área do Turismo já sinalizam para o fato de que as práticas turísticas são influenciadas “[...] o turismo é influenciado por fatores inerentes à composição da sociedade, dentre os quais a violência” (Catai & Rejowski, 2005: 245). A violência pode influenciar o turismo pelas matérias jornalísticas que exaltam a criminalidade cotidianamente, mas também pelas reportagens que apresentam situações de violência, as quais os turistas são expostos quando visitam lugares turísticos.

Os conflitos socioculturais, portanto, já estão consolidados na sociedade atual. A maneira com que esta se organiza por si só resulta nesses conflitos. Muitas vezes os valores individuais são colocados acima dos coletivos, além disso, as diferenças sociais contribuem significativamente para que esta situação se agrave. Dessa forma a violência se tornou banal em nosso meio. Hoje podemos presenciá-la em instituições de ensino, no trabalho, em casa e nas ruas. Logo, a violência é um fenômeno plural (Porto, 2002). Considera-se que a disseminação desse fenômeno pode ser decorrente, também, da falta de abordagens educativas que conscientizem as pessoas sobre a problemática em questão, bem como pelo do tratamento jornalístico aos fatos, muitas vezes, sem contextualização sócio-histórica.

¹ Segundo dados estimados, a partir do último Censo demográfico (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caxias do Sul em 2013 alcançou 465.304 habitantes. A área de unidade territorial do Município é de 1.644,296 km². Os municípios limítrofes de Caxias são: São Marcos, Campestre da Serra, Vacaria, Monte Alegre dos Campos, Vale Real, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Flores da Cunha e Farroupilha. A distância de Caxias do Sul até a capital gaúcha é de aproximadamente 130 quilômetros.

Nesse contexto, o Estado dispõe de políticas e campanhas de conscientização, porém, muitas dessas se dão de forma superficial, sem realmente aprofundar a questão e estudar as variáveis que a influenciam. Além disso, conforme mencionado, as escolas também deveriam abordar com maior frequência esse assunto. De uma maneira geral, a sociedade deveria se mobilizar e provocar mudanças nesse sentido, ao invés de mostrar-se apenas como espectadora dessa prática. Nesse sentido, os veículos de Comunicação Social têm um papel importante, tanto de difusão de informações e conscientização com relação aos diversos fatores geradores de conflitos. O modo como são produzidas e veiculadas as narrativas jornalísticas, por isso mesmo, precisa ser repensado, em seus diversos aspectos: seleção de conteúdos, linguagem, critérios de angulação, fontes, valorização dos acontecimentos, etc. Chama-se a atenção para o fato de que o Jornalismo e o Turismo envolvem atividades diretamente relacionadas com a sociedade como um todo. Isso implica na necessidade comprometimento e de produções éticas e cuidadosas, visando ao bem-estar e às plenas condições de essa sociedade se deslocar, conviver, tendo respeitadas as suas diferenças.

APROXIMAÇÕES COM O TERRITÓRIO DE CONFLITOS

Caxias do Sul foi escolhida para ser o local de desenvolvimento da pesquisa não somente porque é o lugar onde vivem as pesquisadoras, mas também porque tem em sua história uma raiz conflitiva pela chegada dos imigrantes europeus à região². Primeiro foram os portugueses, que chegaram na segunda metade do XVIII em pequena quantidade, cerca de sessentas famílias, e mais tarde os italianos, que chegaram ao estado em 1875 (Santos, 2008). Os últimos com mais força, presença - e em quantidade maior - acabaram além de colonizar, criar a identidade concreta do povo daqui.

As narrativas jornalísticas têm grande relevância para a sociedade, muitas vezes pautando o que vai ser assunto nas rodas de conversas, segundo a Teoria do Agendamento de Walter Lippmann (1922). A partir disso, surgiram alguns questionamentos sobre a repercussão das narrativas jornalísticas sobre violência para o turismo local, tendo em vista que Caxias do Sul tem uma imagem de cidade violenta. Dessa forma, essas narrativas que, por muitas vezes, são supervalorizadas pela mídia, geram medo na sociedade; conseqüentemente os habitantes da região se sentem inseguros em se deslocar dentro da cidade e os turistas sentem receio de visitar Caxias do Sul.

Se a mídia não orienta corretamente os seus destinatários sobre a origem dessas situações e o que eles refletem em nossa sociedade, o público muitas vezes faz análises errôneas. O exemplo que podemos identificar é a cidade de Caxias do Sul, um grande centro industrial que possui quase meio milhão de pessoas. A cidade é considerada no estado como uma das mais violentas, pois a mídia ao longo dos anos vem dando destaque às situações de conflito em Caxias. Dessa forma, é

² “[...]A vinda de cerca de 4 milhões de imigrantes europeus para o Brasil mudou as relações de produção, sua vinda significava a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre. A chegada da tal número de imigrantes preocupou os intelectuais brasileiros, que viam com desconfiança a chegada de tantos estrangeiros.” (Giron; Lebreton; Pozenato, 2009).

implantada a cultura do medo fazendo com que os moradores tenham medo de se deslocar pelo território urbano de Caxias do Sul e os turistas se sentem inseguros ao visitar a cidade. Ao mesmo tempo em que tanto o poder público, quanto a mídia e a sociedade desejam atrair visitantes para a cidade, esse estigma permanece e se perpetua em nosso Estado.

A mídia detentora de grande poder e, conseqüentemente, influências, acaba por prejudicar a cidade e seus moradores por não tratar adequadamente as situações que envolvem violência. Se as causas e conseqüências assim como a contextualização fossem mais trabalhadas e apontadas claramente ao público, assim como as reflexões fossem mais estimuladas, as análises sobre as situações de conflito não prejudicariam a imagem da cidade. É claro que culpabilizar apenas a mídia pela imagem que a cidade possui hoje seria muita inocência das autoras, porém tendo em vista que muitas pessoas se baseiam apenas por aquilo que é transmitido pelos meios de comunicação e esta pelo dever ético que tem, deveria preocupar-se mais em como transmitir as narrativas sobre o assunto.

No Brasil, o fenômeno da migração, entre os séculos XIX e XX, se deu devido às transformações políticas, econômicas e sociais, ligadas à expansão do capitalismo europeu, gerando inúmeras reações entre os habitantes das regiões buscadas pelos imigrantes. Em alguns locais, como nas fazendas, os imigrantes não foram bem-vindos e tinham dificuldades em ser empregados; na província, eram considerados como mão de obra agrícola, e no sul, eram vistos com desconfiança (Giron; Lebreton & Pozenato, 2009).

Com a chegada dos imigrantes e os obstáculos vividos para obter a legalização no país, muitos acabaram passando por dificuldades, como falta de moradia e alimentação. Mas a vinda de migrantes/imigrantes para a região não terminou no início do século XX. Atualmente Caxias do Sul se destaca como um dos maiores polos mecânico industrial do país, despertando o interesse de pessoas atrás de oportunidades de crescimento profissional. Nessas situações, de migração e falta de recursos, é que podemos identificar a existência de conflitos sociais. O choque que emerge entre as culturas, muitas vezes, tem como conseqüência a violência.

Na contemporaneidade, além dos próprios brasileiros que migram para Caxias, muitos estrangeiros têm buscado a cidade para fixar residência. Uma pesquisa divulgada em agosto de 2013 pelo IBGE, Caxias do Sul recebe cerca de 50 novos moradores por dia, vindos de estados brasileiros ou de fora do país. Em 2013, por exemplo, a cidade viveu uma polêmica com senegaleses e haitianos que migraram para Caxias.

Ademais, destaca-se que Caxias do Sul não é procurada apenas por aqueles que buscam trabalho. Uma vez que se trata de uma cidade localizada em uma região serrana, produtora de vinhos, que possui muitas belezas naturais e gastronomia conhecida pela qualidade, o local também é buscado por turistas. Nos meses mais frios, os turistas se deslocam para a região, em busca de baixas temperaturas e da possibilidade de neve.

O município é marcado pela presença de múltiplas culturas, o que cria uma ambiência com probabilidade de desenvolvimento de muitos conflitos socioculturais.

Nessa perspectiva, considera-se como conflito as divergências entre culturas, no momento da migração e imigração, especialmente marcadas pela não aceitação das diferenças.

Além disso, a cada dois anos, no mês de fevereiro, é realizada a Festa Nacional da Uva, uma comemoração e homenagem a fruta que chegou junto com os colonizadores italianos. Durante a Festa, a cidade recebe turistas de diversos lugares do país e de outros países também. São retomadas as tradições dos imigrantes e revivida uma narrativa que remete às histórias do passado, com a constituição de uma Corte da Festa, com a rainha e as princesas. A Festa da Uva, além de enaltecer o produto e as tradições que trouxeram riqueza e turismo para a região, reforça o vínculo com o passado. As narrativas jornalísticas de violência e de conflitos culturais na região contrastam com o 'espírito' acolhedor, hospitaleiro e empreendedor dos imigrantes que marcaram a história da cidade.

Através deste trabalho, tem-se buscado fazer uma análise mais detalhada das narrativas veiculadas em períodos próximos a esses eventos marcantes, em que a procura pela cidade é maior, a fim de verificar a incidência de conflitos e, consequentemente, violência entre turistas e moradores, bem como refletir sobre a ocorrência de conflitos/violência e as características das narrativas jornalísticas.

APROXIMAÇÕES COM A TRAMA-TEÓRICA

O referencial teórico é transdisciplinar, envolvendo textos sobre Comunicação, com ênfase no Jornalismo Literário Avançado (JLA), Cultura, Conflito, Turismo e Violência. Essa espécie de costura de saberes é coerente com a compreensão de que estão sendo abordados fenômenos complexos, polissêmicos e multidisciplinares, assim como têm sido percebidos os fenômenos na contemporaneidade.

O Jornalismo Literário Avançado é uma perspectiva abrangente que redireciona as práticas jornalísticas, no sentido de uma captação mais sensível da realidade e uma narração mais próxima da literatura. No Brasil, o autor que cunhou essa expressão é Edvaldo Pereira Lima, autor que apresenta uma perspectiva interessante, associando os saberes e experiência do Jornalismo Literário, a conhecimentos da cultura oriental, da Física Quântica, da Psicologia junguiana. Edvaldo Pereira Lima introduz o conceito de JLA, a partir do qual são propostas matérias com estilo próprio e voz autoral diferenciada. O JLA diferencia-se do jornalismo convencional, onde se encontra uma linguagem comum na maior parte da produção vigente na grande imprensa (LIMA, 2013). A discussão sobre as características das narrativas, sobre os recursos técnicos do Jornalismo, é importante para analisar as narrativas contidas no Jornal O Pioneiro e também para pensar na possibilidade do que Maria Luiza Cardinale Baptista vem chamando de uma Usina de Narrativas Turísticas, nas discussões do AMORCOMTUR!

De acordo com Matta (2010: 2) "Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas." A cultura não é algo estático, já que é construída por seres que estão em constante movimento. Nos

dias atuais, estes movimentos estão cada vez mais rápidos e frequentes, o que faz com que a cultura ganhe aspectos que a ligam ao passado, ao histórico da região. Assim novas culturas se formam provenientes da desterritorialização humana, além da disseminação da cultura nativa. Em tempos de internacionalização, compreender os conflitos culturais passa por refletir por uma espécie de matriz de sobrevivência, a partir da qual se constituem mercados, relações, sociedades.

Em relação ao Turismo, sabe-se que o mesmo tem origem na variedade de expressões culturais. Inicialmente, o turismo era visto como um mero deslocamento de pessoas de um lugar para outro. Hoje é visto como um produto da cultura e também como uma atividade econômica. Nessa perspectiva, o turismo tornou-se o mais importante setor da economia mundial no total de bens e serviços de exportação (Beni, 2003). Logo,

O Turismo internacional proporciona uma estrada significativa de divisas para um país, razão pela qual a atividade turística é levada muito a sério nos países considerados desenvolvidos, tanto no turismo receptivo quanto no turismo emissor (Giron, Lebreton & Pozenato, 2009).

Grande parte do crescimento do Turismo deve-se às novas tecnologias e à globalização. Nesse contexto, percebe-se a relevância do jornalismo como importante causador de impacto no Turismo. Entende-se que as narrativas jornalísticas têm o potencial de agenciar o desejo do turista, no sentido de deslocamento para conhecer diferentes culturas. Essas narrativas se desenvolvem em um contexto em que são necessários alguns fatores, para que o produto turístico se desenvolva com facilidade e com qualidade. Tendo o jornalismo como o contar de histórias, portanto, a profissão de comunicador transcende do ato de comunicar acontecimentos, de tornar mundialmente visível o que acontece em uma única região. As reportagens devem ter um tratamento especial para que, além de cumprir sua função social, também possam transmitir o verdadeiro sentido da história contada, e assim acionar as afetivações dos viajantes (Baptista, 2013).

Entre os percursos teóricos que têm sido realizados para este estudo estão os textos que discutem a violência. Sendo assim, violência é um termo singular, que, devido ao seu uso recorrente, tornou-se banal, parecendo desnecessário defini-la (Rifiotis, 1999). A palavra violência origina-se do latim e significa caráter violento ou bravo, força. O verbo violare significa tratar com violência, profanar, transgredir (Michaud, 1989). Santos (2006: 17) afirma que “a violência teve seu berço, remontado nas atividades humanas primitivas. A agressividade e violência são práticas cotidianas, pulverizadas e banalizadas pela sociedade”. Hoje em praticamente todos os lugares, os sujeitos podem estar expostos a situações de violência e estas têm o potencial de afetar as esferas física, social, comportamental, emocional e cognitiva (Reichenheim, Hasselmann & Moraes, 1999).

Seja pela preservação de seu espaço ou de seus habitantes, os conflitos existem desde a formação da sociedade. A violência é vista como uma forma instintiva de preservação. Ela é complexa, polissêmica, cuja história vem desde a época primitiva e, com o passar dos tempos se modificando de acordo com a evolução da

humanidade (Santos, 2006: 17). Atualmente, a diversidade de culturas e interesses em conflito, que geram situações de violência têm grande visibilidade em nossa sociedade, através da mídia. Porém, esta em muitas vezes tem tratado esses casos de forma equivocada, sensacionalizando os fatos e não contextualizando o seu público sobre as causas dos conflitos.

METODOLOGIA

Este estudo encontra-se em fase de levantamento bibliográfico e de realização de seminários teóricos e laboratório de pesquisa. Destaca-se que além do levantamento bibliográfico, será realizada a análise das narrativas de diferentes períodos históricos, tais como o momento da colonização de Caxias do Sul, os períodos em que há grande movimentação de turistas (inverno e Festa da Uva) e a migração nos dias atuais.

Até o momento, além do trabalho teórico, tem sido realizadas, como laboratório, algumas práticas investigativas de aproximação com o fenômeno estudado: observações espontâneas com registro em diário de campo; observações sistemáticas em alguns exemplares do Jornal O Pioneiro. Foi criado, pela professora orientadora, um protocolo de observação e análise, para a pesquisa sobre as práticas desterritorializantes. A questão da violência e dos conflitos foi incluída neste protocolo, para auxiliar na abordagem de interesse específico das bolsistas. Esse protocolo envolve um mapeamento de temáticas abordadas nas narrativas do jornal Pioneiro, para analisar as características dessas narrativas e as sinalizações de especularidade, desejo e resistências. Para o estudo que está sendo relatado aqui, mais especificamente, os itens visam identificar o tratamento jornalístico dado aos conflitos para o turismo local, com um levantamento quantitativo, seguido de um olhar aprofundado, direcionando a pesquisa para a discussão na perspectiva qualitativa.

Após essas etapas, será dada sequência ao diário de campo, com observações das entrevistas realizadas com turistas e residentes de Caxias do Sul, com a finalidade de verificar se a percepção que as pessoas têm do município é alterada pelas narrativas jornalísticas sobre conflitos. A técnica de entrevista é importante, porque é capaz de colocar as bolsistas em contato direto com os moradores da região, e fazer da visão de cada uma dessas pessoas a sua própria visão, trazendo a aplicação das teorias descritas no referencial teórico. Já o diário de campo é um instrumento pessoal para registro de dados do pesquisador, no qual são anotadas todas as visitas ao campo de pesquisa (Viktora; Knauth & Hassen, 2000).

Em relação aos seminários teóricos, estes consistem em Rodas de Conversas nos Encontros Caóticos da Comunicação, em que todos os participantes do grupo trocam experiências sobre as pesquisas, relatando seus diários de campo, bem como suas percepções pessoais quanto ao que acontece nos ambientes (cidade, profissão, universidade, etc.) que frequentam. O método se inspira no educador Paulo Freire e tem seu andamento fundamentado na experiência de desenvolvimento de práticas educativas e de investigação de Maria Luiza Cardinale Baptista (2013).

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi ressaltado, anteriormente, a pesquisa encontra-se em fase preliminar, de levantamento bibliográfico e seminários teóricos. No laboratório de pesquisa³, porém, é possível perceber a presença marcante de narrativas jornalísticas envolvendo os conflitos e a violência e que, de alguma forma, essas narrativas tendem a comprometer a imagem que a sociedade tem do Município. Em algumas entrevistas preliminares com turistas, ainda como laboratório de pesquisa, notamos que as narrativas jornalísticas que evidenciam a violência e que são veiculadas por jornais de todo o país geram medo nas pessoas e, conseqüentemente, tendem a afastar as mesmas de Caxias do Sul.

Este estudo constitui-se como um esforço, no sentido de contribuir para a discussão sobre a gravidade dos choques culturais e dos conflitos decorrentes desses choques, bem como sobre a importância da mídia, que representam questões pouco exploradas nos estudos sobre a temática (Catai & Rejowski, 2005). A abordagem dessas problemáticas é de extrema relevância, pois tem o potencial de possibilitar discussões na sociedade e, também, oferecer subsídios ao poder público no enfrentamento das questões de violência, geradoras de comprometimento da atividade turística, além dos prejuízos sociais intrínsecos ao fenômeno. Além disso, a pesquisa busca refletir e dar visibilidade para essas temáticas essenciais, que, muitas vezes, passam despercebidas no cotidiano da população. Trata-se de exercício de construção da interface investigativa entre Comunicação e Turismo, desenvolvendo conexões com várias outras áreas de conhecimento.

O levantamento bibliográfico e os seminários teóricos, nas rodas de conversas, realizados até o momento possibilitam compreender aspectos da complexidade cultural de cada cidade, estado e país. O encontro entre essas culturas transformam o ambiente e, muitas vezes, produz o choque, que ocorre de forma violenta. Não se trata, evidentemente, de defender uma universalidade na cultura e nos interesses de todos, mas, sim, a agregação de valores de todas as culturas, respeitando as diferenças e o Outro. Reconhecer o Outro como legítimo Outro na convivência, como nos diz Maturana (1998), para conceituar o Amor, não é somente aceitar a ética da relação, mas também ser capaz de estabelecer uma harmonia entre os sujeitos dentro de uma sociedade repleta de individualismos, onde o bem estar do 'eu' tem sido enaltecido como mais importante que o bem estar do 'nós'.

O Jornalismo é uma profissão essencialmente social e, como tal, deve se colocar a serviço da sociedade para que se aprenda a lidar com o encontro das diferenças. Nos dias atuais, o dinamismo da comunicação altera a forma como a sociedade se relaciona com suas raízes, seu passado, o que traz uma grande mudança social (Giron; Lebreton & Pozenato, 2009). A proposta de Jornalismo Amoroso apresentada por Maria Luiza Cardinale Baptista (2012) e defendida pelo grupo visa refletir o jornalismo produzido atualmente, como ele se comporta nos grandes centros e

³ Expressão utilizada por Maria Luiza Cardinale Baptista, para se referir a aproximações flexíveis com o fenômeno estudado, que são registradas em diário de campo a partir de diversas técnicas.

como está conectado com todas as outras esferas sociais, inclusive com o Turismo. Assim, como meio de representação cultural, entende-se que o o jornalismo pode vir a tratar a região, em sua complexidade, dando relevância aos acontecimentos que possam representar essa característica. Nesse sentido, as narrativas podem contemplar, também, a forma de propagação de receptividade e de hospitalidade que também caracterizam a região.

Como comunicador social é possível ser um agente transformador da realidade, um formador de conceitos e opiniões. Então, o cuidado ao narrar uma história deve atingir o ponto de não distorcê-la, trazer a sua essência e desterritorializar afetivamente os leitores. Mesmo que as narrativas jornalísticas sejam sobre conflitos socio-culturais e até mesmo que retratem violência, o profissional tem o compromisso de respeitar os personagens do relato e contribuir para o que Cremilda Medina chama de 'a arte de tecer o presente' (2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. L. C. (2013). *Afetiv(Ações) do Texto-Trama no Jornalismo Ensino e produção de textos jornalísticos e científicos, em tempos de caosmose midiática*. Forum de Professores de Jornalismo. Ponta Grossa.
- Baptista, M. L. C. (2013). *Caosmose e Afetiv(Ações) Inscricionais do Acontecimento Comunicacional Amoroso*. Encontro Nacional da Rede de Grupos de Pesquisa. Natal.
- Baptista, M. L. C. (2012). Jornalismo amoroso. Quem quer (a)provar?Re!exões sobre a aplicação de práticas pedagógicas amorosas, na formação e no cotidiano do jornalista. *REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo Ponta Grossa*, 1, 9, 93-118.
- Beni, M. C. (2003). *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph publicações e Assessoria Pedagógica.
- Catai, H. & Rejowski, M. (2005). Criminalidade e turismo em São Paulo: a violência registrada junto aos turistas estrangeiros. *Turismo em Análise*, 16, 2, 245-256. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=430510&search=rio-grande-do-sul|caxias-do-sul>>. Acesso em 02.2014.
- Lebreton, M. (2005). *Curso Constituição, Proteção e Valorizaçãodos Patrimônios Locais*. Universidade de Caxias do Sul, 6 a 25 de julho.
- Lima, E. P. (coord) (1996). *Econautas: ecologia e jornalismo literário avançado*. Canoas, RS: Universidade Luterana do Brasil.
- Lima, E. P. (2004). *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 3.ed. Barueri, SP: Manole.
- Matta, R. (2013). *Você tem cultura?*. Disponível em <http://nau1.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA_voce_tem_cultura.pdf>. Acesso em 08.2013.
- Medina, C. de A. & Medina, C. de A. (2003). *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus.
- Michaud, Y. (1989). *A violência*. São Paulo: Ática.

- Pozenato, K. M. M.; Giron, L. S. & Lebreton, M. (2009). *Interfaces: cultura, comunicação e turismo*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- Reichenheim, M. E.; Hasselmann, M. H. & Moraes, C. L. (1999). Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14, 1, 109-121.
- Rifiotis, T. (1999). Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. *São Paulo em Perspectiva*, 13, 4, 28-41.
- Santos, M. de O. (2008). *Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro.
- Victora, C. G.; Knauth, D. R. & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Torno Editorial.

O 25 de abril na imprensa brasileira

CAMILA GARCIA KIELING¹

camila.kieling@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

A 25 de abril de 1974, um golpe efetivado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) colocou fim à mais longa ditadura da Europa no século XX: o Estado Novo português. A Revolução dos Cravos reverberou pelo mundo e em especial no Brasil, que, naquele momento, completava dez anos sob ditadura militar. Os militares brasileiros, apesar de acolherem como exilados políticos importantes figuras do regime deposto, foram os primeiros a reconhecer o governo do Portugal democrático. Ao mesmo tempo, a oposição à ditadura militar brasileira celebrava o 25 de Abril, na esperança de que indicasse alguma abertura no quadro político nacional. Nosso objetivo é examinar, através da análise crítica do discurso (ACD), a cobertura realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em suas primeiras páginas a 26 de abril de 1974.

Palavras-Chave: Revolução dos Cravos; imprensa brasileira; análise crítica do discurso

INTRODUÇÃO

Aos 25 minutos do dia 25 de abril de 1974, a canção *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso, toca na Rádio Renascença, em Portugal. A música, que fala do sentimento de fraternidade entre o povo da vila alentejana de Grândola, era a senha para que tivesse início a revolução encabeçada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar a ditadura que dominava o país desde 1926. Portugal estava mergulhado há quase 50² anos em um regime totalitário personalista, nacionalista, centralizador, apoiado em forte aparato repressivo e ideológico. No campo econômico, o governo estimulava uma industrialização dependente do mercado externo, em uma “estrutura econômica que assentava na sobre-exploração dos trabalhadores na metrópole e na espoliação dos povos das colônias” (Louçã, 1984: 12). A saturação desse modelo, junto com as guerras coloniais, foram alguns dos principais motivos do fim do salazarismo.

António de Oliveira Salazar (1889-1970) participou da ditadura desde o seu início, com a Revolução de 28 de maio de 1926. Primeiro, teve uma rápida participação (13 dias) como Ministro de Finanças. Retornou à função em 1928, impondo uma política de forte austeridade. A partir da Constituição de 1933, passou a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, permanecendo na função até 1968,

¹ Bolsista CAPES – Processo nº 14170-13-2

² Foram 48 anos de ditadura de ponta a ponta, de 1926 a 1974. Nesse percurso estão a Ditadura Militar (1926 a 1933), o Estado Novo Salazarista (1933 a 1968) e o Estado Novo Marcellista (de 1968 a 1974, período no qual Marcello Caetano assume a presidência do Conselho de Ministros após o afastamento, por motivos de saúde, de António Salazar).

quando se afasta por motivos de saúde. Líder de educação católica, foi uma das figuras políticas mais marcantes do século XX. De personalidade peculiar, era considerado uma pessoa fria, pouco afeita ao contato com outras pessoas. Não casou, não teve filhos nem frequentava amigos. “[...] sob este ângulo, é uma espécie de fenômeno, um ditador contranatural” (Georgel, 1985: 44).

Salazar entra em cena em um país de estado industrial medíocre, paralisado internamente pelas conquistas ultramarinas que marcaram sua história. O líder não vê aí um problema, ao contrário, “deseja evitar o desenvolvimento a fim de conservar a tranquilidade e não desenvolver o proletariado para evitar as crises” (Georgel, 1985: 108). Nos anos 1960, começam as guerras de independência das colônias africanas: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, e sua contenção exige muito dos cofres públicos e dos portugueses. Quando Salazar se retira, sendo sucedido por Marcello Caetano, em 1968, o país vive das exportações, do dinheiro enviado pelos emigrantes e do turismo. Os partidos políticos e sindicatos são suprimidos, sendo a União Nacional a única organização partidária legalmente reconhecida (Georgel, 1985).

Georgel (1985: 115) caracteriza o salazarismo como uma “ditadura estática”, que “não tem necessidade do povo para atingir seus objetivos”. Os instrumentos utilizados para guiar o Estado são baseados no medo e na obediência, desacreditando qualquer tipo de capacidade autônoma dos indivíduos ou das massas. O regime fechado se traveste de democracia através de instrumentos legais: a Constituição de 1933 tratou de “permitir, ao abrigo de uma fachada democrática constituída por uma assembleia, a governação do país por um executivo todo-poderoso” (1985: 128). Ferreira (2006) analisa o papel das eleições durante o Estado Novo português e afirma que este, apesar de ser uma ditadura, preocupava-se em realizar eleições presidenciais, legislativas e para as Juntas de Freguesia, a fim de consagrar sua legitimidade tanto a nível interno quanto externo. As eleições eram uma fachada democrática, uma vez que os resultados eram controlados e, muitas vezes, fraudados a fim de garantir a vitória da União Nacional.

No campo da força repressiva, a ditadura atuava em duas frentes: a polícia política e o exército. A primeira estabeleceu-se na Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que contava com um número elevado de colaboradores – entre dez e doze mil – e produziu fichamentos de pelo menos metade (três milhões) da população de Portugal à época.

A relação de Salazar com o outro braço da força, o Exército, é singular. O ditador era um civil e, ao contrário de outros déspotas na Europa, como Franco, Mussolini ou Hitler, não foi gestado politicamente entre as Forças Armadas. A ditadura em Portugal sempre esteve à mercê do Exército e isso fica claro no 25 de abril, quando o regime cai praticamente sem resistência. Foi através das Forças Armadas que a ditadura sucumbiu e um dos fatores preponderantes para que isso acontecesse foi o descontentamento dessa instituição, especialmente por causa das guerras de independência nas colônias africanas. “O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África” (Secco, 2004: 7).

Em 1961, estoura a revolução em Angola. Em 1963, é a vez de Moçambique e Guiné-Bissau. O esforço militar português para reprimir as revoltas nas colônias contraria todo um movimento europeu de descolonização, além da pressão de Estados Unidos e União Soviética, em plena Guerra Fria. Também implica somas colossais para um país de economia estagnada e cada vez mais isolado. O orçamento militar devora 9% do PIB em 1970 e quase 200 mil soldados – 10% da população economicamente ativa do país – está deslocado para os fronts. A guerra contra as colônias mostra-se injusta, infundada e dispendiosa, tanto em esforço financeiro quanto humano.

O afastamento de Salazar em 1968 dá início a um período que ficou conhecido como “primavera marcellista”, em referência a Marcello Caetano, que o sucedeu na presidência do Conselho de Ministros. Caetano tenta articular algumas modificações liberalizantes, promovendo a aproximação da União Nacional com setores mais liberais. Modifica a lei da censura e o nome do PIDE, que passa a se chamar Direção-Geral de Segurança (DGS). Mesmo assim, as guerras coloniais e a ditadura continuam a oprimir o povo português, provocando descontentamento entre as Forças Armadas, que passam a organizar-se no Movimento dos Capitães. Cresce o entendimento de que a solução para as questões ultramarinas é política e não militar. Essa ideia ganha reforço com a publicação do livro *Portugal e o futuro*, a 22 de fevereiro de 1974, de autoria do general António de Spínola. Líder de grande destaque nas guerras coloniais em África e ex-governador da Guiné-Bissau, Spínola ocupa, na ocasião, o cargo de vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Na obra, propõe uma solução federalista para a questão colonial.

A 5 de março, o Movimento dos Capitães se reúne em Cascais para aprovação das bases de seu programa, no documento intitulado “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, e passa a se chamar Movimento das Forças Armadas (MFA). No dia 14 desse mesmo mês, o general Spínola não comparece a uma reunião de oficiais gerais com o presidente do Conselho, na qual foi reafirmado o apoio desses oficiais à política ultramarina do governo. Como consequência, é exonerado de seu cargo. Este fato leva à uma tentativa de antecipação do golpe, o Levantamento de Caldas, que fracassa e leva à prisão cerca de 200 militares. O MFA volta a se articular, contando com a participação do general Spínola na composição de seu Programa. Consegue efetivar o golpe, finalmente, a 25 de abril de 1974.

“Quando saíram às ruas, os militares queriam somente três coisas: pôr fim à ditadura, regatar o prestígio das forças armadas; e terminar com a Guerra Colonial em África que já estava virtualmente ganha pelos inimigos” (Secco, 2004: 7). A ditadura cai oferecendo pouquíssima resistência. A população ignora as orientações para não sair às ruas e Lisboa é tomada pelos populares, que apoiam o movimento. Os soldados recebem os cravos e os depositam, simbolicamente, nos canos dos rifles. Ao final do dia 25 de abril, Caetano é preso no Quartel do Carmo pelo capitão Salgueiro Maia e levado para a Ilha da Madeira. Nas negociações que levam à sua rendição, o acordo é que a presidência seja entregue ao general Spínola, integrante da Junta de Salvação

Nacional (JSN), um grupo de militares designados para sustentar o governo português até a realização de eleições diretas e livres e a formação de um governo civil.

Libertos da ditadura, os portugueses têm de encarar problemas gestados na longa duração: “o país vivera nos últimos séculos a condição de um império ultramarino acostumado a ver-se com lentes dilatadas e não tal qual um pequeno retângulo na ponta extremada do Velho Mundo” (Secco, 2004: 7). Inicia-se então um processo de intenso debate e disputa política conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC), que se conclui com a aprovação da Constituição Portuguesa de Abril de 1976 e consolida a democracia no país.

No Brasil, a ditadura militar completava 10 anos de existência em 1974. Pouco dias antes da revolução portuguesa, a 15 de março, o general Ernesto Geisel era o quarto militar a assumir a presidência da República desde 1964. Em um momento de grande repressão, no qual sofria com a censura, prisões, torturas e assassinatos, a oposição aos militares festejou o sucesso do golpe e articulação das esquerdas em Portugal, na esperança de que sinalizassem alguma possibilidade de abertura no quadro político brasileiro. Contrariando as expectativas, a ditadura logo reconheceu o governo revolucionário português e, ao mesmo tempo, ofereceu asilo a Marcello Caetano e Américo Thomaz.

O inusitado posicionamento tem a ver, de acordo com Martinho (2007), com a questão colonial, especialmente com as guerras de independência de Angola, Moçambique e Guiné, já que o Brasil tinha interesse em herdar de Portugal a influência cultural e comercial sobre as colônias. Os movimentos nesse sentido provocaram, no desenrolar dos fatos, estranhamentos entre as diplomacias brasileira e portuguesa. Entre essas situações, destacam-se o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (julho de 1974) sem consulta aos portugueses, e o apoio diplomático do Brasil ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em novembro do mesmo ano, contrariando, inclusive, aspirações americanas (Martinho, 2007).

Os acontecimentos de 25 de abril de 1974 foram acompanhados, ao mesmo tempo, com esperança, ceticismo e incredulidade, no mundo todo. Àquela altura, poderia parecer mais um golpe militar que encobria intenções despóticas na armadilha das libertações, mas também um revigorante sopro de liberdade e um sério aviso às ditaduras de Espanha, Grécia, Chile e Brasil. Vemos, assim, que o 25 de abril traz à tona uma série de disputas de poder e expõe a complexidade das relações políticas naquele momento histórico, relatadas e interpretadas pela imprensa da época. Interessa-nos, dessa forma, compreender de que forma dois jornais de grande expressividade no Brasil – *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* - produziram seu discurso sobre esse episódio. Passamos, assim, à introdução alguns conceitos da perspectiva teórico-metodológica que orienta nossa análise.

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

Mais do que um suporte teórico, a Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma tomada de posição. Ela coloca o pesquisador no lugar de analista das relações de

poder, consciente da inescapável conexão entre a produção de conhecimento no âmbito científico e a sociedade. Interessa-se, sobretudo, pelas questões de poder e dominação, pautada pela noção de que “Uma extensa análise de discurso supõe uma interação do texto e do contexto no sentido de que o uso de um discurso em uma situação social é, ao mesmo tempo, um ato social” (van Dijk, 1990: 52). Assim, o discurso jornalístico, especialmente por seu caráter público e por sua intenção de referir a realidade, é entendido aqui como um ato social, uma forma de interação, uma peça discursiva condicionada por fatores macro e microestruturais e que não apenas reflete, mas também interage com e age sobre a realidade.

A imprensa exerce uma forma de poder social porque ocupa socialmente uma posição de referencial da realidade, o que expõe a dimensão persuasiva desse tipo de discurso. Esse poder é simbólico, atua na esfera das crenças da audiência e não no condicionamento de suas ações (van Dijk, 2005), diferente do tipo de persuasão atribuída ao campo da publicidade ou da propaganda, que buscam agir sobre a ação do público, levando-o a comprar um produto ou a votar em um determinado partido político.

Na perspectiva do discurso como ato social, a ACD busca conectar suas dimensões macro e microestruturais: “O uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação pertence ao nível micro da ordem social. Poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise” (van Dijk, 2005: 21). É através da análise da estrutura, da produção e da compreensão das notícias que a ACD procura compreender tanto a esfera microestrutural (a sintaxe, a semântica, a pragmática), quanto os recursos macroestruturais (chamados também de esquemas, modelos ou superestruturas) que preenchem o discurso com um conhecimento geral do mundo, crenças, ideologias, pressuposições.

Neste artigo, centraremos a análise nos aspectos *estruturais* do discurso jornalístico, segundo a ACD. Nessa esfera, van Dijk destaca a fragmentação: “Ou seja, cada tópico é apresentado em partes, e não como um todo, como é o caso de outros tipos de discurso. Esta característica estrutural tem a sua origem no princípio geral da organização da relevância na notícia” (1990: 71). Assim, uma reportagem jornalística, de forma geral, estrutura-se em um resumo e um relato. Os títulos e cabeçalhos resumem o texto e dão indícios da sua macroestrutura semântica. O relato descreve a situação e apresenta os comentários.

De natureza fragmentada e conectado com o tempo presente, o discurso jornalístico estrutura-se de forma a explicitar o contexto dos acontecimentos - seus antecedentes ou eventos anteriores - em retrancas separadas da notícia principal. Na esfera do que o autor chama de *comentários* estão as reações verbais e as conclusões, espaço onde manifestam-se as expectativas e avaliações sobre os fatos. As *reações verbais* constituem as citações diretas ou indiretas de autoridades, testemunhas ou outros participantes do episódio noticiado. Já os comentários compreendem as opiniões e avaliações do jornalista ou do próprio veículo, “embora muitos produtores de notícias compartilhem a visão ideológica de que fato e opinião não devem

ser misturados, a categoria dos comentários aparece com frequência no noticiário, embora às vezes de forma indireta” (van Dijk, 1990: 88). O autor afirma que esse componente da estrutura do texto jornalístico apresenta-se nas avaliações e expectativas, ao predizer, por exemplo, as consequências dos fatos noticiados ou sugerir desdobramentos futuros.

Outra característica importante é que, ao contrário dos relatos cotidianos, o discurso jornalístico não é organizado de forma cronológica. A notícia é, de forma geral, arranjada em termos de relevância, ou seja, a informação mais importante aparece primeiro e os detalhes são apresentados no decorrer do relato. Isso traz importantes consequências ao texto, no qual muitas vezes é preciso recorrer ao uso de composições complexas para estabelecer as relações de causa/consequência ou relações temporais entre o antes/depois.

Van Dijk (1990) situa entre as questões estruturais o estilo e a retórica do discurso jornalístico. Ainda que o estilo constitua um atributo complexo, dado que depende do contexto comunicativo, é possível destacar algumas de suas características. Uma delas é a impessoalidade, dado que dirige-se a um público amplo e que só se faz presente no texto de forma indireta ou implícita, ou seja: o texto jornalístico não dialoga diretamente com o leitor. Além disso, como trata diariamente de temas amplos, conta com uma quantidade significativa de conhecimentos, crenças e valores pressupostos, os quais considera socialmente compartilhados. A impessoalidade também se manifesta no fato de que o discurso noticioso não expressa a fala de um indivíduo, mas sim organizações institucionalizadas, públicas ou privadas. “Não apenas o ‘tu’ está geralmente ausente, mas também está ausente um ‘eu’ realmente individual” (van Dijk, 1990: 113). É importante destacar que, na perspectiva do autor, tanto a impessoalidade quanto a imparcialidade atribuídas ao discurso jornalístico dizem respeito apenas ao âmbito normativo e não descritivo do texto. Os recursos geralmente atribuídos à esfera técnica do jornalismo (objetividade, imparcialidade, *lead*, concisão, etc.) apenas sugerem impessoalidade. As crenças não se subtraem tão facilmente e podem aparecer de muitas maneiras: na seleção dos textos, na hierarquia de relevância, nas palavras escolhidas para descrever os fatos, entre outros. O estilo jornalístico é também marcado pelos temas abordados, os quais pré-estabelecem o universo lexical que será utilizado para construir o texto. Além disso, os limites de espaço e de tempo para a edição colaboram para a padronização do discurso, tendência que é possível de acompanhar pelos manuais de redação e estilo produzidos pelas empresas.

Já os aspectos retóricos do discurso jornalístico têm uma natureza menos estandardizada que os estilísticos. De forma geral, a efetividade da notícia está em sua sugestão de factualidade, ou seja, trata-se de um ato de fala assertivo. Reside aí a face persuasiva do discurso jornalístico: alimentar as crenças dos leitores ao ser entendido como uma verdade ou, ao menos, uma possível verdade (van Dijk, 1990: 124).

O aspecto persuasivo do discurso jornalístico é promovido através de variadas estratégias, que incluem, resumidamente: as descrições diretas dos acontecimentos,

o uso de testemunhos presenciais e fontes confiáveis, as citações diretas e indiretas dessas fontes, o uso de sinais de precisão e exatidão (cifras, números, datas), o estabelecimento de relações de causa e consequência, a inserção dos acontecimentos dentro de esquemas familiares e de argumentações reconhecidas, a invocação de fortes emoções.

Expostas, ainda que de forma resumida, as principais questões estruturais do discurso jornalístico de acordo com os pressupostos da ACD, passamos à análise das capas de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* a 26 de abril de 1974.

O 25 DE ABRIL E A IMPRENSA

A revolução de 25 de abril de 1974 e o Processo Revolucionário em Curso (PREC) ao qual ela deu início mexeram com o ânimo da imprensa de todo o mundo: “Portugal era olhado como o palco de um confronto definidor entre esquerda e direita e terá sido essa uma das razões pelas quais a sua agitação tanto apaixonou a opinião pública mundial” (Vieira & Monico, 2014: 337). O incomum golpe de Estado perpetrado por militares que, entre idas e vindas, levou efetivamente a um processo democrático foi acompanhado pelo mundo com olhos incrédulos e esperançosos.

A essa altura, a imprensa brasileira estava sob censura. De acordo com Fico, a prática existiu desde do começo do regime militar, mas acentuou-se após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. A partir daí, a censura “sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder” (2012: 87). A forma mais grave era a censura prévia, mas havia também as “proibições determinadas”, que eram transmitidas às redações através de “bilhetinhos” ou por telefone (Fico, 2012).

Matutino e diário, *O Estado de S. Paulo* nasceu em 1875 com o nome *Província de São Paulo* (a mudança de nome deu-se com a proclamação da República, em 1889), sob direção de um grupo da elite agrária paulistana. De orientação política liberal, o *Estado* contribuiu ativamente para a efetivação do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal na época, é o redator de um documento conhecido como “Roteiro da Revolução”, que teria orientado algumas das primeiras ações dos golpistas. Depois do golpe, a relação entre o jornal e os militares torna-se cada vez mais tensa, e atinge o auge em dezembro de 1968, com a publicação do editorial “Instituições em frangalhos”. A edição do jornal foi apreendida e instituiu-se a censura sobre a redação, que seria suspensa apenas em janeiro de 1975 (Soares, 1989).

A *Folha de S. Paulo* nasceu em 1921, com o vespertino *Folha da Noite*, fruto da iniciativa de um grupo de jornalistas egressos da redação do *Estado*. Editorialmente, procurou estabelecer-se como um jornal mais informativo do que opinativo, dirigido ao leitor urbano paulista. Nos anos 1960, a empresa passa por um grande crescimento e, já sob o título *Folha de S. Paulo*, inicia uma série de transformações administrativas que transformaram-na, nos anos 1970, no jornal de maior circulação paga no Brasil. Entre elas está o renascimento do vespertino *Folha da Tarde*,

um dos jornais que mais colaborou com a ditadura militar brasileira. Já o matutino “submeteu-se à censura, acatando as proibições” (Pilagallo, 2011).

Assim, é preciso levar em consideração o contexto de controle e repressão em que atuava a imprensa brasileira em 1974, além das particularidades de cada um dos jornais analisados neste recorte em sua relação com a censura.

Iniciamos a análise pelas manchetes publicadas pelos jornais para noticiar a revolução política em Portugal. Na Análise Crítica do Discurso, é importante atentar para a semântica textual, ou seja, a coerência local e global dos textos. De acordo com van Dijk (2005), os tópicos ou temas que sumarizam os textos das notícias são expressos de forma hierárquica, já que “as proposições nas notícias estão frequentemente relacionadas por uma relação de especificação: proposições mais genéricas são seguidas por proposições mais específicas, que dão mais detalhes” (2005: 65). Sendo assim, as manchetes, os títulos secundários e os *leads* das primeiras páginas dos jornais são entendidos como elementos expressam o topo da macroestrutura do texto, ou seja, sumarizam o seu conceito. Vejamos as manchetes e os títulos secundários de cada dos jornais selecionados para esta análise, listados na Tabela 1.

O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo
Golpe militar derruba o governo português [manchete]	Caetano preso, Spínola no poder [manchete]
O novo regime é aclamado nas ruas de Lisboa	Foi uma rebelião dos jovens oficiais
Apenas 12 horas	Nas ruas o povo grita “liberdade”
Às 4 da tarde, o final de uma era	
Spínola promete realizar eleições livres e diretas	
Itamaraty não foi surpreendido	
No instante inicial, a definição política	
Nos territórios, apenas o silêncio	

Tabela 1 – Manchetes e títulos secundários
Fonte: capas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* em 26 de abril de 1974.

O *Estado* opta por uma manchete que sintetiza de forma impessoal e informativa os acontecimentos: “Golpe militar derruba o governo português”. A *Folha*, por sua vez, aposta no conhecimento prévio do leitor e centra a manchete nos personagens: “Caetano preso, Spínola no poder”, ou seja, desconhecendo Marcello Caetano e António de Spínola, seria impossível compreender a manchete. Destacamos que o *Estado* opta por “golpe militar” para designar a ação dos capitães e “governo português” para referir a ditadura.

A *Folha* demonstra escolhas sintáticas bastante heterodoxas para os padrões regulares do discurso jornalístico, especialmente no que diz respeito ao uso dos verbos, os quais são, curiosamente, suprimidos na manchete, possibilitando o estabelecimento de múltiplas coerências, como: “Caetano [é?] [está?] preso, Spínola [toma?] [é colocado?] no poder” Ao suprimir os verbos, o jornal opta por não determinar as ações que levaram a cabo o movimento político português, colocando o foco sobre os objetos e os resultados dessas ações, ou seja, na dimensão passiva e não ativa dos acontecimentos. A escolha aponta também para uma tendência de

personificação dos fatos, conformando-os sob os destinos de Marcelo Caetano e António de Spínola.

Vejamos, apenas a título de ilustração, as manchetes de outros dois importantes diários, de impacto mundial, a 26 de abril de 1974. No francês *Le Monde*: “Entre as aclamações da multidão, um movimento das forças armadas toma o poder em Portugal” (Vieira, Monico, 2014: 23). O norte-americano *The New York Times* destaca: “Exército de Portugal toma o controle e proclama objetivo democrático/ Rendição de Caetano anunciada”³. Vemos que, de forma geral, esses títulos, além de mais extensos, optam, cautelosamente, por caracterizar o movimento dos capitães como uma “tomada de poder” ou “tomada de controle”. Nessas manchetes, a figura de Spínola não aparece. Não esqueçamos que o protagonismo do general foi resultado das negociações levadas a cabo pelo MFA no contexto da rendição de Caetano, que não queria que o poder “caísse na rua”. Observamos, também, que nenhum dos jornais brasileiros analisados aqui destaca no título principal a dimensão da participação popular ou atribui aos oficiais de patentes mais baixas, os capitães, o protagonismo na condução dos acontecimentos.

Na *Folha*, seguindo a manchete, o texto principal da capa é composto por quatro parágrafos, os quais, seguindo os pressupostos teóricos da ACD, podem ser reduzidos a seguinte lista de tópicos:

- Marcello Caetano rendeu-se por força de um golpe militar;
- O general António de Spínola assumiu o poder;
- O general Spínola, em nome de uma Junta de Salvação Nacional, compromete-se com o resgate de liberdades individuais, além da realização de eleições livres e diretas.

Os tópicos são recobertos por pressupostos, sugestões e associações que indicam as dimensões ideológicas do veículo de comunicação. No caso da *Folha*, as repetidas menções e as caracterizações exageradas da figura de Spínola (trajava “uniforme de gala, sobre o qual se destacavam suas muitas condecorações”) confirmam uma crença no protagonismo das personagens tradicionalmente representativas do poder: o presidente do Conselho de Ministros (cai Caetano, não a ditadura como um todo) e o general veterano, diminuindo a dimensão da participação popular e dos capitães à frente dos eventos. “Muitas das implicações ideológicas decorrem não só do fato de se dizer pouco, mas também do fato de serem ditas demasiadas coisas irrelevantes sobre os atores das notícias” (van Dijk, 2005: 66). A exaltação da figura militar de alta patente não pode ser minimizada neste momento da vida política do Brasil, que já a essa altura acumulava o quarto general na presidência em 10 anos de ditadura.

É possível perceber, ainda, a utilização de sinais de exatidão a fim de conferir ao texto referenciais de realidade, recurso característico do discurso jornalístico: o golpe teria “eclodido às 3 horas da madrugada, durou exatamente 15 horas e marcou o fim de 48 anos de regime salazarista” (grifos nossos).

³ “Portugal’s army seizes control and proclaims democratic goal; Caetano’s surrender announced” (tradução nossa).

A despeito da imprecisão da manchete e dos tópicos e pressupostos do texto principal direcionados às figuras clássicas de poder, os demais títulos da capa da *Folha* apontam para fatores importantes na constituição dos eventos do 25 de abril: a iniciativa dos jovens oficiais e a participação popular. “Foi uma rebelião dos jovens oficiais” é o título do texto do correspondente Victor da Cunha Rego, direto de Lisboa. O relato é escrito em primeira pessoa, o que, na técnica jornalística, confere credibilidade, pois trata-se de um olhar privilegiado sobre os fatos, e traz a fala de personagens do povo, das ruas de Lisboa, que apoiam de forma veemente o movimento dos capitães. Este título completa, de uma forma mais abrangente, significados que restaram obscuros na manchete e no texto principal da capa. Oferece ao leitor uma interpretação mais tensionada da participação dos oficiais de mais alta patente, ao afirmar que o movimento dos oficiais teve apoio de poucos generais e que “desde os primeiros momentos notaram-se graves diferenças entre os jovens oficiais revoltosos e os poucos oficiais da alta patente que apoiam publicamente o comando revolucionário”.

A segunda retranca secundária publicada na capa da *Folha* traz, ainda, a tônica da participação popular, o clima das ruas, sob o título “Nas ruas, o povo grita ‘liberdade’”. Trata-se de outro relato em primeira pessoa, desta vez do jornalista François Pelou, da Agence France-Presse (AFP). Destacamos uma ausência relevante nos textos apresentados pela *Folha* em sua capa: não abre espaço para a citação de fontes ligadas diretamente aos capitães do MFA, apesar desses estarem nas ruas e terem emitido diversos comunicados ao longo do dia 25 de abril.

Por último, sobre a *Folha*, restam mencionar as fotografias. O jornal publica três fotos em sua primeira página, contemplando, no plano iconográfico, três dimensões relevantes do 25 de abril: a ação das tropas, tanques e blindados nas ruas de Lisboa (foto menor); a manifestação de alegria do povo à beira do Quartel do Carmo, e, como não poderia faltar, dada a centralidade conferida a essa personagem na compreensão da intriga em que se inserem os acontecimentos, um close do general Spínola, o homem do monóculo, legendado como o “cérebro da ação”.

O texto principal da capa do Estado, assim como a *Folha*, centra os acontecimentos nos representantes do poder, nomeando, inclusive, todos os militares da Junta de Salvação Nacional. Destaca, ainda as promessas de restauração da democracia, de convocação de uma Assembleia Constituinte e de eleições gerais e livres. Chamamos atenção para o fato de que, desde os anos 1960, o este era um jornal que se destacava pela ênfase ao noticiário estrangeiro, o qual costumava ocupar a capa diariamente, de forma que, no dia 26 de abril de 1974, a primeira página é inteiramente dedicada aos acontecimentos em Portugal (a *Folha* cede espaço para três pequenas notas do noticiário nacional). São sete as retrancas secundárias apresentadas na capa.

“O novo regime é aclamado nas ruas de Lisboa” está à esquerda, em destaque. Trata-se de um texto com muitos trechos idênticos ao “Nas ruas o povo grita ‘liberdade’”, publicado na *Folha* e atribuído a François Pelou, da AFP. Narra casos

idênticos (como o do guarda que, abaixo de chuva, para um motorista para lhe dizer que aquele é “um belo dia”). São relatos de detalhes do cotidiano, do clima das ruas, da dimensão popular dos acontecimentos. Não há referência à fonte de texto que, diferente da versão da *Folha*, em primeira pessoa, é narrado em terceira pessoa.

Outros dois títulos utilizam como recurso o uso de sinais de precisão e exatidão (neste caso, o horário) como síntese dos textos: “Apenas 12 horas” e “Às 4 da tarde, o final de uma era”. O primeiro refere-se ao tempo decorrido entre as primeiras movimentações de tanques em Santarém, às 4 horas da manhã, e a entrada de Spínola no Quartel do Carmo, às 18h, sintetizando e precisando uma cronologia dos fatos (a qual, ressaltamos, não leva ainda em conta a emissão da canção *Grândola, Vila Morena*, na Rádio Renascença, à meia-noite e vinte, que desencadeia a “Operação Fim de Regime”). Em “Às 4 da tarde, o final de uma era”, o correspondente Santana Mota contraria a cronologia proposta pelo jornal e faz uma análise dos fatos incorporando as coletividades, ao afirmar que “Marcelo Caetano e seu *governo* renderam-se ao *comando revolucionário das Forças Armadas* por volta das 16 horas de ontem” (grifos nossos).

Dois títulos encabeçam textos que são reproduções de proclamações oficiais. O primeiro, “Spínola promete realizar eleições livre e diretas” cumpre a função sintética de título, destacando um dos mais importantes compromissos firmados pelo novo presidente em seu primeiro comunicado ao povo português depois investido nessa função. Logo abaixo, subvertendo a ordem cronológica dos fatos, está um dos primeiros comunicados emitidos pelo MFA, ainda pela manhã de 25 de abril, no qual o grupo explica as razões do golpe e compromete-se a promover eleições diretas e livres. O texto, salvo o primeiro parágrafo, que situa a hora e o local da proclamação, é uma transcrição do comunicado. O título indica que há uma definição política, mas não especifica qual é essa definição e nem quem a define, como faz no caso de Spínola.

Os dois últimos títulos, localizados ao pé da página, enquadram-se naquilo que a ACD classifica como reações verbais ou comentários. Tratam-se de projeções e desdobramentos dos acontecimentos, selecionadas pelo veículo como relevantes. Neste caso, o *Estado* procura analisar os reflexos do golpe em Portugal no Brasil e nas colônias portuguesas em África. “Itamaraty não foi surpreendido”, texto assinado pela sucursal de Brasília, pode ser resumido nos seguintes tópicos:

- O Itamaraty, desde a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, entendia que mudanças na política portuguesa eram inevitáveis.
- As autoridades brasileiras vinham acompanhando os acontecimentos com atenção, especialmente interessados nas ligações do Brasil com Lisboa e seus reflexos na relação do Brasil com os africanos.
- Àquela altura, as autoridades ainda guardavam silêncio (caso do Itamaraty e do presidente Geisel) ou davam respostas evasivas (embaixador de Portugal no Brasil).

Ressaltamos que a abordagem da repercussão dos fatos no Brasil pauta-se pela cautela e restringe-se aos aspectos diplomáticos, não sendo cogitado qualquer

outro tipo de impacto no Brasil ou em outros países (como Espanha, Grécia ou Chile, que viviam sob ditaduras naquele momento).

Como vimos na perspectiva de Martinho (2007) e nas afirmações do próprio Itamaraty segundo a reportagem do *Estado*, era grande o interesse do Brasil sobre as colônias portuguesas em África, e o segundo tópico de comentários aponta nessa direção. “Nos territórios, apenas o silêncio” busca a repercussão do 25 de abril em Moçambique, Angola e Guiné, porém, as fontes são todas de Johannesburgo, na África do Sul. Os diplomatas afirmam que a situação é tranquila e o jornal *Johannesburg Star* aposta que haverá um “êxodo de brancos nos três territórios”.

Resta ainda comentar as fotos publicadas pelo *Estado*. Sua diagramação aposta em um volume maior de texto do que a *Folha* e, apesar do formato maior, insere duas fotos. A da parte superior, que acompanha a manchete, é a mesma da *Folha*, com os soldados e tanques nas ruas de Lisboa (a fonte é a agência United Press Internacional - UPI). A outra pode ser considerada uma ousadia para o momento, pois estampa um homem lendo um jornal do dia em Lisboa (*A Capital*) e a legenda afirma: “Após 40 anos, jornais sem censura”.

Podemos afirmar que a grande imprensa brasileira analisada neste recorte noticiou a Revolução dos Cravos com grande interesse e destaque. Em suas primeiras páginas, *Folha* e *Estado* mostram características comuns, como a atribuição do protagonismo às lideranças tradicionais (Caetano e Spínola), minimizando a ação decisiva do MFA e a participação popular, essencial para a efetiva queda da ditadura, apresentadas apenas como pano de fundo dos acontecimentos. A fragmentação e a formatação hierárquica das informações, características do jornalismo que a ACD dedica-se a analisar, contribuem para essas implicações. Ambos os jornais expõem de forma clara as manifestações de comprometimento do novo governo com a democracia, as eleições livres, as liberdades civis, incluindo o fim da censura (destacado, inclusive, com uma foto no *Estado*), temas “espinhosos” e que iam de encontro à realidade brasileira daquele momento. Ainda assim, não há análises negativas em relação ao regime anterior (as críticas aparecem no comunicado do MFA, reproduzido no *Estado*), o que fica demonstrado pela ausência da palavra “ditadura” para referir-se ao “governo português” ou “regime salazarista”. “Regime que oprimia a nação” ou “ditadura salazarista” só aparecem na fala do MFA (no *Estado*) ou no texto da agência internacional (na *Folha*).

No recorte analisado aqui, as projeções são tímidas e refletem pouco sobre os desdobramentos ou as questões contextuais que levaram à revolta em Portugal. O *Estado* faz algum exercício nesse sentido, buscando o posicionamento do Itamaraty e notícias das colônias portuguesas africanas. Mas não há menção a questões importantes como a guerra em África, a desconfiança sobre a capacidade de as forças armadas conduzirem, efetivamente, à democracia, ou as possíveis consequências para outros países como Espanha, Grécia e Chile, que também viviam sob ditaduras. Seria preciso aprofundar a análise para chegar a conclusões mais acabadas, mas é possível, através da ACD, perceber que o foco no acontecimento (as cronologias,

as descrições desnecessárias, as demonstrações vazias de exatidão) encobrem (e revelam) implicações ideológicas.

Apenas a título de curiosidade, destacamos, ainda, a ausência, entre o discurso jornalístico analisado, de dois elementos que mais tarde seriam emblemáticos do 25 de abril: os cravos e a música *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ferreira, A. (2006). As eleições no Estado Novo: As eleições presidenciais de 1949 e 1958. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 7, 197-212.
- Fico, C. (2012). *Alé do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record.
- Gaspari, E. (2002). *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê.
- Georgel, J. (1985). *O salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Louçã, F. (1984). *Ensaio para uma revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas.
- Martinho, F. P. (2011). Léguas a nos separar. *Revista de História.com.br*, 03.11.2011. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/leguas-a-nos-separar>
- Pillagalo, O. (2011). Os 90 anos da Folha em 9 atos. *Folha de S. Paulo*, 10.02.2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml>
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Secco, L. (2004). Trinta anos da Revolução dos Cravos. *Revista Adusp* (33), 6-12. Disponível em <http://adusp.org.br/files/revistas/33/r33.pdf>. Acesso em 11.2013.
- Soares, G. (1989). A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4, 15-23.
- van Dijk, T. (1990). *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona : Paidós.
- van Dijk, T. (2005). *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Porto : Campo das Letras.
- Vieira, J. & Monico, R. (2014). *Nas bocas do mundo: o 25 de abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-China.

O 25 de Abril e a imprensa portuguesa: impactos da revolução nas primeiras páginas dos jornais

HELENA LIMA

hllima@letras.up.pt
Universidade do Porto

Resumo

O 25 de Abril representou para os meios de informação um conjunto de transformações de várias ordens que levaram a mudanças drásticas. Genericamente, todos os meios de comunicação foram afectados pelos acontecimentos políticos. O derrube da ditadura provocou a abolição do exame prévio, bem como a politização e radicalização política transversais a todo o período. A liberdade de expressão levou à alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo inédito à informação. O objectivo deste estudo é uma análise inicial de alguns destes elementos de transformação durante o processo revolucionário, bem como o impacto que tiveram nas primeiras páginas de três diários portugueses. Trata-se de uma primeira abordagem cuja metodologia passa pelo estudo da documentação disponível, bem como no estudo das primeiras páginas de três diários, num quadro de análise definido e para o período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974.

Palavras-Chave: Período revolucionário; orientação editorial; valor-notícia

O 25 de Abril representou para os meios de informação um conjunto de transformações de várias ordens que levaram a mudanças drásticas na sociedade e nos meios de comunicação social. Algumas foram imediatas, outras implementaram-se em função da própria evolução da conjuntura política, económica e social. Dentro desta dinâmica ganharam particular relevância os acontecimentos políticos, uma vez que levaram a uma multiplicação da matéria noticiável, não só pela abolição da censura, mas também pela catadupa de informação que chegava às redações. O objectivo deste estudo é uma análise preliminar de alguns destes elementos de transformação durante o processo revolucionário, bem como o impacto que tiveram nas primeiras páginas de três diários portugueses. Tratando-se de uma primeira abordagem, a metodologia incide em documentação disponível, em termos de legislação, relatórios e outras fontes e uma análise mais direccionada para o estudo das primeiras páginas do Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto, no período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Este estudo é ainda o resultado exploratório de um projeto que se encontra em fase de recolha de dados. A informação aqui apresentada decorre de uma proposta de investigação desenvolvida em conjunto com estudantes de Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na unidade curricular de História do Jornalismo e que tem como objetivo o conhecimento da imprensa no pós Revolução do 25 de Abril de 1974.

CONTEXTOS

O processo político iniciado com o 25 de Abril pôs fim a quase meio século de ditadura e a um aparelho repressor das liberdades e direitos, e em consequência, condicionador da liberdade de imprensa. O golpe militar produziu um conjunto de transformações políticas notáveis, mas abriu também portas a uma escalada de confrontação entre as diversas forças partidárias. Os próprios militares tiveram um papel preponderante neste processo. A par da luta pelo poder no plano político-institucional, o país assistiu a uma profunda viragem no plano social. Encontraram-se novas formas de representatividade no setor laboral, mas também a outros níveis. Lutas políticas, laborais e sociais contribuíram em larga escala para a criação de um clima de conflitualidade que foi dominando as diversas franjas da população. Este movimento de contestação e combate pela melhoria das condições de vida foi também fruto da entrada em cena das organizações partidárias, nomeadamente de extrema-esquerda, que lhe imprimiram um cunho muito radicalizado e geraram clivagens profundas de oposição social, mas que deram origem a diferenciações com incidências geográficas distintas.

Ainda durante os meses de Abril e Maio, verificou-se o afastamento das personalidades ligadas ao anterior regime e durante o período mais radicalizado da Revolução – o “Verão Quente” –, houve um recrudescimento deste tipo de purgas. O movimento reivindicativo também subiu de tom neste período. A escalada de greves e ações de rua de trabalhadores correspondeu uma radicalização do movimento sindical e de outras organizações de índole revolucionária e popular. Todo este ambiente gerou acontecimentos, entendidos como matéria noticiável: os *news values*, valores notícia do jornalismo (Shoemaker & Reese, 1996: 106). Contudo, não seriam só os critérios de noticiabilidade a influir no conteúdo informativo, já que havia uma enorme pressão que se fazia sentir sobre as redações, por parte das diferentes forças políticas em confronto.

A comunicação social era entendida pelas diferentes organizações militares, partidárias e laborais, como parte integrante da sua estratégia de marketing. A procura do domínio dos meios de comunicação social foi outro dos traços transversais neste processo, dando origem a situações de grande tensão. Apesar disso a defesa da liberdade de imprensa foi um princípio basilar, inicialmente reivindicado por profissionais, políticos e militares. Contudo, a luta pela conquista do poder levou a atropelos e medidas censórias, particularmente no auge do Processo Revolucionário em Curso (Palla, 1992; Mesquita, 1996; Lima, 2008). Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia. Foi entretanto discutida e aprovada uma nova Lei de Imprensa (1975), cujo documento foi conhecido em Setembro de 1974, mas que viria a ser entendida como inadequada pelos setores mais radicais e pelo próprio Sindicato dos Jornalistas (Conselho de Imprensa, 1979).

Pelo seu lado, os militares tiveram também em relação aos meios de comunicação social uma prática manipuladora, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária. Essa prática aprimorou-se com a implementação

de mecanismos legais como a Comissão ad hoc ou a estratégica de propaganda da 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (Lima, 2010). Com o 11 de Março, o Conselho Superior da Revolução determina a nacionalização da banca¹. Neste bolo seria incluído, à partida, o Diário de Notícias e quase a totalidade do Jornal de Notícias, por a maioria do capital ser detida pela Caixa Geral de Depósitos. Os demais jornais seriam igualmente afetados, já que parte das empresas tinham sido compradas pela banca, passando a ter o estatuto de intervencionados. As exceções foram os jornais República e Primeiro de Janeiro (Cabrera, 2006; Lima 2012).

O derrube da ditadura permitiu o estabelecimento das liberdades cívicas entre as quais a liberdade de expressão. Ainda assim, alguns diários submeteram as provas à Comissão de Exame Prévio ou por desconhecimento do golpe militar ou por nem todos terem assumido esse ato de rebeldia. Segundo Mesquita (1994: 360), a maioria dos jornais saíram, pela primeira vez, sem serem visados pelos censores, numa antecipação da implementação da liberdade de pensamento, prevista no programa do MFA.

A revolução portuguesa transformou profundamente toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos, *hardnews* (Schlesinger, 1987; Bell, 1991), que exigiam cobertura noticiosa. Pela primeira vez as redações viram-se confrontadas com a necessidade de dar resposta a uma constante cadência informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente. Esta nova dinâmica levou a uma transformação dos conteúdos. As primeiras páginas dos jornais constituem, assim, um espelho deste processo, quer pela factualidade noticiada, quer pelos enquadramentos jornalísticos desenvolvidos (Goffman, 1986; Entman, 1993; Reese, 2001), quer ainda pela impressão que a propaganda viria a deixar nos jornais diários portugueses.

ESTUDO DE CASO: AS PRIMEIRAS PÁGINAS DOS JORNAIS E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Os três diários presentes na amostra representam a diversidade de formatos existente naquele período, a nível nacional. Dois matutinos, um de Lisboa e outro portuense e um vespertino da capital, já que no Porto não havia grande tradição deste tipo de periodicidade.

O Diário Notícias é um jornal centenário, fundado em 1864 por Eduardo Coelho e teve um percurso de sucesso desde a sua fundação. À data do 25 de Abril era propriedade da Empresa Gráfica Nacional e o seu capital inseria-se no âmbito das empresas estatais. Terá sido um dos jornais com maior tiragem e também reconhecidamente com um posicionamento mais conservador no anterior regime (Baptista, 2012). Apesar das transformações ocorridas já no período marcelista e do

¹ As nacionalizações das empresas jornalísticas decorrem da aprovação do Decreto-Lei N.º 132-A/75, de 14 de Março de 1975 e do Artigo 1.º - 1. Que determinou a que seriam “nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes” e onde se englobaram todas as participações que a banca tinha nos mais diversos setores, nomeadamente a imprensa. Esta medida abriria campo para que o Estado se tenha tornado, a partir de legislação aprovada em 1976, o maior grupo de media em Portugal, por mais de uma década.

novo diretor Fernando Fragoso (Cabrera, 2006), a redação permaneceu envelhecida e pouco aberta a inovações (Correia & Baptista, 2009). Daí que a sua orientação não tenha sido de molde a inspirar confiança ao chefe da Junta de Salvação Nacional. A direção do Diário de Notícias seria, pouco depois, confrontada pelos processos de saneamento e, em 25 de Junho de 1974, de pois de um processo de consulta aos jornalistas, seriam empossados José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos (Gomes, 2012).

O Diário de Lisboa, criado em 1921, pertencia à empresa Renascença Gráfica, Lda. Foi igualmente alvo de transformações no período final da ditadura, altura em que de matutino se converteu em jornal da tarde. Em 25 de Abril de 1974, e depois de um conjunto de reformas e conflitos, encontrava-se à frente do jornal, Ruella Ramos (Cabrera, 2006). O Diário de Lisboa seria muito mais dinâmico que o Notícias, dada a entrada de novos jornalistas para a redação, que lhe imprimiram um cunho muito mais inovador (Correia & Baptista, 2009). Com o 25 de Abril, Ruella Ramos manter-se-ia como director, ainda que um ex-quadro militar ter sido nomeado para a administração do jornal, na sequência das nacionalizações do 11 de Março e o seu impacto na propriedade da imprensa (Lima, 2008).

O Comércio do Porto era igualmente um jornal centenário, fundado em 1853. Alicerçado na cidade e na burguesia portuense, este diário viria a ganhar dimensão nacional, mas sempre com uma maior incidência noticiosa e de público na cidade do Porto e centro e norte do país. Sob a direção e propriedade de Seara Cardoso, o jornal envelheceu, deixando para trás os dias de glória dos tempos de Bento Carqueja. Na fase final da ditadura, Seara Cardoso Filho, enquanto subdirector procurou imprimir novo ritmo às rotinas da redação através da contratação de jovens jornalistas, mas este esforço não terá sido suficiente e o Grupo Quina viria a adquirir parte do jornal (1973), dando início a uma séria de transformações e investimentos. Seara Cardoso foi substituído por Alípio de Azevedo, nomeado pelo Borges & Irmão para a direcção do jornal (Lima, 2012). O Comércio seria o único diário portuense onde se verificaram saneamentos, após o 25 de Abril. Alípio de Azevedo foi substituído por Fernando Teixeira, num curto período de tempo e, por sua vez, daria lugar a Seara Cardoso, com Costa Carvalho na chefia da redação (Lima, 2012).

A recolha de dados dos jornais Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto incide nas edições desde o 25 de Abril de 1974 e vai até ao rescaldo do 25 de Novembro de 1975 e tem como objetivo o estudo das primeiras paginas para melhor entender os enquadramentos jornalísticos deste período, do ponto de vista do valor notícia e da hierarquia noticiosa (Roskos-Ewoldsen, Roskos-Ewoldsen, Carpentier, 2002: 97), mas também através da identificação das fontes, sempre que possível e da inserção de inputs oficiais e respectivos autores.

Tratando-se de um estudo em curso, e dada a recente recolha, serão aqui apresentados os dados relativos a uma abordagem exploratória dos três diários. A primeira amostra incide no período que vai das edições do dia 25 de Abril de 1974 até ao dia 2 de Maio. Este intervalo temporal justifica-se pela importância dos acontecimentos, mas também pela transformação radical que se operou nos jornais.

A ficha que serviu de modelo para os elementos apresentados foi criada no sentido de responder aos objetivos definidos anteriormente e, em primeira instância a uma caracterização da primeira página de cada um dos jornais, em termos de quantificação de notícias, fotografias e número de edições. Do exemplo abaixo, consta a ficha da 2ª edição do Diário de Lisboa, onde já são dadas informações relativas ao golpe militar, uma vez que a edição normal foi ainda vista pela Comissão de Exame Prévio.

Nome	Diário de Lisboa
Data	26 de Abril, 1974
Data 2ª edição	sim
Local de Publicação	Lisboa
Número de notícias	3
Manchete Principal	Caxias Caiu
	Libertos os presos
	Detida a DGS/PIDE
Manchete com/ sem foto	Sem foto
Descrever a foto	
Lead	
Fonte(s)	Fontes militares/ Rep
Editoria	Política
Comunicado Oficial	
Página(s) onde vem a notícia	
Outras notícias	O minuto zero: O regime vai cair
Local na página	Parte inferior
Manchete com/ sem foto	Sim
Descrever a foto	Foto de populares quartel do Carmo
Lead	Fotolegenda: fotogaleria que se segue no interior do jornal
Fonte(s)	Própria/ Reportagem
Editoria	Política
Comunicado Oficial	-
Página(s) onde vem a notícia	Págs seguintes

Tabela 1 - Ficha das primeiras páginas de jornais: exemplo do Diário de Lisboa

A amostra em estudo incide sobre 121 notícias recolhidas no período referido e apresenta, desde logo, uma grande disparidade entre os dois diários da capital. A primeira nota a destacar é que o número de dias não é idêntico nos três jornais².

O Diário de Notícias é o jornal com mais dias contabilizados, porque estão disponíveis duas edições para o dia 25 de Abril e porque se publicou nos dias 1 e 2 de Maio. No Diário de Lisboa, são apenas sete dias e os dois primeiros, são segundas edições. No dia 1 de Maio não houve jornal, mas a reportagem sobre este dia saiu

² A razão prende-se com as edições disponíveis quer na Biblioteca Municipal do Porto, quer com o repositório online da Fundação Mário Soares, no caso do Diário de Lisboa.

a 2. No Comércio do Porto foram vistos oito dias e todos de edição normal. O 1º de Maio foi noticiado a 3, porque O Comércio encerrou naquela data e no dia seguinte não se publicou.

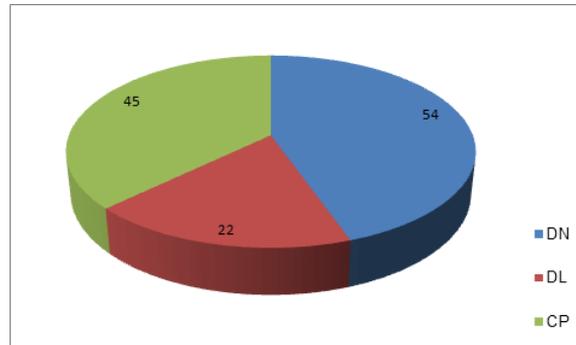


Gráfico 1 – Número de notícias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de Maio de 1974

Quanto à média de notícias publicadas na primeira página, o Diário de Notícias apresenta 9, valor aproximado que se vai manter nos meses seguintes. A única exceção a esta tendência é no dia 2, quando a manchete é o 1º de Maio e onde se publicam apenas duas notícias.

O Diário de Lisboa, é dos casos estudados, aquele que apresenta uma média inferior, com cerca de três notícias por cada número e mais uma vez com a edição do 1º de Maio a apresentar apenas duas notícias. Este valor não corresponde ao número de notícia no *layout* tradicional, que era à volta de seis. Esta tendência de poucas chamadas à primeira página manteve-se no período seguinte.

No Comércio do Porto, a média de notícias na primeira página é de cinco, mas o intervalo é muito variável. No dia 26 de Abril, o Comércio apresentou apenas a notícia do golpe militar a toda a página, em contraste com o dia anterior, onde a “edição normal” contava com dez notícias. A tendência de muitas chamadas à primeira página continuou a ser uma das características deste diário.

O critério apresentado em seguida, prende-se ainda com aspectos de forma. Na maioria dos dias estudados, as manchetes e demais notícias eram essencialmente seguidas de texto. Outra tendência era o tratamento da informação da capa nas páginas seguintes, mas em vários casos, o texto da primeira página era já a notícia completa, em particular no Diário de Notícias. A utilização de fotografias é igualmente variável em cada diário e de uma maneira geral segue as tendências do período anterior.

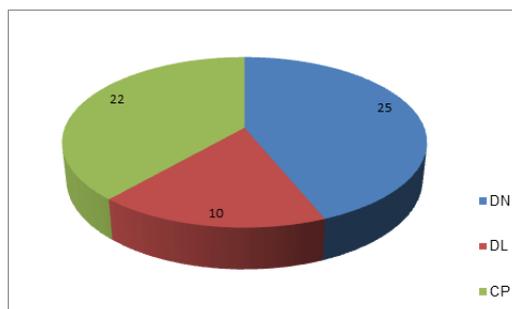


Gráfico 2 – Número de fotografias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de Maio de 1974

Apesar de os três diários apresentarem, em regra uma grande mancha de texto, importa destacar uma característica comum a todos: a cobertura do 1º de Maio obedeceu ao critério de publicação de pelo menos uma grande fotografia que procurava dar a dimensão multitudinária do acontecimento. Ainda em termos de diferença, o Comércio do Porto é o diário que apresenta maior número de fotografias na notícia do golpe militar (7), enquanto o DN e o DL publicam apenas uma.

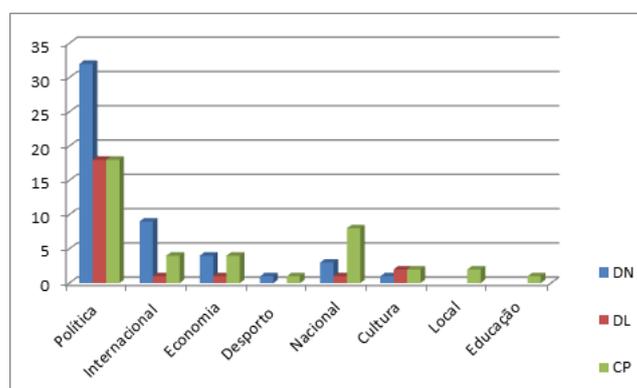


Gráfico 3 – Distribuição de notícias por editorias entre 25 de Abril e 3 de Maio

É clara a preponderância da editoria Política, o que era espectável. Convém, contudo, explicar algumas disparidades e resultados. Como salientou Manuel Neto da Silva, naquele período “Naquela época, não havia mais nada senão política” (Lima, 2012: 89). Significa isto que algumas das notícias categorizadas como Internacional e Nacional podem ser ainda entendidas como Política. Com exceção das notícias referentes às edições ainda vistas pela Comissão de Exame Prévio, do dia 25 de Abril, quase todas as demais estão direta ou indirectamente ligadas ao golpe militar. Por exemplo, as notícias do estrangeiro, emanadas por agência (com a Reuters em primeiro plano) têm a ver com o reconhecimento do novo regime. Quanto à editoria Nacional, nela são incluídas notícias relativas, por exemplo à abertura dos aeroportos e ao 1º de Maio, porque se referem a este acontecimento, justamente, como celebração nacional. O mesmo é válido para Economia, uma vez que os títulos se referem ao sistema bancário e seus agentes, e à Educação, já que a única notícia presente no Comércio anuncia a abertura normal dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de análise de conteúdo, podem ser destacados alguns aspetos comuns aos três diários. As edições, que nos três jornais noticiam o golpe pela primeira vez, usam a rádio como fonte para construir a notícia. Os próprios comunicados do MFA são tirados do Rádio Clube Português. Estes diários só começam a produzir notícia própria quando, no segundo dia, fazem a reportagem dos acontecimentos, mas sempre incluindo informação oficial. Um dos títulos mais curiosos do Diário de Notícias é a recusa de Spínola em dar uma entrevista ao jornal. Esta recusa poderá estar ligada à imagem conservadora deste jornal, mas de facto, o primeiro contacto de Spínola com os meios de comunicação social teria lugar a 27, quando terá dado a primeira conferência de imprensa aos jornalistas, também segundo o DN.

A cobertura fotográfica só começa a ser diversificada nos dias seguintes ao golpe de estado, pelo que se nota um certo comedimento na cobertura dos

acontecimentos de rua, por exemplo. É curioso o Diário de Lisboa ter escolhido duas imagens de Abel Manta (que são referidas por terem sido cortadas pela censura) e não as imagens das ruas de Lisboa. A grande expressão popular em imagem é univocamente tratada pelos três diários e corresponde às fotografias de meia página que retratam as celebrações do 1º de Maio. Este acontecimento, é também enquadrado, em termos de discurso, de forma similar: antes das celebrações há o apelo à serenidade e cidadania e nas peças em que se dá a notícia, evidencia-se a maturidade democrática, ao contrário da ideia propagada pelo anterior regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução do 25 de Abril de 1974 provocou alterações profundas na imprensa portuguesa. O programa do Movimento das Forças Armadas previa o fim da censura prévia e no período que se seguiu ao golpe militar, a imprensa pode usufruir da liberdade de expressão. Os jornais tornaram-se o reflexo dos acontecimentos que viriam a ser vividos no país.

Após o golpe militar e as celebrações iniciais, o país viveu momentos conturbados nos planos político, económico e social. A factualidade noticiosa multiplicou-se e as primeiras páginas dos jornais refletiram essa transformação. A imprensa foi chamada a dar cobertura a valores notícia essenciais ao jornalismo, mas foi igualmente arrastada na escalada da luta política que se seguiu. O primeiro momento dessa transformação política deu-se com o afastamento de chefias coniventes com a ditadura. Contudo, a politização das redações acabaria por se implementar em consequência de um conjunto de fatores. De entre eles destacam-se a própria essência do processo político e reivindicativo, mas também a forma como os militares conceberam o papel da comunicação social. A nova Lei de Imprensa, que deveria ser o documento enquadrador da liberdade jornalística, foi posta em causa e contestada pelos profissionais. Este quadro global gerou configurações muito específicas que ficaram patentes nas primeiras páginas dos jornais.

Neste estudo preliminar podem, desde logo, apontar-se algumas dessas influências nas capas do Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto. Nos três diários podem ser encontrados alguns elementos comuns, mas também elementos de especificidade. Um fator de diferenciação entre os jornais é o número de notícias. Neste campo, o que apresenta uma maior alteração em relação ao período anterior é o Diário de Lisboa, com uma média bastante inferior. Quer o Diário de Notícias quer o Comércio do Porto mantêm valores idênticos, tendência que se vai manter durante o resto do período revolucionário.

Quanto à divisão temática em editoriais, os resultados não são surpreendentes, já que a Política ocupa lugar destacado nos três diários. De referir que o peso de Internacional se deve, sobretudo, às edições vistas pela censura. Note-se também que o Comércio foi aquele que apresentou maior diversidade temática, na edição de 25 de Abril, que foi ainda vista pelos censores.

A cobertura fotográfica apresentou também alguns aspectos curiosos, com o DN a mostrar menor diversidade. A grande alteração do protagonismo da imagem dá-se com o 1º de Maio, com as grandes fotografias do povo nos comícios. O Comércio também constitui exceção neste campo, uma vez que no dia 26, quando noticia o golpe militar, inclui sete fotografias na primeira página.

Quanto à análise de discurso, o tratamento noticioso para este intervalo temporal, revela uma linguagem sóbria e cautelosa, que é evidenciada pela relação permanente com os comunicados oficiais. Esta ideia é realçada por duas situações: as notícias do golpe militar têm todas como fonte o Rádio Clube Português; antes das celebrações do 1º de Maio os três diários fizeram apelos á serenidade pública, e pode ser o resultado dos títulos transmitirem as próprias preocupações da Junta de Salvação Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bell A. (1991). *The Language of News Media*. Oxford: Blackwell
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, F.; Baptista, C. (2009). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4): 51-8.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York, NY et al.: Harper & Row.
- Gomes, P. M. (2012). A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9 (2), 368-382
- Lima, H. (2012). *A Imprensa Portuguesa e os Desafios da Modernização*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Lima, H. (2008). *Os Diários Portugueses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e rupturas*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In António Reis (Org.). *Portugal: 20 Anos de Democracia* (pp.360-405). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Palla, M. A. (1992). A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In António Reis (Org.). *Portugal Contemporâneo* (pp 269-270). Lisboa: Publicações Alfa.
- Reese, S. D. (2001). Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In Stephen Reese; Oscar Gandy; August Grant (Org.). *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*. NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Roskos-Ewoldsen, D. R. & Roskos-Ewoldsen, B. (2002). Media priming: A synthesis. In J. B. Bryant; D. Zillmann (Eds), *Media effects in theory and research* (pp. 97-120). NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schlesinger, P. (1987). *Putting 'Reality' Together*. London: Methuen.
- Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message: Theories of influences on mass media content*. White Plains, Longman.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. Lisboa: Conselho de Imprensa.

Jornalismo e representação política no início do século XX¹

CÉLIO JOSÉ LOSNAK

losnak@faac.unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP

Resumo

O texto discute a História do Jornalismo no início do século XX ao apresentar um exemplo de diversidade jornalística no caso de um jornal que era produzido para ser porta voz de um grupo da elite política local e, ao mesmo tempo defendia posicionamentos libertários, estabelecia mediação com grupos da classe operária, estava associado a membros da maçonaria e postava-se como defensor do livre pensamento e de perspectivas liberais contrárias às estruturas de poder nacional e estadual. O Bauru, produzido entre 1906 e 1924 no interior de São Paulo, expressou perspectivas políticas divergentes, como a defesa do livre pensamento, o ataque ao capital, a defesa dos poderosos, a crítica à Igreja Católica.

Palavras-Chave: Imprensa; jornalismo; política; história; classes populares

A imprensa brasileira do século XIX é classicamente caracterizada por estar intrinsecamente ligada às disputas políticas entre partidos, atores e o Estado. Por outro lado, o primeiro período republicano, entre 1889 e 1930, seria uma fase de acentuadas transformações quando os grandes veículos do Rio de Janeiro passam a incorporar novos elementos, alguns próprios da produção jornalística e do caráter empresarial e mercantil, outros vinculados às recentes tecnologias gráficas e de comunicação, como também questões suscitadas pelas mudanças da sociedade (Sodré, 1999; Barbosa, 2007; Medina, 1988; Costa, 2005). E o mesmo ocorreria em São Paulo nas décadas seguintes. Uma questão importante a ser suscitada é do efetivo afastamento dos impressos em relação às disputas políticas na sociedade.

A rigor, é difícil apontar no século XX para um período longo na História da Imprensa sem identificarmos sutis alterações. A despeito das possíveis polêmicas em torno da dificuldade de delimitar fases de permanência e estabilidade na História, de um lado, e fases de mudanças com transformações significativas (Chesneaux, 1995), de outro, consideramos que os autores citados, com ênfases e abordagens diferentes, convencem-nos da existência da tendência de veículos de imprensa buscarem independência econômica, por meio da publicidade e dos leitores, independência política em relação ao Estado e aos partidos e profissionalização dos redatores e repórteres. Entretanto, Benjamin (1985) problematiza esse

¹ Este texto foi subsidiado por uma pesquisa financiada pela FAPESP (Ribeiro, 2013).

modelo linear do tempo levando-nos a concluir que a concepção progressiva da história não dá conta da complexidade da História da Imprensa e do Jornalismo.

Os diversos estudos apontam a intrincada relação entre Estado, partidos e imprensa, mesmo em períodos de liberdade políticas de imprensa empresarial e capitalista supostamente autônoma da política. O ideário do jornalismo profissional, objetivo e independente convive com benesses dos poderes estatais, com afinidades ideológico-partidárias, vínculos intelectuais, apoios publicitários, jogo do poder simbólico da imprensa como quarto poder, interesses empresariais, lógica de mercado com o público, estruturas mentais tradicionais (Schudson, 1978; Traquina, 2005; Jeanneney, 1996; Darnton, 1995).

Em pesquisa com a imprensa no interior de São Paulo das primeiras décadas do século XX é possível identificar a presença de intrincada mistura de temporalidades e de agentes sociais convivendo e produzindo o mesmo jornal. Embora o foco esteja em um veículo interiorano, O Baurú, o produzido na cidade do mesmo nome, entre 1906 e 1924, o objetivo não é apontar que os seus redatores dialogavam com questões importantes para a sociedade da época, tanto ao nível jornalístico quanto político, que circulavam em vários impressos por representarem tensões sociais candentes no período republicano e demonstrando a presença de interfaces vívida entre política e jornalismo.

A cidade de Bauru tornou-se município em 1896 quando era um pequeno vilarejo à beira de um picadão, que rumava da área central do estado de São Paulo para o extremo Oeste e marcava a fronteira entre a “civilização” e o “sertão”. Durante sua primeira década de existência, não havia nenhum outro município mais ocidental em área denominada nos mapas de “sertão desconhecido”. Parte dessa região era ocupada por índios Caingangues e por alguns moradores dispersos e isolados, pobres e voltados para atividades de subsistência.

Em 1905, chegaram até Bauru os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, vindos de São Paulo, e começaram a ser instalado o leito da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) que seguiria para o Mato Grosso². Por meio dela, uma região ainda inexplorada e não ocupada pela lógica da sociedade produtora de mercadorias. A chegada das duas ferrovias foi decisiva para a cidade que se formava³. Bauru sofreu alterações significativas com o movimento econômico e populacional desencadeados pelo sistema de transporte de trens com a circulação de bens e pessoas. Rapidamente ela passou a adquirir características urbanas e a sociedade foi se tornando mais complexa. É nesse contexto de transformações estruturais que, em 1905, surgiu o primeiro jornal local O Progresso de Bauru. Ele durou pouco tempo, mas logo depois surgiria outro com vida mais longa.

O Baurú foi lançado em dezembro de 1906, como o segundo periódico da cidade, e circulou até 1924. Criado por um comerciante e advogado, Domiciano Silva,

² As obras prolongaram-se no trecho paulista até 1910, quanto atingiu as barrancas do Rio Paraná e até 1914 quando os trilhos chegaram à beira do Rio Paraguai.

³ Em 1910, chegaria a terceira linha, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro ligando Bauru à Campinas e São Paulo.

com o objetivo de expressar os interesses do Partido Republicano Paulista⁴, embora não estampasse a denominação de “Órgão Oficial”, um procedimento comum de jornais da época⁵. O posicionamento do O Baurú variou em diversas fases⁶. A partir do início de 1909, ele passou a ser dirigido por Almerindo Cardarelli que imprimiu ligeira mudança em seu perfil⁷. O jornal continuou a representar um grupo dentro do partido que ora apoiava, ora criticava o poder municipal e o diretório local. Os debates se intensificavam nas fases de campanha eleitoral, mas também ocorriam persistentes críticas aos prefeitos inimigos, noticiando e comentando questões que enfatizavam possíveis fragilidades políticas, problemas administrativos, deficiências da cidade e defeitos pessoais.

O periódico circulava semanalmente, tinha quatro páginas com a concentração de notícias e notas na primeira e segunda, podendo ser encontrados também editais, poemas, folhetim e a seção livre. Nas terceiras e quartas páginas predominavam os anúncios da cidade. O conteúdo centrava-se na localidade e na região próxima. Poucas notas remetiam-se aos acontecimentos estaduais e nacionais. Os internacionais eram raros. Pouquíssimas vezes lançava mão de ilustração e fotos devido às dificuldades da época para um jornal pequeno reproduzir imagens.

Apesar de ser um jornal interiorano e modesto, ele revela um posicionamento significativo em relação à classe operária marcando posição de representante político dos trabalhadores. A marca dessa postura é explicitada na edição de primeiro de maio de 1909 utilizando toda a página um para discutir o dia do trabalho. Com letras garrafais, no alto, aparecem três linhas acima da mancha de texto:

“Homenagem
A Festa do Proletariado
Salve! Primeiro de Maio de 1909 Salve!”

Abaixo seguem três textos: “Socialismo” fazendo breve histórico do movimento na Europa, citando alguns utopistas do século XIX e Marx e Engels, defendendo a postura legítima do jornal ao solidarizar-se com a classe operária; “1 De Maio” tratando da importância da comemoração e do caráter inovador social da classe operária, bem como da necessidade de basear sua existência segundo “os princípios do direito e da justiça”; “Salve o Primo Maggio – Lavoratori” redigido inteiramente em italiano e defendendo a necessidade de organização operária. Além disso, na página dois há um convite para participação em uma reunião onde ocorreria a comemoração operária de todas as nacionalidades.

⁴ No primeiro ano publicou o diário oficial do município indicando estreita ligação com prefeitura. Quando Almerindo Cardarelli assume a direção, no início de 1909, é nítida a intensificação dos textos solidários aos movimentos sociais.

⁵ Era comum em cada cidade circular um jornal como veículo oficial do partido com essa denominação presente na primeira página logo abaixo do título. O principal jornal oficial do PRP até 1930 foi o Correio Paulistano.

⁶ Uma indicação de ligeiras alterações na busca por definição de sua identidade editorial e de posicionamento diante de questões locais é a série de slogans estampadas no alto da primeira página: nas primeiras edições, “Linha: Sorocabana e Noroeste do Brasil”; em 1908, “Organ político, commercial e noticioso”; no início de 1909, “Orgam imparcial, dedicado aos interesses do povo”; ainda no mesmo ano, “Orgam dos interesses do povo”; em 1910, “Semanário independente”.

⁷ Há dificuldade para descobrir informações biográficas dos jornalistas. Cardarelli seria de origem italiana, fora empregado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro por vários anos, assumiu o jornal, mantinha uma papelaria/livraria, fazia trabalho de impressão em geral e fora acusado pelos oponentes políticos de anarquista.

As notas comemorativas do dia do trabalho são publicadas até 1912 e, nesse período, o jornal revela abordagem de dois temas importantes⁸. O primeiro refere-se ao movimento operário, anarquista e anticlerical⁹. Algumas notícias fazem referência ao movimento, posicionando em relação a acontecimentos ocorridos em São Paulo e na Espanha, embora não usem a palavra anarquismo¹⁰. Outras notas citam a existência de reuniões e eventos, inclusive com visitantes que apontam conexões com jornais operários de São Paulo¹¹. Alguns textos são assinados por pseudônimos (Conde Negro, Nero), mas é possível identificar o professor Arymathéa redigindo textos e convidando o público para reuniões.

Nesse período, o jornal abre espaço para noticiar e anunciar eventos e reuniões de grupos operários autodenominados de socialistas que buscavam ampliar os direitos dos trabalhadores por meio de lutas emancipadoras. Apesar serem pequenas e esparsas notas no decorrer de alguns anos, *O Baurú* abria uma brecha incomum. Jornais publicados posteriormente na cidade de viés mais profissionalizado não continham a presença dos trabalhadores tanto no sentido de manifestação, de anúncio, de organização bem como de notícias que problematizavam as condições do trabalho operário¹².

No início do século XX, desatacam-se os redutos populares ou operários da imprensa nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os jornais operários compostos pelos gráficos, de tendências anarquistas e socialistas, eram a alternativa para comunicação dos assuntos pertinentes à classe e às suas mobilizações políticas (Ferreira, 1978). Havia também impressos com atuação mais ampla, um exemplo foi a *Folha do Braz* (1898-1901) editada no bairro paulistano do mesmo nome por Edgar Leuenroth, gráfico, jornalista e intelectual operário (Cruz, 2000). No geral, a imprensa operária, presente em muitas cidades do país, era uma produção de classe: não tinha objetivos mercadológicos, não era estruturada por redatores profissionais e segundo princípios hierarquizados, utilizava alguma publicidade desde que compatível com os princípios políticos, o conteúdo visava educar, doutrinar e comunicar sobre os movimentos organizatórios e culturais. Enfim, era um tipo imprensa em que os comunicadores pertenciam ao mesmo grupo social dos leitores (Hardman, 1984).

⁸ O texto comemorativo de 1911 prevê, no futuro, o dia primeiro de maio como um feriado: "... reconhecendo os sagrados direitos dos trabalhadores, será obrigada a curvar-se perante a grande machina do movimento do progresso de todas as raças e proclamar em altos brados a pura e verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (1º de Maio. *O Baurú*, 01/05/1911, p.1).

⁹ Nesse período há muitos textos criticando o clero e a Igreja, remetendo a acontecimentos locais, de outras cidades próximas e também de repercussão nacional.

¹⁰ Textos comentando a execução do professor espanhol Francisco Ferrer, criador da Escola Moderna difundida dentre os anarquistas, e criticando o despótico governo espanhol. Há também convite para a comemoração de um ano de morte do militante (*O Baurú*, 09/10/1910 e 16/10/1910). O evento era patrocinado pela Liga Socialista Internacional. No ano seguinte, há nota comentando a comemoração de dois anos da morte do "livre pensador". Em outro tema, *O Baurú* reproduz polêmica lançada por *La Bataglia* e *A Lanterna* (jornais operários de tendência anarquista impressos em São Paulo) ao publicarem denúncias de assassinato de uma menina no orfanato Cristovam Colombo em São Paulo. Os textos alimentam uma polêmica por meses, perpassam várias matérias em que surgem críticas à Igreja Católica, e sugerem que o responsável pela morte era um padre que estava sendo protegido pela Igreja (Idalina. *O Baurú*, 20/11/19010; Onde está Idalina? *O Baurú*, 26/02/1912).

¹¹ Na edição de 07/08/1901 há nota informando que José Romero, representando o jornal anticlerical "A Lanterna" ministrou a palestra intitulada "A ação perniciosa do clero" no Cinema Recreio. O convidado teria sido trazido pelo professor e redator José de Arymathéa Machado.

¹² *Diário da Noroeste*, publicado entre 1925 e 1930, e *Correio da Noroeste*, publicado entre 1931 e 1968.

Fora de seu próprio meio social, os trabalhadores tinham pouco espaço de representação. Os estudos de Prado e Capelato (1980) demonstram o perfil da atuação do símbolo da grande imprensa paulista do início do século XX, o Estado de S. Paulo¹³. As pesquisas das autoras centradas nos editoriais do periódico, no período entre 1925 e 1945, apresentam um jornal de posicionamento conservador, temeroso diante do movimento social e do comunismo. O projeto político da empresa e dos intelectuais componentes da redação era de criar um país seguindo o modelo norte-americano e de normatizar as classes populares tornando-as educadas, ordeiras, normatizadas e produtivas (Capelato, 1989)¹⁴.

O segundo tema abordado pelo O Baurú a ser destacado é a situação dos funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e dos trabalhadores que atuavam nas obras de instalação da linha férrea e eram contratados por empreiteiras. O jornal noticiava acidentes de trabalho, falta de assistência médica aos trabalhadores, maus-tratos no trabalho, com situações agravadas para os contratados pelas empreiteiras¹⁵. Em alguns momentos, os redatores respondiam às críticas que circulariam na cidade e outros periódicos acusando o jornal de ser contra a empresa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil¹⁶. O impresso argumentava que procurava colocar-se como defensor dos direitos dos trabalhadores e contra a exploração exercida pelas empresas¹⁷.

Em fevereiro de 1910, há denúncia de que um grupo de homens com maleita estava abandonado próximo às instalações da Noroeste em Bauru. Diariamente havia cerca de vinte e cinco pessoas naquelas condições. Sem trabalho, sem dinheiro, sem atendimento médico, o grupo mendigando revelava, segundo o redator, a existência de uma “miséria triste e cheia de horrores”¹⁸. “Os desgraçados que ontem trabalharam para o progresso de nosso estado, hoje são obrigados a morrer se não de doença, de

¹³ O outro jornal de destaque no estado era o Correio Paulistano confessadamente veículo oficial do Partido Republicano Paulista.

¹⁴ Na obra O Bravo Matutino (Capelato & Prado, 1980) há uma análise do posicionamento do O Estado de São Paulo em relação ao movimento operário no período de 1902 e 1917 em São Paulo (Bárbara Weinstein – “Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo – 1902-1917”. Apêndice, p.135-176). A autora considera que em quatro movimentos políticos grevistas dos operários (1906, 1907, 1912, 1917) pouquíssimas vezes apareceram informações com destaques na primeira página. Apesar de certa indiferença, Weinstein identifica simpatia do jornal pelos movimentos grevista de 1912 e 1917. O Estado de S. Paulo condenava a violência operária, mas achava justas as reivindicações por reajustes salariais. A autora argumenta que nesse momento, nas primeiras duas décadas do século XX, a classe operária ainda não era vista pela elite como significativa ameaça à ordem social, “era pequena, fraca e merecedora de proteção”, por isso, o posicionamento do periódico ser mais liberal em relação aos movimentos

¹⁵ Em julho de 1909, ocorreu uma greve dos trabalhadores da instalação da linha por estarem sem pagamento há meses (Greve? Noroeste. O Baurú, 25/07/1909, p.1). Meses depois é noticiada uma confusão envolvendo dois trabalhadores das obras que arrombaram a porta de um estoque de comida para obtê-la por estarem com fome. Quando o feitor e outros trabalhadores descobriram, houve agressão e os dois fugiram graças à passagem de um trem. O redator solidariza-se com os dois ladrões, porque o ato seria justificado pela fome, e critica a arbitrariedade dos funcionários da NOB por agredirem os dois famintos (Roubos e Pancadas. O Baurú, 30/11/1909, p.1). No mesmo ano, o jornal noticia e protesta contra a situação de um funcionário doente que foi enviado para Bauru para ser tratado, mas teria esquecido o documento médico que o autorizaria a viajar pelo trem em busca de atendimento. O chefe do trem expulsou o trabalhador do carro por ele não ter o bilhete. O indivíduo foi abandonado à beira da linha e no meio do mato sem estar em condições de locomover-se. Tudo fora descoberto e relatado por um jornalista que estava no mesmo trem do ocorrido (Na Noroeste- para quem apelar? O Baurú, 25/04/1909, p.1).

¹⁶ Auto-defesa. O Baurú, 27/03/1909, p.1; Muito Demorou. O Baurú, 09-05-1909.

¹⁷ Moratelli (2009) defende que a instalação de ferrovias era um empreendimento capitalista com a participação de bancos, empresas empreiteiras, engenheiros, fornecedores de materiais e equipamentos e especuladores. A exploração acentuada da força de trabalho por empreiteiras foi a tônica nas obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Eram comuns baixos salários, atrasos nos pagamentos, ausência de segurança, alimentação deficiente e má qualidade, falta de assistência médica, jornadas excessivas.

¹⁸ ESMOLAS. O Baurú, 13/02/1910, p.1.

miséria pelos maus tratos, morrer de fome”. O viés anticlerical é explicitado quando o autor observa que a situação era mais gritante porque os moradores e autoridades de Bauru ficavam indiferentes ao drama ao mesmo tempo em que se mobilizavam para arrecadar dinheiro visando à construção de uma casa paroquial.

Na mesma edição há uma nota informando que o ministro da Viação fora notificado pelo ministério das relações exteriores de que a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estava enviando para Assunção no Paraguai trabalhadores doentes. Seria uma estratégia da empresa para desvencilhar-se deles. O redator toma posição em defesa dos indivíduos descartados, além de reportar brevemente o ocorrido, comenta que “é dever da companhia zelar pela saúde de seus empregados, provendo-lhes o tratamento, em caso de necessidade”¹⁹. Um mês depois, nova nota denuncia que, em Itapura, à beira do Rio Paraná, a empresa estava enterrando à noite os corpos de trabalhadores mortos por maleita²⁰. Ação devia-se à tentativa de ocultar o número de mortos e não causar alarme entre os trabalhadores²¹.

Há sutis diferenças no intrincado posicionamento do jornal em relação às diversas instâncias sociais. A defesa dos trabalhadores, a crítica dos exploradores do trabalho e a presença de tendência anarquista dentre os redatores convivem com a simpatia pela ferrovia, particularmente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). A construção da rede férrea estava transformando o Oeste de São Paulo. Para usar palavras da época, a ferrovia era entendida como sinônimo de “progresso” e de “modernidade” (Castro, 1993, Hardman, 1991). Essa representação social do processo de ocupação da região por fazendas de café, surgimento de cidades e base ferroviária norteava textos apologéticos em torno das transformações do território²². E essas transformações eram pensadas na perspectiva da expansão bandeirante dos paulistas que se agigantava por meio da inserção no mercado internacional: “era São Paulo... a terra do Progresso e do café”²³. Nessa lógica, Bauru era valorizada com o ponto de conexão entre o Mato Grosso e São Paulo, a cidade por onde convergiam três linhas ferroviárias que consolidavam o próspero futuro do país²⁴.

Outro ponto, é que a ferrovia financiada por verba federal marcava a presença da presidência da república e articulava relações entre os poderes municipal, estadual e federal. A chegada da NOB à Bauru com sede administrativa e base da construção da linha transformou o vilarejo adquirindo peso político importante²⁵. As visitas de autoridades e periódicas inaugurações de trechos eram cobertas por longos textos

¹⁹ Noroeste. O Baurú, 06/02/1901. p.2.

²⁰ É POSSÍVEL. O Baurú, 28/03/1901, p.2.

²¹ Essas matérias são suficientes para indicar a existência de péssimas condições de trabalhos nas obras de instalação da ferrovia. Castro (1993) demonstra detalhadamente as condições degradantes dos operários na construção da ferrovia Noroeste.

²² Noroeste do Brasil. Importância econômica. O Baurú, 16/02/1908. p.2; De Avanhandava. O Baurú. 27/10/1907. p.1;

²³ “e que demonstra a prosperidade crescente do Estado que é o esteio econômico da União e o fato quase único do seu progresso”. Chronica Semanal. O Baurú, 17/11/1912, p.1; De Viagem. O Baurú. 05/03/1922. p.1 Essa mesma perspectiva está na série de reportagens que um editor do Estado de São Paulo, Brenno Ferraz, publicou em 1923 em seu jornal e, em 1924, em livro (Ferraz, 1924).

²⁴ Dr. Afonso Pena. O Baurú, 16/02/1908, p.1; Inauguração. O Baurú, 16/02/1908. p.2; Noroeste do Brasil. O Baurú.16/08/1908.

²⁵ Dados sobre a cidade são imprecisos. Em matéria do próprio jornal de 1907 aponta a existência de 4.000 moradores na área urbana e 15.000 no município com 800 eleitores (Collectoria Federal, O Baurú, 20/10/1907).

laudatórios aos eventos e aos visitantes ilustres²⁶. Nesse sentido, deve-se destacar a atuação do O Baurú em dupla via: ele se posicionava com textos simpáticos à importância da ferrovia para a região, tinha alinhamento a um grupo liberal do PRP e ainda posicionava-se atrelado ao jogo de forças internas às elites, mas, ao mesmo tempo, combatia as arbitrariedades da empresa em relação ao descaso no tratamento dos trabalhadores e se distanciava da Igreja objetivando um pensamento laico.

No decorrer da década de 1910, o jornal mantém posição crítica à Igreja. Ele posiciona-se contra o bispo em várias ocasiões, tais como transferência de pároco e na resistência da Igreja em concordar com a realocação da matriz. Um projeto de modernização urbana previa a construção de um jardim público e, para isso, previam o deslocamento do templo, que estava no meio do largo, para outro terreno em frente à nova praça. As polêmicas duraram meses e numa noite a prefeitura demoliu o prédio sem autorização bispo. Apesar de o periódico fazer oposição ao prefeito Manoel Bento da Cruz, apoiou o ato e manteve a polêmica por meses.

Embora o diretor Cardarelli fosse novato na cidade, ele gradativamente é aceito e incorporado pela elite local. No decorrer dos anos 1910, torna-se cada vez mais explícito sua vinculação à maçonaria e os vínculos entre o pensamento livre defendido pelos anarquistas e alguns grupos maçônicos. Peres (2004; 2011). demonstra que em São Paulo desse período, anarquistas, maçons e até espíritas compartilhavam de alguns espaços e instituições com jornais libertários, associações esotéricas e a Escola Moderna de administração libertária. Um ponto que aproximava esses grupos diferentes era o livre pensamento, a oposição à hegemonia da Igreja Católica, a política coronelística e oligárquica da Primeira República. Havia um viés iluminista, iconoclasta e liberal contrário ao conservadorismo vigente e ao autoritarismo do Estado, somado a elos de sociabilidade mediada pela cultura letrada (Barata, 1994). E essa rede político-cultural estendeu-se pelo país e interior de São Paulo, promovendo debates, arrebanhando adeptos e municinando polêmicas.

A perspectiva operária não revela o mesmo vigor do anticlericalismo. A partir de 1913, a militância favorável aos operários entra em descenso, o tom anarquista esvanece e o jornal vai se tornando anódino, embora Cardarelli continuasse na direção. Apesar do curto período de combatividade, é significativo que um periódico pequeno, produzido em uma cidade nova e no interior do estado, opte por eleger os trabalhadores como um critério de noticiabilidade (Traquina, 2005). Essa opção pode ser explicada pela importância do movimento anarquista no início do século XX, apesar da repressão estatal e dos cerceamentos exercidos pelas classes dominantes²⁷. Outro ponto é que os ferroviários formavam um grupo significativo nesse período. Compunham um contingente importante de trabalhadores urbanos, registrados, com associações e formas de trabalho com característica industrial. Também

²⁶ Inauguração da Noroeste do Brasil. O Baurú. 16/02/1908, p.1 e 2.

²⁷ Uma demonstração da existência de movimentos de trabalhadores que procuravam se organizar é uma nota da Liga Operária informando que no início do ano seguinte seriam reajustados os ordenados de pedreiros e serventes. (Liga Operária. O Baurú, 24/12/1912).

já se organizavam politicamente, realizando movimentos reivindicatórios e greves de repercussão. Um exemplo foi a greve dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1906 que parou milhares de funcionários por várias cidades do estado por cerca de suas semanas. Mas, talvez, o que ajude a explicar, é a presença de intelectuais simpáticos à causa em um jornal de uma cidade que surgia como fronteira do movimento social da época²⁸. A reunião de trabalhadores nacionais e oriundos de várias nações (portugueses, espanhóis e italianos) em uma região de fronteira, onde a sociedade não estava ainda totalmente estabelecida e as normas eram tênues, seria vista pela militância como arena suscetível de intensas deflagrações políticas. Nessa lógica, entravam na pauta os direitos dos trabalhadores e a necessidade de reconhecimento social da classe operária e como extensão das lutas que ocorriam nos grandes centros.

Em outra perspectiva, parte da população bauruense de bem ficasse sobressaltada com a presença de muitos forasteiros e aventureiros pela região de fronteira, considerada como o lugar de novas oportunidades. Além do alto número de pessoas buscando emprego, e tudo indica, com predominância masculina, em pelo menos um momento há menção a “deportados”. Uma matéria de 1913 denuncia que o governo do Estado estava enviando compulsoriamente pessoas presas na capital. Seriam malandros, prostitutas, mendigos e pessoas consideradas ociosas, aptas ao trabalho, mas sem comprovação do mesmo. Eles estariam tirando a tranquilidade dos moradores das cidades à beira da linha e até dos funcionários que moravam ao lado do leito ferroviário. Houve reclamações de bebedeiras, mendicância e furtos por levas de famintos e mulheres sem-vergonha, bem como de pessoas que buscavam voltar para a capital, mas não tinham posses suficientes²⁹. O redactor reconhece a situação de desamparo de alguns causada pelas autoridades da capital, mas observam que os moradores da região estão sendo prejudicados pela presença de miseráveis e aventureiros. O caso fora denunciado por jornais operários e por veículos da grande imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro (Castro, 1993). Durante alguns anos a polícia passou a prender malandros, desocupados, prostitutas, trabalhadores manuais e ocasionais para enviá-los à obras da Noroeste. A estratégia servia para atender a necessidade das empreiteiras de mão de obra barata e para expulsar das ruas os indivíduos indesejáveis. Grupos deles eram escoltados até as obras e obrigado e se empregar na construção. Parte desses deportados escapava e passava por Bauru, provocando os protestos de moradores locais.

²⁸ Uma questão que fica sem resposta é a identificação dos redatores e da direção do veículo que ajudariam a explicar o intrincado posicionamento político do veículo. Tarefa difícil porque não há informação biográfica sobre os profissionais. É possível afirmar que eles foram esquecidos, na memória da cidade e da imprensa eles não aparecem. Os jornalistas de destaques lembrados pela sua atuação são dos anos 1920, particularmente aqueles que atuaram no jornal *Correio da Noroeste* e atravessaram a década seguinte atuando na imprensa local. Uma das grandes lacunas no estudo da imprensa no interior são as informações biográficas que ajudariam a entender melhor as relações profissionais e políticas dos periódicos.

²⁹ Baurú acha-se invadido por uma enorme quantidade de homens e mulheres que, deportados pela polícia da capital, para a “Noroeste, da melhor forma possível regressam a esta cidade e, faltando-lhe por completo todo e qualquer recursos para regressarem a sua procedência, estabelecem suas residência nas ruas e nos prédios em construção, fazendo deste pobre Baurú o theatro das suas exhibições de misérias, de pouca vergonha e de embriaguez.” Os Deportados. O Baurú, 30/03/1913, p.1.

A problematização do posicionamento que O Baurú faz em relação aos grupos sociais indicam algumas problemáticas da sociedade e da imprensa da época com perspectivas contraditórias. O jornal surge nos quadros de uma imprensa forjada para expressar os interesses das elites envoltas pela política oligárquica da primeira república, entretanto posiciona-se em tendência mais liberal do Partido Republicano Paulista, em alguns momentos colocando-se na oposição, possibilitando espaço para críticas aos que estavam no poder. Essa brecha será alimentada, durante alguns anos, por um grupo afinado às ideologias operárias e que teria um terreno fértil numa região em que novas contradições sociais estavam em efervescência, havendo um contingente popular suscetível a mobilização social e política. Temos aí, campos políticos opostos convivendo e alimentando-se nas mesmas páginas.

Afinado ao movimento operário por alguns anos, O Baurú abre espaço de representações políticas aos trabalhadores ferroviários, ampliando as possibilidades para a imprensa dialogar com grupos tradicionalmente ausentes de suas páginas. Os conteúdos e gêneros do impresso variam (anúncios de reuniões, notas relatando movimentação de organizações políticas, notícias denunciadoras das condições de trabalho degradante, textos analíticos e mordazes sobre atuação da igreja e sobre a política da NOB com os trabalhadores), mas os objetivos convergem para a defesa temporária da classe operária ferroviária.

Em outra perspectiva, O Baurú compartilhava e reproduzia as representações sociais dominantes em relação aos padrões de formação do espaço público, da organização da vida urbana, da normatização da classe operária produtiva, ordeira e submissa. Antes mesmo da implantação dos direitos sociais, que passam a ocorrer significativamente depois de 1930, os havia sido atribuída a eles as formas consideradas corretas de inserção social.

O jornal manteve, durante toda a sua existência, o discurso de que estava defendendo a sociedade, o interesse público, as necessidades da cidade e também dos trabalhadores e atacando as instituições tradicionais e os coronéis. Seus redatores teriam compromisso com a verdade, posição defendida Rui Barbosa, expoente tanto da política e como do jornalismo da época (Barbosa, 2008). A combatividade durou alguns anos e a ambiguidade por toda a existência do periódico. De qualquer maneira, fica uma trajetória singular de atuação jornalística, contemplando perspectivas de representação política ligeiramente diferenciadas e demonstrando a presença de diversas temporalidades em um mesmo jornal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata, A. M. (1994). A Maçonaria e a Ilustração Brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, (1), 78-99.
- Barbosa, M. C. (2007). *História Cultural da Imprensa. Brasil - 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauá.
- Barbosa, R. (2008). *A Imprensa e o dever da verdade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Benjamin, W. (1985). Sobre o Conceito de História. In *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura* (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.
- Capelato, M. H. (1989). *Os Atrás do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense.
- Capelato, M. H. & Prado, M. L. (1980). *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- Castro, M. I. M. (1993). *O Preço do Progresso. A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. Mestrado em História. Campinas: Unicamp.
- Chesneaux, J. (1995). *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre a história e os Historiadores*. São Paulo: Ática.
- Costa, C. (2005). *Pena de Aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cruz, H. de F. (2000) *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP.
- Darnton, R. (1995). Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução* (pp.70-97). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferraz, B. (1924). *Cidades Vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores.
- Ferreira, M. N. (1998). *A Imprensa Operária no Brasil - 1880-1920*. Petrópolis: Vozes.
- Hardman, F. F. (1984). *Nem Pátria, nem Patrão!*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Hardman, F. F. (1991). *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jeanneney, J.-N. (1996). A mídia. In R. Remond (org), *Por uma história política* (pp.213-225). Rio de Janeiro: FGV/UFRJ.
- Medina, C. (1998). *Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 3. ed. São Paulo. Summus.
- Moratelli, T. (2009). *Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp.
- Peres, F. A. (2004). *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo, USP.
- Peres, F. A. (2011). Entre Espíritas, maçons e anarquistas: Anália Franco, João Penteado e a educação em São Paulo na Primeira República. *Horizontes*, 29, 2, 35-46.
- Ribeiro, M. (2013). *Jornalismo, Cidade e Sociedade em O Baurú*. Relatório de Iniciação Científica, Fapesp.
- Schudson, M. (1978). *Discovering The News. A Social History of American Newspapers*. Basic Books.
- Sodré, N. W. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular.

A rádio antes da rádio...

JORGE BRUNO VENTURA

jorge.bruno@ulusofona.pt

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo

Os acontecimentos que originaram o aparecimento da tecnologia da rádio têm de ser vistos de uma forma agrupada através de núcleos de progresso relacionados com áreas temáticas como por exemplo a electricidade, a transmissão de dados à distancia, o som e o registo sonoro e o registo vocal. Cada um destes núcleos de progresso são caminhos que contribuíram para o aparecimento da tecnologia da rádio. O presente texto tenta justificar a necessidade de perceber os acontecimentos relacionados com a génese da rádio de forma contextualizada por núcleos de progresso com o objectivo de melhor perceber a história da rádio antes do seu aparecimento. Uma génese que tem em comum a necessidade sempre sentida pela humanidade de conseguir de forma mais rápida e eficiente a transmissão de dados através da possibilidade da eliminação ou delimitação das barreiras temporais e físicas.

Palavras-Chave: Rádio; história dos meios; telegrafia

A TRANSMISSÃO

Apesar do telefone e de outras invenções relacionadas com a comunicação, gravação e reprodução de sons, terem surgido no século XIX, não é exclusivo desse período temporal o pensamento e o desejo de transmitir sons à distância¹. A 'reprodução técnica', oferecida durante o século XIX ao homem, possibilitou o desejo de prolongar, dar continuidade à vida e simular uma omnipresença. A infinitude da vida, sentida como uma frustração, um desânimo e uma angústia, criou o desejo de conquistar o espaço e ganhar outra dimensão. O homem nunca se contentou com a finitude, e sempre a quis contrariar.

Neste contexto relacionado com a comunicação, registo e reprodução sonora, devem ser destacadas algumas invenções que se tornaram pilares daquilo que é o conceito de conforto dos dias presentes. Um dos exemplos é a lira mágica, que Charles Wheatstone² criou em 1821. Um aparelho mecânico, constituído pela imitação de uma lira pendurada por um cabo de aço, ligado à estrutura de um instrumento, que tinha de ser piano, harpa ou gaita-de-foles, e que emitia o timbre desse instrumento através da transmissão de vibrações (ver figura 01). Wheatstone materializou o pensamento de Robert Hooke, que em 1667 divulgou a hipótese da propagação do som através de um cabo.

¹ Por exemplo, os trabalhos desenvolvidos pelo cientista britânico Robert Hooke, durante o século XVII.

² Cientista britânico que viveu no século XIX. Foi o inventor de várias inovações associadas à era vitoriana, incluindo a estereoscopia.

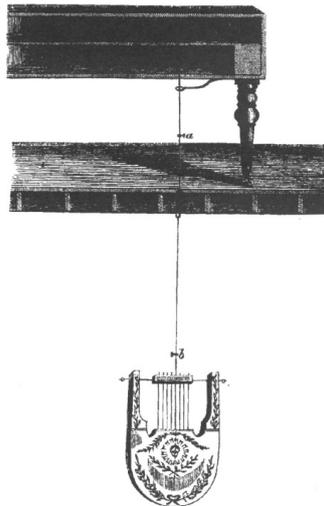


Figura 01 – ‘Lira mágica’ criada por Charles Wheatstone

As capacidades de difusão do som através da vibração estavam definitivamente provadas e viriam a ser aplicadas nos anos 30 do século XIX, com a invenção e desenvolvimento de sistemas de telegrafia. Em 1832, Pavel Schilling³ desenvolve um telégrafo eléctrico constituído por uma consola de emissão, que tinha dezasseis teclas semelhantes a um piano que interferiam na corrente eléctrica, e por uma consola de recepção com 6 galvanómetros de recepção. O aparelho permitia a transmissão de sinais com variadas combinações que ofereciam uma relação com os números e as letras de acordo com uma tabela criada pelo próprio Schilling.

Poucos anos depois, em 1839, William Cooke⁴ e Charles Wheatstone inventam um novo telégrafo eléctrico muito semelhante ao modelo de Schilling e pela primeira vez dão-lhe uma utilização comercial, colocando-o ao serviço da Great West Railway⁵: il fait une première démonstration aux dirigeants de plusieurs compagnies ferroviaires et signe en 1838 un accord avec la Great West Railway pour installer une première ligne de treize milles (Flichy, 1991:61)⁶. Apesar de tudo, um sistema capaz de reproduzir a voz ainda não estava criado. Apenas existia a capacidade de produzir vibrações, de efectuar o envio de sinais que necessitavam de uma correspondência para com aquilo que era a privilegiada forma de comunicação entre os Homens, a voz; a fala. Este era um grande desafio que se apresentava à humanidade, o de transportar um fenómeno que acontecia num determinado tempo e espaço (o momento da emissão da fala) para um outro espaço e um outro tempo. Grande parte, ou mesmo a totalidade deste desafio que se apresentava ao Homem, ficaria resolvido com a capacidade de gravação ou de registo.

³ Inventor e diplomata que viveu na passagem do séc. XVIII para o XIX. Nasceu em Revol, actual Talin.

⁴ Inventor inglês, professor no King's College, e que viveu no séc. XIX.

⁵ Companhia de caminhos-de-ferro britânicos, fundada em 1833.

⁶ No seguimento do presente texto será analisada a importância do telégrafo eléctrico no desempenhado na transmissão de dados.

O REGISTO DO SOM – O MEIO

Em 1856, um dos principais fotógrafos da época, o francês Nadar⁷, divulgou a ideia de um daguerreótipo⁸ sonoro para efectuar o registo dos sons. Essa máquina, baptizada pelo francês como fonógrafo, fora pensada com base no mesmo princípio do registo de imagens feito pela câmara escura.

Mas aquele que é considerado o primeiro sistema com capacidade de efectuar o registo sonoro, é o fonautógrafo (figura 02). Invenção de Édouard-Léon Scott de Martinville⁹ em 1857, esta máquina tinha a capacidade de gravar os sons em cilindros de papel, madeira ou vidro, mas apenas registava e não oferecia a possibilidade de reprodução. No entanto, não deve ser desprezada em nada a característica de dar a ver o som porque “son objectif était de réaliser une ‘sténographie naturelle’ et d’étudier les mécanismes de la parole” (Flichy, 1991: 93). Outra relação importante desta invenção com o entusiasmo da visualização do som, deve-se ao facto de Scott ser livreiro e impressor e por isso, ter uma relação privilegiada com o sentido da visão. A capacidade de, pela primeira vez, se poder visualizar uma forma de som ganhou uma capacidade de fascínio ainda maior. O Homem conquistava novos territórios através da possibilidade de efectuar o registo de algo que até então era efémero e vazio aos seus olhos – o som. A possibilidade de passar a ver o que até então não era visto, faz o Homem conquistar novos territórios e novas dimensões. Aliás, os escritos deste inventor francês remetem sempre para uma comparação com os inventos sobre a fotocópia e a visualização da luz.

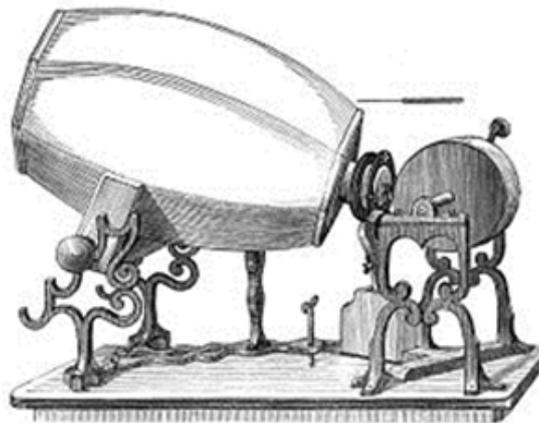


Figura 02 – O fonautógrafo de Léon Scott

Mas a invenção de Scott tinha mais uma dimensão inovadora para o Homem, o efeito de humanização da máquina. O Homem conquistou a máquina, neste caso com a introdução de um mecanismo semelhante ao tímpano humano, “essa membrana fina que separa o ouvido externo do ouvido médio e cuja tensão é a

⁷ Pseudónimo de Gaspard-Félix Tournachom, fotógrafo francês que viveu em Paris no século XIX. Para além da dedicação à fotografia, Nadar foi ilustrador, jornalista, novelista, caricaturista e balonista. Ao efectuar trabalhos nas catacumbas de Paris foi dos primeiros fotógrafos a usar luz artificial.

⁸ Processo fotográfico feito sem uma imagem negativa.

⁹ Impressor e livreiro francês que viveu em Paris durante o século XIX.

causa da distinção e timbre de todos os sons que ouvimos, tornando maravilhosa todas as vozes” (Ribeiro, 2011: 99). A humanização das máquinas, que ousava em última análise permitir que estas pudessem ensaiar comportamentos semelhantes aos do Homem, teve prolongamento numa outra máquina, o Ouvido fonautógrafo de Bell (figura 03).

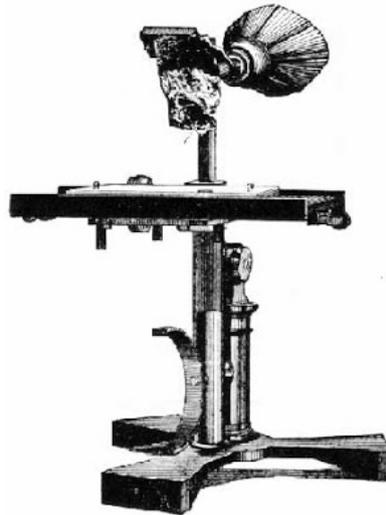


Figura 03 – O Ouvido fonautógrafo de Bell

Esta máquina, criada por quem anos mais tarde viria a ter a patente do telefone, tinha incorporado um ouvido humano e ia ao encontro da tentativa de resolução dos problemas causados pelas limitações auditivas de alguns humanos. O inventor considerava que esta máquina poderia ser um importante auxílio no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem dos surdos-mudos¹⁰, “desde os estudos e práticas sobre a surdez, os avanços na concepção de um instrumento que capacite a consulta médica mediada, o aparecimento da otologia enquanto especialidade médica e a atenção com o que fazíamos do que ouvíamos desemboca nesse estranho aparelho a que Bell chamou “*Ear Phonautograph*” (Ribeiro, 2011: 100).

A partir desta invenção, o timpânico passou a ser uma cultura. Uma cultura que tinha como pilar a transformação da onda sonora em sons, e, também, a capacidade de executar o caminho inverso, transformando o som em ondas sonora.

Já o dissemos, um dos prazeres na invenção de Scott, e que exercia fascínio ao seu autor, foi a possibilidade de olhar o som, a capacidade de se sentir a sua autografia torna a sua invenção um aparelho timpânico: “expelido um som para uma membrana (diafragma) a sua vibração produzia, através de estilete, num rolo, a «forma» dos diferentes sons” (Ribeiro: 2011: 100).

¹⁰ Bell tinha um grande interesse por esta área do saber, adquirido pela influência dos trabalhos realizados por seu pai e avô nesta área. Para além disso, sua mulher, Mabel, era surda e Bell leccionou a crianças surdas em Londres e Boston. Em criança, juntamente com os seus irmãos, desenvolveu um aparelho que reproduzia o aparelho fonador e que balbuciava, com a ajuda de um fole, a expressão “ma-ma”, com a colocação dentro de uma caveira de um tubo com cordas vocais, palato, língua, dentes e lábios. Bell era um importante membro da defesa de uma aprendizagem da linguagem, pelos surdos-mudos, a partir da escola oralista em detrimento da escola gestualista. Aliás, no Congresso de Milão, em 1890, venceu a sua tese, o que alterou profundamente o modo de ensino nas décadas seguintes.

Estes primeiros inventos eram gravadores, tal como paleophone de Charles Cros¹¹, faltava-lhes ainda a reprodução e dispositivos que fizessem deles verdadeiros mediadores comunicativos. Faltava-lhe o princípio e o fim, ou por outras palavras o microfone e o altifalante. Concentremos a nossa atenção nesses dois dispositivos.

O PRÍNCÍPIO E O FIM

Um outro tipo de trabalho, para além do anteriormente descrito, foi desenvolvido com o objectivo de ampliar o som e melhorar as qualidades de recepção sonora. David Hughes¹² criou um aparelho com a capacidade de aumentar o volume dos sons no local de recepção e baptizou-o de microfone (figura 04): “les sons au lieu d’arriver très affaiblis à la station de réception, comme cela a lieu avec les téléphones ordinaires, même avec celui de M. Edison, y sont comme je l’ai déjà dit, le plus souvent reproduits avec une amplification notable, et de là le nom de *microphone* que M. Hughes a donné à ce système téléphonique” (Du Moncel, 1878: 162) e “Il est vrai qu’avec ce système on peut parler de loin dans l’appareil, et j’ai pu même transmettre de cette manière une conversation à voix élevée étant placé à huit mètres du microphone” (Du Moncel, 1878: 09).

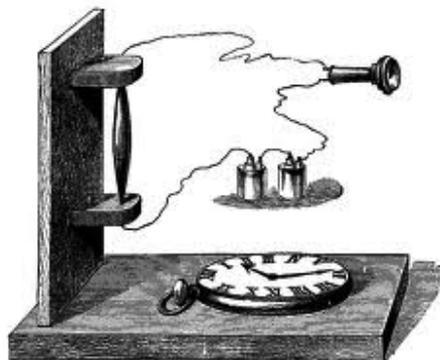


Figura 04 – O microfone de David Hughes

Hughes sempre acreditou que a luz e o calor eram variáveis capazes de alterar a condutividade dos corpos. As vibrações sonoras transmitidas a um condutor atravessado por uma corrente, influenciaria as moléculas condutoras e seria equivalente ao encurtamento ou alongamento dos condutores. Era opinião do inventor que, se tal se verificasse, o som poderia ser transmitido à distância porque as variações da condutividade seriam consequência da variação da intensidade da corrente. Este aparelho era composto por uma caixa com dois pequenos cubos de carbono, um em cima do outro, ligados por uma haste: “ce crayon appuie par une de ses extrémités

¹¹ Poeta e inventor francês que viveu no séc. XIX. Cros não deixou que a sua veia poética passasse ao lado dos seus pensamentos sobre o registo sonoro como prova o poema seguinte poema de sua autoria: Comme les traits dans les camées / J'ai voulu que les voix aimées / Soient un bien qu'on ne garde `jamais / Et puissent répéter le rêve / Musical de l'heure trop brève / Le temps veut fuir, je le soumets.

¹² Industrial, músico e inventor que viveu no séc. XIX. Nasceu em Londres, mas viveu grande parte da sua vida nos Estados Unidos.

dans le trou du charbon intérieur et doit belotter dans le trou supérieur qui ne fait que le maintenir dans une position plus ou moins rapproché de cette de l'équilibre instable, c'est-à-dire de la verticale” (Du Moncel, 1878: 165). Difundia-se assim, o som de quem falava apesar dos ajustes necessários feitos com a haste colocada entre os dois cubos.

Das várias experiências desenvolvidas, Hughes concluiu que o sucesso técnico do microfone dependeria do número de contactos e da perfeição dos mesmos, e que o carbono seria o material ideal por não oxidar e ter excelentes resultados no contacto com o mercúrio .

No entanto, a transmissão e a reprodução da palavra viria a encontrar uma outra disposição física do microfone. A aplicação dos princípios descobertos por Hughes colocados na vertical e com o carbono “fixe est collé au centre de la membrane tendue d'un téléphone a licelle” (Du Moncel, 1878: 177). Foram vários os arranjos e as formas que os microfones foram tomando, sempre num caminho que os foi tornando menos complexos e mais eficazes.

Já tínhamos o princípio, o microfone, e o fim chega com o altifalante, e com a possibilidade de criação de um espaço físico entre o aparato e o ouvinte. A escuta necessitava de uma proximidade, quase uma intimidade com a fonte que impulsionalava o corpo a dobrar-se, uma inclinação para a fonte sonora. Era necessário que o som a ser escutado percorresse um caminho até à zona onde se encontrava o ouvido, a pessoa: “Ora esta audição e o seu aparelho não podiam ficar presos a poucos metros quadrados, a partir dos quais todo o som era apenas o ruído que já se ouvia mesclado com palavras ou a música das proximidades” (Ribeiro, 2011: 165). O altifalante passou a ser o mediador e o som ganhou um novo contexto físico. Para um mesmo som a mediação do altifalante permitiu uma escuta em várias localizações dentro de um mesmo 'espaço' físico, isto é, passaram a existir vários pontos de escuta tal como se verifica nos dias de hoje com a alta voz dos modernos telefones. O som emitido passou a construir uma imagem sonora para quem se exponha ao sinal emanado pelo altifalante: “Na verdade os aparelhos de comunicação, se começaram por ser um regulador do mundo sonoro, no sentido da sua gravação e reprodução, tornaram-se com os avanços tecnológicos, e a perda de alguma hegemonia da visão, simultaneamente emissor e meio, tendo passado de uma fase de documentação a uma frase de construção ou produção” (Ribeiro, 2011: 166).

O aparecimento de máquinas com capacidade de ampliarem o som promoveu aplicações várias a estes equipamentos. Se por um lado, o estetoscópio e a semiótica dos ruídos possibilitaram o diagnóstico de doenças através da escuta dos sons do corpo, por outro lado, e com uma vertente mais lúdica, o teatrofone oferecia a oportunidade de se escutar a ópera, o género musical mais popular na época, fora dos seus ambientes de representação.

Mas aprofundemos um pouco mais estas questões. O estetoscópio promoveu os ruídos do corpo humano a um conjunto de significados e para a identificação de estados. O médico René Laennec¹³, quando confrontado com o pudor de encostar o

¹³ Médico francês que viveu na passagem do século XVIII para o século XIX.

ouvido ao peito de uma jovem para auscultar o coração, fez um tubo de papel que lhe permitiu, não só auscultar em perfeitas condições a jovem, mas também, perceber que a qualidade de escuta melhorava com recurso a esse artefacto (ver figura 5). Estava inventado o estetoscópio, apesar de só no século XX ter ganho a forma pelo qual é hoje conhecido. A partir desta descoberta, Laennec desenvolveu um dicionário da semiótica dos ruídos do corpo humano ao efectuar o registo dos sons num livro com o nome “De l’Auscultation Médiante”, que teve edição em Agosto de 1919.



Figura 05 – Médico a auscultar uma criança com recurso aos primeiros modelos de estetoscópio

As máquinas com a capacidade de ampliarem o som promoveram também novas formas de prazer e lazer, permitindo a transladação do espaço de ocorrência do prazer, como o de escutar música em directo.

O teatrophone¹⁴, que tanto sucesso obteve em algumas cidades¹⁵, e que se pode considerar como a génese de alguns conteúdos que mais tarde se tornaram populares na rádio, permitiu a transmissão de espectáculos de alguns teatros e salas de concertos para locais de recepção onde se podia escutar na íntegra o que se passava na apresentação pública do espectáculo: “not only were the voices of the actors, actresses and singers heard in this way but also the instruments of the orchestra, the applause, laughter of the audience and the voice of the prompter were heard” (Crook, 2001: 16). Em Portugal, no ano de 1884, Dom Luís I¹⁶ impedido de ir ao São Carlos assistir à récita de uma ópera, teve oportunidade de a ouvir em directo por meio da instalação de uma linha de teatrophone entre o teatro a sua residência, no Palácio da Ajuda. O sucesso da iniciativa foi tão grande que passado um ano o Teatro de São Carlos comercializava um sistema de teatrophone. A troco de uma determinada quantia de dinheiro, era possível escutar um conjunto de récitas em zonas da cidade como: Palhavã, Olivais e Braço de Prata. Temos a antecipação de um modelo de negócio muito em voga nos dias de hoje na televisão, o *pay per view* e também a antecipação de um modelo de transmissão que viria a ser utilizado nas primeiras experiências de transmissão de rádio desde salas de concerto.

¹⁴ Também chamado de ‘electrophone’.

¹⁵ Como exemplos: ‘Telefon Hirmondó’ montado 1893 em Budapeste que transmitia notícias e música; o ‘Electrophone’ que em Londres transmitia música e em Paris o ‘Theatrophone’ para a transmissão de música.

¹⁶ Dom Luís I reinou em Portugal entre 1861 e 1889. Devido à adoração que o povo nutria por ele foi-lhe atribuído o cognome de ‘O Popular’, e mais tarde Eça de Queirós chamou-lhe ‘o Bom’.

É PRECISO PLANTAR A SEMENTE

Mas a capacidade do homem poder comunicar à distância teve um invento marcante. Falamos do telégrafo, que teve em Samuel Morse¹⁷ um dos seus principais impulsionadores e que, de acordo com Machuco Rosa (2008), juntamente com o telefone compõem o par de invenções mais importante de aparatos que originaram a rádio. Já tivemos oportunidade de falar deste invento, nomeadamente nos avanços eléctricos a ele acoplados, mas os desenvolvimentos iniciais acompanharam as campanhas militares do séc. XVII¹⁸ e a função inicial do telégrafo foi a troca de informações sobre a circulação ferroviária: “as novas redes eram um modo dos homens trocarem entre si informações com vista a coordenarem eficazmente a circulação de comboios” (Rosa, 2008: 49). A introdução deste modelo de sinalização na circulação ferroviária foi essencial no objectivo de tornar segura e coordenada a circulação das máquinas nos carris porque “if railways were to be safe and efficient, some means must be found for communicating, along the line” (Crump, 2001: 88). Mas a sua utilização estendeu-se para além desta função inicial, e uma das suas mais populares aplicações foi a possibilidade de troca de informações sobre os preços da bolsa: “les liens entre la bourse et le télégraphe électrique sont donc étroits” (Flichy, 1991: 70). A forma como eram efectuados os negócios alterou-se porque a informação passou a circular de forma mais rápida e acessível para as partes de uma negociação. É uma espécie de racionalidade que entra nos negócios pelo facto dos mesmos passarem a ser feitos com notícias e informações emanadas de fontes oficiais. O que até então era feito com base em rumores, como por exemplo a circulação da informação das cotações na bolsa, passou a ter um nível de confiança elevado e sólido. Um dos exemplos, foi a constituição em 1867 da empresa ‘Gold and Stock Telegraph Company’ que fornecia através do telégrafo a informação da cotação bolsista do ouro e do bronze.

A tabela 01 mostra a importância do telégrafo para a circulação da informação bolsista e comercial em alguns países da Europa dos anos 50, do século XIX.

	Informação bolsista (%)	A informação transmitida é referente a...			Total (%)	
		Informação comercial (%)	Informação sobre a família (%)	Outro tipo de informação (%)		
Países / Ano	França (1851)	38	28	25	9	100
	França (1858)	39	33	20	8	100
	Grã-Bretanha (1857)	50	31	13	6	100
	Bélgica (1851)	60	19	10	11	100

Tabela 01 – Percentagem do tipo de informação veiculada por telégrafo em alguns países da Europa.
Fonte: Geoffrey Wilson, 1976

¹⁷ Inventor e pintor americano que viveu no séc. XIX.

¹⁸ Falamos particularmente do telégrafo óptico, que antecedeu o eléctrico. Era um aparelho para transmitir sinais ópticos a grande distância e colocado em espaços que permitissem ver e ser visto pelos operadores de outros aparelhos iguais e assim poder receber e enviar informações numa cadeia de aparelhos – repetição da mensagem pelos postos localizados entre o remetente e o destinatário da mensagem. Este aparelho permitia a recepção e a entrega de mensagens de forma muito mais rápida do que através de um estafeta ou mensageiro que na altura circulava em cavalos.

O telégrafo eléctrico foi criado enquanto dispositivo que fazia uso de sinais eléctricos para a transmissão de mensagens codificadas e substituiu os sistemas de comunicação de transmissão de sinais ópticos utilizados por alguns exércitos, que eram os primeiros dispositivos eléctricos de comunicação. As suas origens remontam ao trabalho sobre a propagação de energia e descargas eléctricas desenvolvido por Jean Nollet¹⁹. Foram vários os inventores, cujo trabalho contribuiu para a invenção e desenvolvimento deste aparato²⁰, mas foi Samuel Morse que ficou ligado de forma mais sólida ao telégrafo. Numa viagem de regresso à América, Morse terá escutado no barco uma conversa sobre electromagnetismo, que lhe viria a ocupar a mente e o trabalho nos meses seguintes. Com material que usava na sua actividade de pintor, cavalete e lápis, mais as peças de um relógio velho e um pêndulo, Morse criou uma máquina em que o movimento do lápis era feito na relação com a circulação de energia: na ausência de fluxo de energia, o lápis desenhava uma linha recta, por sua vez, a existência de fluxo de energia fazia com que o lápis desenhasse uma linha não recta. No desenvolvimento deste aparato, Morse, juntamente com Alfred Vail²¹, criou o conhecido código que ficou baptizado com o seu nome, e que é um sistema de representação de letras: “Morse saw that by using a key to interrupt the circuit he could send a code consisting of short and long pulses (Crump, 2001: 89). Morse, ao criar uma rede própria com a patente que lhe foi outorgada pelas autoridades norte americanas em 1854, tentou ficar com o monopólio da sua exploração ao proibir a entrada de outros equipamentos na rede que não os construídos pela sua própria empresa e a compra de empresas rivais.

Em 1861, Philipp Reis²² construiu o primeiro aparelho/telefone com capacidade para emitir o som das palavras e que assentava na transmissão eléctrica e num sistema de membrana vibrante, semelhante ao que Scott aplicou em 1856 ao fonautógrafo. Este aparelho ficaria para a história com o nome de ‘o telefone de Reis’ (ver figura 05).

A transmissão eléctrica do som das palavras, foi vista inicialmente com alguma relutância, mas em 1876 ficou definitivamente firmada com as intervenções de Elisha Gray²³ e de Bell. Em 1874, Gray criou um telefone musical com capacidade de transmitir voz humana e que ficou registado como um ‘Caveat’²⁴. Pela mesma altura, há mesmo quem diga ter sido no mesmo dia²⁵, Alexander Graham Bell fez o registo de um aparelho muito semelhante ao de Gray, que se aplicava especialmente às transmissões de telégrafo usando telefone e som²⁶. Apesar do processo não ter sido claro, a patente do telefone foi atribuída a Bell: “Prenons l’ exemple du téléphone.

¹⁹ Cientista e religioso francês do século XVIII.

²⁰ Alguns nomes marcantes: Samuel Thomas Von Sommerins; Francis Ronalds, Hans Christian Oersted; André- Marie Ampère; Peter Barlow, William Sturgeon, Pavel Schilling; Johann Gauss; Wilhelm Webber e David Alter.

²¹ Inventor americano que nasceu em New Jersey que viveu no século XIX.

²² Cientista e Inventor alemão que viveu no século XIX.

²³ Engenheiro eléctrico americano que fundou a Electric Manufacturing Company, que viveu no século XIX, e que ficou na História devido aos seus contributos para o desenvolvimento do telefone.

²⁴ Refere-se a uma patente provisória que se resumia a um conjunto de apontamentos e que não abdicava de exames de atribuição de patente.

²⁵ 14 de Fevereiro, dia, que mais tarde, viria a ser o dia dos namorados.

²⁶ Esta patente ficou registada com o número 174.465.

Par qui a-t-il été inventé? Alexander Graham Bell ou Elisha Gray? Par une étonnante coïncidence, ils déposent tous deux une demande de brevet le même jour, le 14 Février 1876 à Washington” (Flichy, 1991: 115)²⁷.



Figura 05 – O Telefone de Reis

A partir do momento em que adquiriu a posse da patente do aparelho, Bell passou a ter como prioridade o telefone falante e é a este que se associa a invenção do telefone dos tempos modernos, “Si M. Gray ne s’est pas occupé plus tôt de cette réclamation, c’est qu’il était alors entièrement occupé d’expérimenter son système de téléphone harmonique appliqué aux transmissions télégraphiques qu’il jugeait plus important au point de vue commercial, et que le temps lui avait complètement manqué pour donner suite à de cette affaire” (Du Moncel, 1878: 09). Bell criou a Bell Company com o intuito de explorar ao máximo as potencialidades lucrativas da rede e que, pelo facto de ter a patente, “permitiu a Bell deter o monopólio do telefone nos Estados Unidos durante o período de validade da sua principal patente; 18 anos à época” (Rosa, 2008: 51). O telefone eléctrico de Bell foi recebido como uma revolução para a altura “et sur lequel l’attention du monde entier s’est trouvée immédiatement portée bien qu’à vrai dire son authenticité ait soulevé dans l’origine bien des incrédulités” (Du Moncel, 1878: 32).

No desenvolvimento do telefone, o telégrafo desempenhou um papel de destaque porque as linhas do telégrafo foram utilizadas para a execução das primeiras ligações telefónicas e por isso “sem este antepassado, o moderno telefone não teria visto a luz do dia” (Junqueira, 2002: 34). O telégrafo merece toda a atenção na história das telecomunicações, mas é para com o telefone que fica a dívida da humanidade por ter sido um grande passo no avanço das telecomunicações e na difusão do som, particularmente da voz, “ainsi, avant la naissance du téléphone, on commença à passer, dans le domaine financier et commercial, du message télégraphique à la conversation télégraphique” (Flichy, 1991: 121). O telefone não tinha como função inicial a ‘conversa’, ou num português vernáculo, ‘colocar a conversa em dia’. A sua função primária era permitir maior agilidade na eficiência de ordens dadas, “le téléphone offre les mêmes usages que le télégraphe mais de façon plus

²⁷ Na história do telefone existem muitos mais nomes marcantes, como por exemplo: António Meucci, inventor italiano que viveu no séc. XIX; Philippe Reis, cientista alemão do século XIX; Charles Bourseul, inventor belga que viveu na passagem do século XIX para o XX.

rapide et plus efficace” (Flichy, 1991: 121) e permitir maior eficácia na “coordenação objectiva de acções individuais com impacto em diversas formas de estruturas sociais existentes” (Rosa, 2008: 50).

A tecnologia do telefone era inovadora por dispensar a presença de operadores especializados nos extremos da linha. Apenas se exigia uma simplicidade baseada em procedimentos normais e fáceis de aprender e que conquistaram todas as classes e todas as actividades de então: “é na facilidade de utilização e no pendor prático da telefonia vocal que reside o segredo do grande impulso e do desenvolvimento das telecomunicações no mundo, pelo menos até ao final do século passado. Porque, independentemente do surgimento de outras tecnologias, como a telecópia ou fax, foi a voz que dominou ao longo do século XX” (Junqueira, 2002: 34). Uma nova era de inovação teve o seu início, com uma não presença que se transforma em presença e numa capacidade de dominar as distâncias. A voz como sinal identitário de cada pessoa, marca a sua presença e substitui o corpo que está ausente. Ela, a voz, estende-se para um tempo próximo do real: “o telefone era a verdadeira extensão da voz e do ouvido humanos” (Junqueira, 2002: 34).

Apesar do registo da patente datar de 1876, os primeiros telefones de mesa surgiram nos Estados Unidos em 1897 e tinham o emissor do aparelho separado do receptor. A união destas duas partes viria a acontecer em 1927, num lançamento da empresa AT&T²⁸. Importa dizer, que pouco tempo depois de ter sido atribuída a patente a Bell, o português Cristiano Augusto Bramão²⁹ reuniu na mesma peça o emissor e o receptor mas a “incapacidade das autoridades portuguesas para articularem uma acção de promoção eficaz” (Junqueira, 2002:35), viria a colocar o inventor português num lugar secundário.

O telefone patenteado no final do século XIX, veio lançar os dados para um século XX excitante em avanços relacionados com a transmissão de som, particularmente a voz, e telecomunicações. Avanços com a capacidade alterar a geografia e as actividades da *praxis* humana.

Estes avanços, a caminho de um dispositivo total que será a Rádio, são vectores de uma alteração profunda na percepção do real e da constituição de um território. A invenção do pormenor ou do detalhe do invento, origina uma optimização e é usado de uma forma eficaz por Edison e Bell nos seus aparelhos. Em causa está sempre a produção de uma máquina timpânica que seja comunitária, agregadora, e que corte distâncias, ‘miscigenando’ territórios e populações.

O REGISTO DA VOZ – O FONÓGRAFO

No contexto da explanação que temos vindo a desenvolver importa fazer referência a uma importante invenção que se verificou em 1877, o ‘phonógrafo’. Este

²⁸ Companhia americana de telecomunicações.

²⁹ Inventor português nascido em Elvas, no ano de 1840.

recuo temporal que fazemos, deve-se à intenção de abordar um outro domínio: o registo sonoro de voz em período anterior à rádio.

O homem teve a necessidade de registar sons, e já tivemos a oportunidade de explicar como o fez nos primeiros tempos desta possibilidade, mas como efectuar o registo da voz? As exigências para o registo da voz eram maiores e implicavam tecnologia mais avançada (Carvalho, 1962).

No registo da patente do fonógrafo, Edison³⁰ indica a capacidade de se efectuar os registos dos sinais de Morse com recortes traçados num cilindro. A leitura dos traçados produzidos funcionava na reprodução de sons.

Em 1890, nos Estados Unidos da América, o fonógrafo passou a ter uma utilização associada ao entretenimento com a criação de um modelo de negócio de venda de escuta musical através desta invenção. A troca de uma quantia era possível escutar música. A máquina passou a dominar um espaço de entretenimento que lhe ofereceu um novo contexto. A sua utilização tinha como último objectivo, proporcionar prazer. Inicialmente a ideia de utilização do fonógrafo para proporcionar prazer, não foi bem vista pelo detentor da sua patente, mas Edison repensou e “doit bien accepter l’évidence: le phonographe ne se vend pas dans les bureaux, alors qu’un appareil de 150 dollars fait en moyenne 50 dollars de recettes hebdomadaires dans un drugstore” (Flichy, 1991:96). Em 1894, Edison passou a comercializar o fonógrafo como máquina destinada ao divertimento e entretenimento, situação que levou à consequente necessidade de criação de um mercado de produção e venda de cilindros com gravações, “il met en vente des cylindres préenregistrés” (Flichy, 1991: 96).

O fonógrafo assentava os seus pilares em três grandes dimensões que se consideram marcantes e que juntas rompem com o que estava instituído. Esta nova máquina surpreendia todos por ter uma dimensão comunicativa, uma dimensão de entretenimento e divertimento e, como terceira dimensão, por penetrar numa esfera privada, já que o lar se demarcava do espaço público. Foi a primeira vez que estas dimensões se juntaram para a criação de um sistema e por isso o fonógrafo teve tanto sucesso como mostram os números de vendas deste aparelho nos Estados Unidos, no início do século XX (Tabela 02).

Ano	Venda de fonógrafos nos E.U.A (unidades)
1900	500.000
1910	2.500.000
1920	12.000.000

Tabela 02 – Venda de fonógrafos nos E.U.A.
Fonte: Flichy, 1991

Nas razões do impacto social do fonógrafo, não deve ser desprezado o conceito da ‘família Victoriana’ que surgiu na segunda metade do século XVIII, onde o lar

³⁰ Inventor, cientista e empresário dos Estados Unidos, que viveu no século XIX e XX.

passou a ser encarado como o habitat natural do homem em oposição com o espaço público (Coontz, 2005).

Apesar de ainda não estar resolvido o problema do registo da voz humana, o caminho era agora mais curto: “car dans un pli cacheté déposé à l’Académie des sciences, le 20 Avril 1877, il indiquait en principe un instrument au moyen duquel on pouvait obtenir le reproduction de la parole d’après les traces fournies par un enregistreur de genre du phonautographe” (Du Moncel, 1878: 268).

Edison percebeu, na associação com o telefone, que a voz tinha ondulações capazes de serem registadas e por isso a chegada até ao novo instrumento foi rápida: “car elle a pu nous montrer que cette reproduction est beaucoup moins compliquée qu’on pouvait le supposer” (Du Moncel, 1878: 272). Esta foi uma invenção de grande impacto. É certo que já se conhecia a forma de registar e transmitir sons, mas a reprodução da voz humana tem especificidades próprias com exigências para a máquina.

Com um cilindro controlado por uma manivela, um prato de vibração, uma peça de um telefone-boca e uma agulha, a operacionalização acontecia com a locução e movimento do manípulo. Se a velocidade da manivela fosse maior, o tom era mais alto, e se a velocidade da manivela fosse mais baixa, o tom descia, no entanto o sotaque está sempre lá e era reconhecido: “il n’en est plus de même quand l’appareil se meut sous l’influence d’un mouvement d’horlogerie parfaitement régularisé, et l’on a pu obtenir de cette manière des reproductions satisfaisantes de duos chantés” (Du Moncel, 1878: 278).

Quando o registo deixou de ser feito num cilindro e passou para um objecto plano, verificou-se a antevisão do gramofone e um afastamento do desejo em observar/ver o som: “o que o estilete produzia num cilindro é, no gramophone, convertido numa estenografia linear” (Ribeiro, 2011: 104). Com a substituição do cilindro pelo disco, o som passa a circular num plano e espiralado.

O gramophone de Berliner³¹ posicionava este tipo de aparelhos como máquinas de entretenimento. Uma máquina com a capacidade de ouvir e reproduzir, com uma dimensão familiar porque entrava num novo quotidiano marcado pela alteração dos hábitos de vida que se alteravam com a entrada do dia pela noite devido à difusão da energia eléctrica. Mas surge também um novo elemento que é a atenção para com a ‘reprodução’ que viria a originar que Bell encontrasse a “unidade que lhe possibilitasse ouvir e falar a uma longa distância, como o telefone e a rádio.

Estas e outras invenções, criaram condições para um conjunto de mutações nas actividades desenvolvidas pelo Homem. Novos caminhos ficaram disponíveis para serem percorridos, o que permitiu mostrar novas formas do Homem marcar a sua existência e sentir o universo, particularmente o planeta que habita. Utopias transformaram-se em realidade de um quotidiano vivenciado de forma inédita até então. A capacidade temporal e física alteraram-se com o aparecimento de uma nova percepção do tempo e do espaço.

³¹ Inventor alemão que se naturalizou Americano. Nasceu em 1851 e faleceu em 1929.

Na sua quase infinita capacidade de adaptação, o Homem do séc. XIX e XX habitou-se a viver com os aparatos aqui descritos, e adaptou-os às suas actividades num constante, e nunca acabado, desejo, subjectivo, de viver melhor. Afinal de contas, todas estas invenções, da lira mágica de Wheatstone ao fonautografo de Scoot, do microfone de Hughes ao telefone de Bell, vêm dar resposta a necessidades sentidas pelo Homem. A necessidade de criar condições para colmatar deficiências profundas sentidas por alguns seres humanos, a necessidade de entretenimento, a necessidade de poder tornar mais ágil e eficaz o acto de ordenar, a necessidade do Homem se superar, a necessidade de controlar o tráfego de pessoas e mercadorias e a necessidade tornar mais rentável as suas actividades, foram pretextos e razões para que justificam os traços da história que traçámos até ao momento.

ONDE ESTÁ O FIO?

Ainda não chegámos ao momento de abordar a rádio porque antes é necessário abordar uma tecnologia que é a génese da telefonia sem fio, a telegrafia sem fios. É nesta tecnologia de radiodifusão, que assenta um momento marcante, uma revolução na história das comunicações. Uma tecnologia que reúne em si fenómenos físicos complexos, projecto de vida de muitos cientistas em que “los resultados de esos trabajos, fracasos, semitriunfos o éxitos, se entremezclaron y se conjugaron” (Albert & Tudesq, 2002: 11). É nesta tecnologia de transmissão sem fios que reside a origem da tecnologia da rádio i.e. a origem da telefonia sem fios que se define pela transmissão de sons particularmente voz através da atmosfera.

A telegrafia e a telefonia sem fios representam a conquista do espaço atmosférico como meio de circulação de informação sem as barreiras de tecnologias anteriores. A transmissão e recepção de dados a grande distância deixou de ser um exclusivo de instrumentos ligados por fio ou cabo, ou de tecnologias de repetição com recurso à necessidade do contacto visual entre o espaço de emissão e de recepção. O espaço, que até então apresentava limitações e era considerado uma barreira, foi conquistado pela capacidade do Homem em transmitir e receber informação a grande distância. A informação ficou disponível no espaço atmosférico e o seu acesso baseava-se na tarefa do Homem em munir-se de tecnologia de transmissão e/ou recepção. Que grande conquista e que grande revolução! Uma revolução, da qual os seus efeitos duram até aos dias de hoje através da importância que a rádio assume enquanto média e como tecnologia. É claro que o Homem sempre conseguiu colocar informação a circular na atmosfera (basta pensar nos gestos como forma de comunicação), e até já aqui falámos de invenções com essa capacidade³², mas sempre existiu uma barreira relacionada com a dimensão do espaço de recepção. Com a transmissão sem fios, o Homem foi mais longe na capacidade de comunicar: “as

³² Por exemplo, as tecnologias que recorrem a um modelo de altifalante para a emissão de sinais sonoros.

origens da rádio residiram na existência de um problema ocasionado pelo obstáculo do espaço, e cuja resolução exigia um sistema de troca de informações permitindo que certas acções humanas com impacto objectivo no mundo se desenrolassem coordenadamente” (Rosa, 2008: 53).

A exemplo de outras invenções, também a telegrafia e a telefonia sem fios resultaram de uma necessidade, colocar em comunicação frotas marítimas comerciais e de guerra com o objectivo de controlar o tráfego, evitar abalroamentos e facilitar a emissão de alertas de socorro³³. Necessidade que viria a ficar vincada quando em 1912 se deu o acidente com o navio Titanic³⁴ e se percebeu que era importante os navios estarem munidos de equipamento com capacidade de comunicar com terra firme e com outros navios. O acidente com o Titanic veio potenciar a necessidade de uma regulação capaz de impedir a repetição de alguns dos acontecimentos dessa noite trágica³⁵. De novo o problema do espaço e de como vencer a barreira espacial para comunicar com quem estava no mar e não tinha ligação a terra, permitindo, como já o dissemos numa citação de António Machuco Rosa, dotar o Homem da capacidade de “certas acções humanas com impacto objectivo no mundo se desenrolassem coordenadamente” (Rosa, 2008: 53).

Em 1896, Guglielmo Marconi³⁶ substituiu o então tradicional telégrafo com uma invenção de “tecnologia ponto a ponto” (Rosa, 2008: 53), considerada o primeiro sistema de telegrafia sem fios: “foi o jovem italiano Guglielmo Marconi que conseguiu fazer as primeiras experiências coroadas de êxito, conseguindo enviar um conjunto de sinais em código morse por TSF...” (Cruz, 2002: 210)³⁷. Marconi usou as ondas hertzianas para comunicar através de um sistema baseado numa tecnologia de troca de informações entre emissor e receptor, que tinha como base um transmissor de descargas contínuas i.e. um sinal intermitente.

³³ E não só! Em 1910 o Comandante do navio Montrose identificou a bordo um passageiro suspeito de ter assassinado a esposa e que se evadia da Inglaterra acompanhado da sua secretária e amante. Ao receberem a comunicação da suspeita através da tecnologia de TSF, a Scotland Yard enviou num barco mais rápido, um inspector que interceptou o Montrose em Saint Lawrence River, um rio do Norte da América. O suspeito que se chamava Crippen era médico e ficou para a história como o primeiro criminoso a ser preso com o recurso à tecnologia da Rádio.

³⁴ O *Titanic* tinha equipamento (modelo 5KW) e dois operadores da companhia Marconi, que à ordem do Capitão enviaram um SOS. A primeira resposta chegou de um navio alemão, o *Frankfurt*, ao qual Jack Philips, um dos operadores de comunicações do *Titanic*, disse para estarem calados e não se meterem no assunto. O barco que respondeu ao SOS tinha equipamento de uma marca rival à companhia Marconi, a alemã Telefunken e, por isso, a atitude estranha do operador do *Titanic* torna-se compreensível à luz do modelo de negócio que assentava em patentes e na rivalidade dos operadores. Supostamente enviada do *Carpathia*, um outro navio a responder ao SOS e que recolheu alguns dos passageiros do *Titanic*, uma estranha mensagem indicava o salvamento de todos os passageiros e o reboque do *Titanic*. A origem desta mensagem mantém-se uma incógnita até aos dias de hoje. A estação do *Carpathia* permitia um alcance máximo de 150 milhas e da qual apenas foram enviadas mensagens para o *Olimpic* (um navio do mesmo armador do *Titanic*) sendo posteriormente desligada a estação. No inquérito realizado pelas autoridades norte americanas concluiu-se que o silêncio do *Carpathia* foi ordem de Marconi, que em Nova York, já teria vendido o exclusivo da história a um jornal e não desejava que radioamadores pudessem ter interferência e quebrassem o negócio.

³⁵ No mesmo ano, o senador William Smith apresentou no Senado um decreto com um conjunto de medidas no sentido de criar legislação a ser respeitada.

³⁶ Guglielmo Marconi foi um físico e inventor italiano, que nasceu em 1874 e faleceu em Roma, em 1937. Marconi era um apaixonado pelo mar e adquiriu um navio, o *Elettra*, que transformou em laboratório onde desenvolveu muitas experiências. Tornou-se nobre através da oferta do título de Marquês feita pelo rei de Itália, em 1929.

³⁷ Pela mesma altura, outros cientistas, com a ausência de uma visão comercial como a de Marconi, também provaram a possibilidade de se efectuar transmissões com recurso a ondas electromagnéticas. No registo da história estão os trabalhos de: Rutherford, Popov, Slaby, Arco, Braun e Ducretet.

Marconi apoiou o seu trabalho nas investigações anteriormente realizadas por Ampere³⁸, Faraday³⁹, Ohm⁴⁰, Onesti⁴¹, Popov⁴², Lodge⁴³, Branly⁴⁴, Tesla⁴⁵, e na capacidade das ondas electromagnéticas difundirem-se no espaço, provada por James Clerk Maxwell⁴⁶, e posteriormente produzidas por Heinrich Hertz⁴⁷. As primeiras experiências de Marconi realizaram-se no celeiro da casa dos seus pais, em Itália, e a primeira transmissão foi de código Morse através do canal da Mancha: “he found the practical means of generating Hertzian waves, at fixed frequencies, in such a way that they would transmit over long distances” (Crump, 2001: 92).

A transmissão de dados sem fios proporcionou um potencial comercial enorme que não foi desaproveitado por Marconi, que ao chegar a Londres em 1896 “lost little time in making his first application for a patent to protect his invention” (Garratt, 2006: 78). À revolução tecnológica da telegrafia sem fios, aliou-se a visão comercial de Marconi na criação de um modelo de negócio que fez prosperar a empresa inglesa que fundou em 1900, a *Marconi's Wireless Telegraph Company*⁴⁸.

Para além da venda de equipamentos necessários para o uso desta tecnologia, nomeadamente emissores e receptores, o modelo de negócio alargou-se e contemplou também a venda de serviços, “a estratégia do inventor italiano passou pelo fornecimento de um serviço que consistia em disponibilizar a empresas o equipamento, e respectivos operadores humanos, de telegrafia sem fios, um e outros

³⁸ André-Marie Ampère nasceu no ano de 1775 em Lyon e faleceu em Marselha, em 1835. Desenvolveu trabalhos na área da física, filosofia e matemática e a ele se deve parte da investigação realizada sobre os efeitos magnéticos da corrente eléctrica (electromagnetismo). Ampère trabalhou também nas leis sobre a atracção/repulsão entre correntes eléctricas.

³⁹ Físico e químico inglês que viveu no século XIX e desenvolveu investigação na área da electricidade, electroquímica e magnetismo. Considerado um experimentalista, foi pioneiro no estudo da relação entre a electricidade e o magnetismo, e um dos seus primeiros trabalhos foi a ‘rotação electromagnética’ (princípio do funcionamento do motor eléctrico) e mais tarde, ao descobrir a indução electromagnética, definiu o princípio dos geradores eléctricos e de transformadores. Os seus contributos formaram a base para o trabalho de outros cientistas como Tesla, Edison, e Siemens.

⁴⁰ Georg Simon Ohm foi um físico e matemático alemão que viveu na passagem do século XVIII para o XIX. Foi precursor no estudo da condução eléctrica ao formular a primeira teoria matemática desta área, a ‘lei Ohm’ que é formulada por $V=RI$ (V é a diferença do potencial eléctrico medida em volts; I a intensidade medida em amperes e R a resistência medida em ohm’s).

⁴¹ Temistoche Calzecchi-Onesti foi um físico e inventor italiano que viveu na passagem do século XIX para o XX, que demonstrou que um tubo isolado e com limalha de ferro conduzia a corrente eléctrica, quando exposto à acção de uma onda electromagnética.

⁴² Alexander Stepánovich Popov foi um físico russo que viveu na passagem do século XIX para o XX. Foi o inventor da antena e fez transmissões de ondas electromagnéticas à distância. Em 1894 construiu o primeiro receptor de rádio em versão de coesor. Fez algumas transmissões de rádio no final do século XIX.

⁴³ Oliver Lodge foi um físico inglês que viveu na passagem do século XIX para o XX. Trabalhou na telegrafia sem fios e obteve a patente da sintonia. Melhorou o coesor criado por Branly com um vibrador que deslocava a limalha aumentando a sensibilidade do aparelho.

⁴⁴ Édouard Branly foi um físico francês que viveu na passagem do século XIX para o XX. Inventou o coesor, um tubo de material isolante, com limalha metálica no seu interior, e com um eléctrodo na extremidade. Foi utilizado como detector de sinais nos primeiros tempos da rádio.

⁴⁵ Nikola Tesla nasceu em 1856 e morreu em 1943. Foi inventor na área da engenharia mecânica e electrotécnica. Por vezes apresentado como o inventor da modernidade, Tesla influenciou os modernos sistemas de potência eléctrica em corrente alternada. Tornou-se famoso depois de ter demonstrado a possibilidade de se efectuar transmissão sem fios, em 1894. Marconi ao desenvolver a TSF recorreu a patentes de Tesla.

⁴⁶ Clerk Maxwell Físico e matemático britânico que viveu no século XIX. Com o seu trabalho finalizou a teoria moderna do electromagnetismo que une a electricidade, o magnetismo e óptica. Maxwell demonstrou que é à velocidade da luz que se propagam os campos eléctricos e magnéticos. É um dos mais importantes físicos do século XIX.

⁴⁷ Heinrich Hertz foi um físico alemão do século XIX que demonstrou a existência da radiação electromagnética com a criação de aparelhos de emissão e de recepção de ondas. Em 1888, colocou em destaque a existência de ondas electromagnéticas já anteriormente pensadas por Maxwell. Foi com Hertz que pela primeira vez a ciência teve um aparelho criado e feito para a transmissão de ondas electromagnéticas.

⁴⁸ Em 1897 as autoridades inglesas outorgam a Marconi a patente da telegrafia sem fios e em 1900 recebe uma outra patente, neste caso relativa à sintonia de sinal em diferentes frequências.

permanecendo sob o controlo da companhia de Marconi” (Rosa, 2008: 53). Ao não reconhecer aparelhos de outros fabricantes e ao não permitir a possibilidade de receber ou difundir mensagens de outros equipamentos que não os da sua propriedade, a *Marconi’s Wireless Telegraph Company* tinha como preocupação chamar a si a exclusividade no *uso e fruto* da rede e não partilhar com nenhuma empresa rival as potencialidades permitidas pela rede. Ao deter o domínio sobre uma rede, o operador torna-se o referente dessa rede por existir uma tendência para receber mais nós de ligação à rede: “Each network starts from a small nucleus and expands with the addition of new nodes. Then these new nodes, when deciding where to link, prefer the nodes that have more links” (Barabási, 2009: 86).

Politicamente existiu um conjunto de problemas gerados pelo facto desta nova tecnologia de comunicação não conhecer os limites das fronteiras geográficas entre países. Um espaço de acção transfronteiriço originou que alguns países considerassem necessário o respeito dos interesses nacionais e o diálogo entre sistemas de telegrafia sem fios de diferentes países⁴⁹.

Esta tecnologia ainda não detinha a possibilidade que mais tarde viria a ser adquirida pela rádio, ou telefonia sem fios, de emitir conteúdos para um público indiscriminado. Para tal, eram necessárias ondas contínuas e um alternador, que foi desenvolvido pela firma Nesco, em 1906. Esta empresa, detida por Fesseden⁵⁰, utilizou alternadores de grande potência para transmitir em grandes distâncias, como em 1907 quando fez a transmissão de um sinal de rádio numa distância de 300 quilómetros. Fesseden e um outro inventor chamado Lee De Forest, viam na capacidade de transmitir voz uma alternativa ao código Morse. Forest foi ainda mais longe na sua visão sobre o potencial desta tecnologia, e percebeu que a transmissão por meio de ondas hertzianas podia abandonar a função de transmitir ponto-a-ponto, para transmitir de um ponto para um conjunto de locais indiscriminado e um indefinido número de receptores. Fala-se aqui sobre as principais características que distinguem a telefonia sem fios da telegrafia sem fios. Essas características são a transmissão de sinais ou de som, como por exemplo a voz humana, e a emissão para um indefinido número de receptores. A visão de De Forest olhava para esta tecnologia como algo com um potencial único para chegar às massas e constituir a ideia de auditório, o que o fez experimentar “em finais da primeira década do século XX a emissão de ondas hertzianas de espectáculos musicais destinados a um público vasto” (Rosa, 2008: 56).

A partir daqui novas aplicações foram postas em prática para esta tecnologia. Para além da comunicação entre navios e da coordenação de algumas actividades, passaram a ser feitas transmissões vocacionadas para o prazer e lazer, fruto das experiências de alguns cientistas que tentavam sempre ir mais longe no alcance geográfico das transmissões. Um dos primeiros exemplos, foi a transmissão verificada

⁴⁹ Realizaram-se duas conferências sobre estes assuntos. A primeira realizou-se em 1903 e a segunda em Berlim, em 1906

⁵⁰ Inventor canadiano que viveu na passagem do século XIX para o XX e considerado um dos pioneiros em experiências de transmissão de sinal de rádio. Foi provavelmente o primeiro cientista a efectuar a transmissão de voz e de música.

nos Estados Unidos, em 1910, desde o *Metropolitan Opera*, numa distância de 20 quilómetros, da voz do grande tenor da época, o italiano Enrico Caruso. Na Europa, sob a égide de Alberto I, foram efectuadas transmissões dos concertos semanais de Bruxelas, por exemplo.

Apesar destes acontecimentos marcantes, o único facto de novidade era a tecnologia utilizada pois o teatrophone já, anos antes, tinha mostrado este caminho. Agora a transmissão era sem fios, com recurso a uma nova tecnologia capaz de abrir espaço a novos modelos de negócio e actividade. O meio passou a ter a capacidade de entreter.

Mas importa que o nosso olhar se afaste das questões técnicas e perceba o que socialmente caracterizava o mundo e a Europa, em particular, porque a Telefonia sem fios não passou ao lado de um dos grandes acontecimentos da história da humanidade, a I Grande Guerra.

Em 1913 a população mundial tinha atingido o número recorde de 1600 milhões. Nunca o planeta tinha tido tanta gente. Os avanços da medicina, “graças a uma melhor compreensão das infecções e da importância da higiene e às melhorias sanitárias, à introdução de vacinas e ao abastecimento de água potável”, (Aydon, 2010: 383) tornaram possível que o planeta albergasse milhões de pessoas que viam a sua esperança e condições de vida aumentar. Será estreita a visão que apenas observa os avanços da medicina como o único elemento criador do cenário apresentado. A melhoria das condições de transporte e de comunicação permitiram novos fluxos migratórios e uma melhoria nas condições de transporte dos alimentos.

Mas a guerra estava a *bater à porta*. Uma guerra devastadora, de trincheiras e que tirou a vida a milhares de pessoas não só dos países envolvidos, mas também dos países colonizados pelas potências envolvidas na guerra.

Ao acusarem o governo sérvio de estar envolvido no assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austríaco, os austríacos fizeram um ultimato aos sérvios que viria a despoletar um conjunto de movimentações diplomáticas, com o apoio da Alemanha à Áustria, e da Rússia à Sérvia. Depois da morte do príncipe Otto Von Bismarck em 1898, as autoridades alemãs fizeram planos para uma guerra travada ao mesmo tempo a oriente e a ocidente com o argumento “de que seria necessária uma vitória rápida sobre a França antes que o gigante russo pudesse mobilizar-se” (Aydon, 2010: 395). À mobilização da Rússia, os alemães responderam a um de Agosto com a declaração da guerra à Rússia e dois dias depois com a declaração de guerra à França. Ao atacarem a França pela Bélgica, que estava protegida por um tratado internacional, as forças britânicas sentiram legitimidade para entrar na guerra e combater ao lado dos franceses, contra a Alemanha: “Assim, seis semanas depois dos dois tiros de Sarajevo [que mataram o arquiduque Francisco Fernando], todas as grandes potências da Europa estavam comprometidas com a guerra” (Aydon, 2010: 395).

À parte, os Estados Unidos da América assistiam aos acontecimentos que destruíam a Europa. Mas, em 1917, a decisão dos alemães de colocarem submarinos no teatro de operações e prometerem protecção ao México no caso de uma evasão

americana arrastou os americanos para a guerra e para o apoio às forças aliadas. Foram quatro anos de destruição e de mortes que terminou com a vitória dos aliados.

As linhas que dedicámos à I Grande Guerra impõem-se por causa da importância que a TSF teve nas operações militares desta guerra⁵¹. O uso desta tecnologia, como no caso francês com pequenos aparelhos de recepção, permitiu estabelecer contacto com as linhas da frente, melhor preparar as movimentações estratégicas e coordenar as forças navais e aéreas⁵².

Graças à TSF, a Alemanha não ficou totalmente isolada. Com os contactos transoceânicos cortados porque a “marinha britânica conseguiu a 15 de Agosto de 1914 cortar os cabos submarinos que uniam a Alemanha aos Estados Unidos” (Quintero, 2011: 212), os alemães, com recurso à TSF, puderam manter durante o período de guerra uma actividade de propaganda e de contactos diplomáticos com países neutros ao conflito.

Mas há algo marcante neste acontecimento que viria a influenciar fortemente a história da rádio. A entrada tardia do Estados Unidos na guerra permitiu aos americanos continuar experiências e aperfeiçoar equipamentos de rádio transmissão, enquanto os europeus tinham preocupações de outro cariz. Este acontecimento fez os americanos ocuparem a vanguarda na história da rádio porque no final da guerra as empresas norte americanas estavam muito mais preparadas para produzir aparelhos, que as suas congéneres europeias. Para além disso comercializavam receptores a preços muito reduzidos e assim criaram um novo modelo de negócio. As empresas que tinham sido criadas por Fesseden, Forest e outros, tinham sido vendidas e as patentes compradas pelas grandes empresas da época⁵³ que viriam a assinar contratos com a Marinha norte-americana aquando da entrada na guerra para a produção de transmissores e receptores. Sob a supervisão da marinha americana as empresas americanas ganharam capacidade em relação às europeias na produção de equipamentos, em particular na capacidade de produzir equipamentos de recepção a preços baixos o que originou a criação de um mercado “baseado na venda de receptores baratos que irá ser explorado pelos grandes fabricantes” (Machuco, 2008: 58).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albert, P. & Tudesq, A. J. (2002). *Historia de la Radio y la Television*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Aydon, C. (2010). *Breve História da Humanidade. Cento e Cinquenta Mil Anos da Nossa História*. Lisboa: Gradiva.
- Barabási, A. L. (2009). *Linked*. Massachusetts: Plume.
- Butler, D. A. (2009). *The Other Side of the Night. The Carpathia, the Californian and the Night the Titanic Was Lost*. Newbury: Casemate.

⁵¹ Já antes, na guerra entre a Rússia e o Japão, a TSF tinha sido utilizada em ambiente de guerra.

⁵² Zepelins.

⁵³ Lee de Forest vendeu em 1913 a patente do tríodo à AT&T, e Fessenden vendeu a patente do alternador à General Electric.

- Carvalho, R. (1962). *História do Telefone*. Lisboa: Atlântida.
- Coontz, S. (2005). *Marriage, a History. How love conquered marriage*. New York: Penguin.
- Coontz, S. (1988). *The Social Origins of Private Life. A History of American Families (1600-1900)*. New York: Verso.
- Crook, T. (2001). *Radio Drama. Theory and Practice*. London: Routledge.
- Crump, T. (2001). *A Brief History of Science. As Seen Through the Development of Scientific Instruments*. New York: Carroll & Graf.
- Cruz, J. C. (2002). *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão e Redes Multimédia*. Lisboa: ISCSP.
- Garratt, G.R.M. (2006). *The Early History of Radio*. Stevenage: Institution of Engineering and technology.
- Flichy, P. (1991). *Une Histoire de la Communication Moderne*. Paris: La decouverte.
- Howells, R. (1999). *The Myth of the Titanic*. NY: Macmillan Press.
- Junqueira, R. (2002). *A Idade do Conhecimento*. Lisboa: Notícias editorial.
- Moncel, C. D. (1878). *Le Téléphone, le microphone et le Phonographe*. Paris: Libraire Hachette.
- Quintero, A. P. (2011). *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta Editora.
- Ribeiro, L. C. (2011). *O Mundo é uma Paisagem Devastada pela Harmonia*. Lisboa: Vega.
- Rosa, A. M. (2008). *A Comunicação e o Fim das Instituições: Das Origens da Imprensa aos Novos Media*. Lisboa: Edições Lusófonas.

A condição pós-histórica da fotografia

WAGNER SOUZA E SILVA

wasosi@gmail.com
Universidade de São Paulo

Resumo

Dada a sua condição como documento iconográfico, a fotografia sempre foi reconhecida como importante testemunho histórico. No momento em que a tecnologia digital passa a propulsionar ainda mais a popularização de suas técnicas de produção e, principalmente, de sua distribuição e audiência, sobretudo observando-se os recentes *gadgets* fotográficos sustentados pela hibridação câmera-rede, o caráter documental e histórico das imagens passa a ser questionado, seja pelo grande volume de imagens que passa a ser produzido, seja pelos constantes questionamentos a respeito da credibilidade de suas imagens numéricas facilmente manipuláveis. Mapeando episódios recentes envolvendo a manipulação de fotografias no meio jornalístico, além das práticas fotográficas circundadas por redes sociais específicas, como o Instagram, a pesquisa buscou analisar criticamente tal contexto de produção a partir de revisão bibliográfica ancorada nas reflexões sobre pós-história do filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser, com o objetivo de buscar um modelo teórico capaz de interpretar este contexto de produção e circulação de fotografias.

Palavras-Chave: Fotografia; cultura digital; pós-história; imagem

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

A primeira relação entre história e fotografia que imediatamente pode ser levantada consiste na própria resistência que esta possui em relação à construção de uma linearidade para a sua própria história.

O ano de 1839, considerado o marco-zero para a nova técnica, é meramente uma tentativa de se pontuar uma das etapas dentro de um processo contínuo de aprimoramento da prática humana de produção de imagem. Naquele momento, com a divulgação da técnica do daguerreótipo, de Louis-Jacques Mandé Daguerre, tinha-se estabelecido a possibilidade de se fixar uma imagem automaticamente produzida. No entanto, é mais do que sabido que outros nomes, em outras datas, tiveram significativa participação nesta “invenção” atribuída à Daguerre. Para ficarmos nos exemplos mais expressivos, temos Henry Fox Talbot, que já teria experimentado a mesma possibilidade de fixação da imagem (em outro tipo de suporte, o Calótipo), antes de Daguerre, em 1835 (Thompson, 1981: 9); também não se deve esquecer Joseph-Nicéphore Niépce, que foi o precursor de muitas das premissas técnico-científicas para a invenção de Daguerre, desde 1826, de quando data aquela que é considerada a primeira fotografia realizada, uma vista a partir da janela do estúdio de Niépce. Sem deixar de lado também a descoberta isolada, no Brasil, das técnicas de reprodução e fixação de imagem fotográfica, pelo francês Hercules Florence, em 1833 (Sougez, 2001: 43).

Se pensarmos ainda que um ideia de fotografia não passa simplesmente e somente pelas questões envolvendo os seus suportes de imagem, mas também pela história das câmeras, remontaremos, no mínimo, ao século XV, com a utilização da câmera escura para auxílio na produção pictórica. Já com o advento recente da tecnologia digital, onde as suas imagens passam a independender de suportes e constituem-se de apenas luz nas telas, seria possível afirmar que somente agora, realmente, lidamos com uma fotografia que finalmente se inscreve apenas com luz (*foto: luz; grafia: escrita*)?

Assim, a construção da história da fotografia, pensada a partir da construção da história da invenção da fotografia, desafia os componentes cronológicos sólidos que normalmente são tão caros a uma ideia de história como disciplina. A história da fotografia é um convite sempre presente a uma circularidade na leitura dos fatos que a compõem, aproximando-se mais de uma perspectiva em que a história deve ser vista mais como um método de análise de estruturas, do que uma narrativa de acontecimentos, tal como se dá numa ideia de história tradicional (Burke, 2011: 12).

Além dessa conturbada relação com a linearidade de sua própria história, a fotografia teria passado a ocupar um importante lugar na constituição de outras histórias, visto sua condição técnica de produção de imagens de grande fidedignidade ao mundo visível. Ocupando tal posto, seria possível até afirmar essa “história através da fotografia” como sendo a própria história da fotografia (Lemagny cit. em Fontcuberta, 2003), visto que é bastante comum o resgate dos eventos documentados, sobretudo no âmbito do fotojornalismo, em que a evolução da própria prática fotográfica se confunde com os movimentos da cultura e do homem que foram registrados por ela.

Como pilar narrativo de muitos eventos, a fotografia estabeleceu-se como uma importante ferramenta de registro objetivo. Estando ela muitas vezes ancorada em instituições que eram (e ainda são, em grande parte) legitimadoras de uma ideia de verdade, sobretudo no universo editorial dos jornais, revistas e arquivos, agora, em meio a sua expressão mais originária de escrita pela luz, o que é permitido pelo universo da informação digital, suas imagens passam a circular de uma forma não tão mais legitimada por discursos, estes entendidos como estruturas amparadoras das mensagens, e assim passa a ter contestada a sua posição anterior como fonte iconográfica. Além do que, o “fantasma” da manipulação digital é um assombro sempre presente na realidade contemporânea da prática, não só capaz de atuar em imagens produzidas atualmente, mas também por sua possibilidade de alterar significativamente, e de forma indetectável, imagens passadas, visto que a convergência ao digital parece ser o destino de todo tipo de informação, inclusive as já arquivadas, sejam elas textuais, iconográficas ou sonoras.

Essa possibilidade de uma deslegitimação da fotografia enquanto fonte iconográfica de informação objetiva, isto é, um documento histórico, vem sendo propulsionada pelos constantes aprimoramentos das estruturas de redes e aplicativos que passaram a compor o cotidiano de produção de informação. O *Facebook* e *Instagram*,

para ficarmos nos exemplos mais expressivos, permitem uma troca simbólica de imagens sem precedentes, baseando-se na reapropriação de muitas imagens, visando a estabelecer novos sentidos para estas (os memes e menes, por exemplo), e também na forte presença dos requintes estéticos dos *apps* e filtros diversos, que garantem às fotografias uma atraente visualidade que, muitas vezes, as distanciam da realidade estética do mundo visível.

Toda essa produção iconográfica não pode ser descartada, ainda que a sua elevada taxa de produção diária colabore ainda mais para banalizar a sua importância como registro do cotidiano. Muito pelo contrário: é justamente tal banalização que impulsiona a instrumentalização da imagem em direção a uma constante reflexão a respeito do tempo presente, e não para uma responsabilidade de compor um registro a ser lembrado. Até porque, num certo sentido, a imagem como fonte iconográfica opera com essa flexibilização temporal, como bem observa Paiva:

A imagem, ela também, ao ser lida a posteriori pelo historiador, pelo especialista e pelo leigo é reconstruída a cada época (...) As diferentes compreensões que cada momento histórico produz das imagens são capazes de alterar versões historiográficas já existentes. Esse movimento é inevitável e é, também, vital, pois é um movimento a própria história, que não é em nada pronta, fixa e imutável” (Paiva, 2002: 21-22).

Para Paiva, um historiador deve manter um “diálogo contínuo” com as imagens (2002: 17). Num certo sentido, o autor reforça a necessidade de a história ser obrigada a lidar com a realidade fotográfica contemporânea de fácil acessibilidade a fontes iconográficas em versão digital e em rede. Os arquivos materiais pressupunham uma lógica de conservação ditada pela manutenção de condições específicas de acondicionamento, com temperatura e umidade controladas, que prezavam a pouca acessibilidade. No universo digital, a lógica é contrária: quanto mais se consulta e se “revira” o conteúdo desta grande reserva técnica que é a rede, mais é possível extrair-se possibilidades de se atender a esta dinâmica de um diálogo contínuo. Pensada dessa forma, as imagens fotográficas deixam de ser produtos históricos para gerações vindouras, tornando-se muito mais projetos a serviço de debates a respeito de realidades em andamento.

Assim, seria possível afirmar uma condição não-histórica para a fotografia: rompendo com a linearidade presente numa concepção clássica de história, a qual se baseia numa narratividade para a preservação de um encadeamento de eventos, a fotografia diminui a sua responsabilidade como um testemunho sólido, para então caminhar em direção a um estado mais efêmero, porém, aqui se tentará demonstrar, mais atuante.

Este caráter não-histórico, aqui atribuído à realidade de produção fotográfica do universo digital, é, em muitos aspectos, também sustentado pelas mesmas características de uma tal condição pós-histórica de vivência, esta delineada pelo filósofo Vilém Flusser, o que será explorado a seguir.

DA NÃO-HISTÓRIA À PÓS-HISTÓRIA

Para Vilém Flusser, a premissa de que vivemos numa realidade pós-histórica muito se deve à realidade simbólica inaugurada pela fotografia, esta que é entendida pelo filósofo como uma tecnoimagem (ou imagem técnica). Em sua proposta interpretativa no livro *Filosofia da caixa preta – ensaios para uma futura filosofia da fotografia* (2002), Flusser considera que as tecnoimagens representam um caminho de superação de uma textolatria, isto é, de uma onipresença dos textos que buscam explicar o mundo, mas acabam escondendo-o ainda mais. Tais textos, ou a escrita, teriam surgido com o propósito de superar uma idolatria na antiguidade, uma vez que, naquele momento, o homem guiava-se pelas imagens que, por representarem o mundo concreto, acabavam por também escondê-lo ainda mais, funcionando como biombos. As tecnoimagens, portanto, não podem ser ontologicamente comparadas às imagens tradicionais: tais imagens contemporâneas são frutos dos textos aprimorados (a ciência, sobretudo) e teriam a função de superá-los como forma de representação (Flusser, 2002: 7-18).

Assim, a partir do pensamento de Flusser, as tecnoimagens, ao determinarem a decadência da escrita como código reinante, determinam também o fim de uma lógica de construção baseada na linearidade, tal como se dá nos textos. A escrita, que teria inaugurado a história, é, portanto, um modelo de consciência baseado no encadeamento cronológico dos fatos; a tecnoimagem, ao superar a escrita, passa a exigir uma nova consciência, agora pós-histórica.

A função das imagens técnicas é a de emancipar a sociedade da necessidade de pensar conceitualmente. As imagens técnicas devem substituir a consciência histórica pro consciência mágica de segunda ordem (...) a invenção das imagens técnicas é comparável, pois, quanto à sua importância histórica, à invenção da escrita. Textos foram inventados no momento da crise das imagens, a fim de ultrapassar o perigo da idolatria. Imagens técnicas foram inventadas no momento da crise dos textos, a fim de ultrapassar o perigo da textolatria. Tal intenção implícita das imagens técnicas precisa ser explicitada (Flusser, 2002: 16-17).

Quando Flusser aponta que a intenção das tecnoimagens precisa ser explicitada, quer dizer que tal realidade tecnoimagética, a despeito de superar a textolatria, não significa exatamente um ambiente em que o homem está mais próximo do mundo concreto e, portanto, mais apto à consciência de suas reais condições. Pelo contrário, Flusser enxerga nas tecnoimagens a possibilidade de alienação, onde estas esconderiam ainda mais o mundo, justamente por parecerem não exigir deciframento: como são dotadas de grande fidedignidade ao mundo concreto visível, o que é garantido por suas tecno-cientificidades embutidas, tais imagens escondem seu poder simbólico, isto é, escondem sua própria condição de imagem: “As tecnoimagens pretendem que não são simbólicas como o são as imagens tradicionais (...) a mensagem das tecnoimagens deve ser decifrada, e tal decodagem ainda é mais penosa que a das imagens tradicionais: é ainda mais mascarada” (Flusser, 2011: 118).

A situação, para o filósofo, é ainda mais alarmante quando se leva em conta o fato de que tal produção tecnoimagética advém de *aparelhos*, ferramentas que não

modificam o mundo (ao contrário dos instrumentos e máquinas), mas que exercem grande influência sobre nossos conceitos sobre o mundo, a ponto de programar nossa vivência concreta:

A hipótese aqui defendida é esta: a invenção do aparelho fotográfico é o ponto a partir do qual a existência humana vai abandonando a estrutura do deslizamento linear, próprio dos textos, para assumir a estrutura do saltar quântico, próprio dos aparelhos. O aparelho fotográfico, enquanto protótipo, é o patriarca dos aparelhos. Portanto, o aparelho fotográfico é a fonte da robotização da vida em todos os seus aspectos, desde os gestos exteriorizados ao mais íntimo dos pensamentos, desejos e sentimentos (Flusser, 2002: 66-67).

Mas tal ideia de robotização não seria causada justamente pelo fato de que tais aparelhos são subaproveitados pelo homem, sobretudo em relação ao potencial simbólico que são capazes de produzir, o qual estaria “mascarado” pela pretensa objetividade de suas imagens?

Num certo sentido, tal dificuldade de operar o nível simbólico das tecnoimagens representa a dificuldade ainda presente de se adentrar no novo estágio de consciência pós-histórica, sobretudo, obviamente, pelo fato de que vivemos ainda numa civilização da escrita. “Trata-se de nível ainda dificilmente sustentável”, sendo “demasiadamente novo para podermos ocupá-lo a não ser por instantes fulgazes”, pois “recaímos constantemente para o nível da historicidade”, e decreta: “somos, em relação às tecnoimagens, como o são os iletrados em relação aos textos” (2011: 117).

Mas o que aqui se propõe é que o universo digital cria condições reais para que tais conceitos sobre o mundo não mais advenham somente de imposições aparelhísticas, mas que também tenham o componente humano conscientemente imbricado.

Em *O universo das Imagens técnicas* (2008), obra essencial no processo de amadurecimento de suas reflexões, Flusser passa a amenizar o caráter tecnodeterminista dos aparelhos, revelando o potencial da consciência pós-histórica na vivência humana, pois sua interpretação passa a levar mais em conta a zero-dimensionalidade promovida pelas tecnoimagens, o que ele denomina como quarto estágio da *escalada da abstração* na história da cultura do homem.

Nesta sua formulação, a primeira dimensão a ser abstraída pelo homem teria sido o tempo, quando este passaria a “segurar” o mundo, interrompendo o fluxo natural do que o cerca; a segunda, foi a profundidade, quando o homem passa a representar o mundo pelas imagens tradicionais e bidimensionais; no terceiro passo, com a invenção da escrita, o homem passaria a representar o mundo linearmente e conceitualmente (daí a invenção da história); por fim, a quarta etapa, quando a escrita passa a ser substituída pelas tecnoimagens, as quais seriam produzidas por gesto que reagrupa pontos para formarem superfícies:

Textos são séries de conceitos, ábacos, colares. Os fios que ordenam os conceitos (por exemplo, a sintaxe, as regras matemáticas e lógicas) são frutos de convenção (...) o universo mediado pelos textos, tal universo contável, é ordenando conforme os fios dos textos (...) Essa conscientização, recente, faz com que se perca a confiança nos fios condutores. As pedrinhas dos colares se põem a rolar, soltas dos fios tornando-se podres, e a formar amontoados caóticos de partículas, de quanta, de bits, de pontos zero-dimensionais (Flusser, 2008:17).

Para Flusser, tal modelo de história da cultura nos obriga ao nível de consciência pós-histórica, visto que “os fios condutores que ordenam o universo em processos e os conceitos em juízos estariam se desintegrando” (Flusser, 2008: 23). As tecnoimagens, sendo produzidas pelo agrupamento de pontos zero-dimensionais, são modelos exemplares para o exercício de tal consciência, mas, segundo ele, “escondem e ocultam o cálculo (e, em consequência, a codificação) que se processou no interior dos aparelhos que a produziram”, sendo que “a tarefa da crítica de imagens técnicas é pois precisamente a de des-ocultar os programas por detrás da imagem” (2008: 29).

O fato é que tal zero-dimensionalidade, sustentadora das tecnoimagens, ganha expressiva evidência na atual realidade de produção digital: não há, obviamente, a necessidade do profundo conhecimento a respeito deste cálculo que se esconde nos aparelhos, mas suas facetas estão cada vez mais evidentes pela maleabilidade que as tecnoimagens passam a ter em sua configuração agora eletrônica, sobretudo tendo-se em vista sua circulação nas redes e suas reapropriações por *apps*. De certa forma, tecnologicamente, a realidade pós-histórica se instala, mas a decodificação das tecnoimagens ainda passa pela superação de uma consciência histórica que, dentre outros aspectos, fundamenta-se por uma ordem baseada numa linearidade típica da mesma lógica textual.

A partir da argumentação flusseriana, a fotografia já é, desde sua gênese, pós-histórica, mas sua apropriação e ascensão se deu num contexto histórico, tal como pode ser notado a partir de sua típica apropriação por meios textuais, como jornais, por exemplo. E é justamente neste meios atualmente que vemos sintomas deste embate entre consciências, o que tende a ser cada vez mais propulsionado à medida em que a zero-dimensionalidade do universo digital torna-se mais presente na vida cotidiana.

FOTOGRAFIAS PÓS-HISTÓRICAS

O já emblemático caso envolvendo o fotojornalista Brian Walski e o periódico *Los Angeles Times* pode exemplificar a discussão. A figura 1 traz a sequência de três fotografias que ilustram o ocorrido.

Ao documentar a presença do exército inglês na ocupação ocidental do Iraque, em 2003, Walski se deparou com uma situação em que soldados ingleses solicitavam a um grupo de civis para se protegerem de um provável bombardeio. Tendo produzido uma sequência de fotografias da cena, Walski optou por entregar ao jornal uma montagem de duas fotografias desse conjunto, de forma a garantir a expressividade que considerava ideal para representar o ocorrido. Descoberta tal intervenção do fotógrafo, o jornal *Los Angeles Times* imediatamente o demitiu. Fontcuberta comenta o caso:

Walski admitiu ter combinado digitalmente duas tomadas consecutivas simplesmente com o fim de obter um resultado mais dramático. A direção do jornal entendeu isso como um descrédito do jornalismo em geral e como uma ameaça à sua reputação em particular, e hastou a bandeira da integridade fotojornalística

despedindo de modo fulminante o fotógrafo. A questão de fundo, não obstante, deveria ter considerado se existia intenção de alterar o conteúdo e se, em consequência, tinha havido tergiversação dos fatos. A verdade é que a imagem não modifica a essência do ocorrido (...) (Fontcuberta, 2012: 139).



Figura 1: Fotografias de Brian Walski. A imagem mais abaixo é resultado de fusão das outras duas imagens acima.

O caso é oportuno porque primeiramente fere a linearidade dos fatos, onde o fotógrafo, fazendo uso de uma tecnoimagem, propõe uma reconfiguração que não obedece ao encadeamento real da situação, mas que pode revelar-se, se pensada simbolicamente, como uma representação até mais fidedigna das questões que ali se implicam: a sensação de uma certa prepotência evidenciada pelo impedimento sinalizado pelo soldado sobre um suposto pai que se levanta com o filho no colo, ainda que tenha sido com o intuito de protegê-los, cria um embate em consonância com os mesmos questionamentos que nortearam a crítica à intervenção de países ocidentais no Iraque. Ao contrário do que aponta Fontcuberta, é sim uma alteração que pode mudar a essência do ocorrido, mas, mesmo assim, isso não deveria impedir o seu uso: é evidência de uma instrumentalização do poder simbólico de uma tecnoimagem.

Se colocarmos a coisa nos termos de Burke, já mencionados (2011:12), trata-se de uma imagem amparada por uma nova forma de se fazer história, que estaria mais em busca da análise das estruturas que ali convergem do que uma imagem objetiva pretensamente isenta, que, como já sabido, nunca deve ser assim considerada. Paiva sustenta:

Talvez seja a própria beleza da imagem que sirva de isca, uma espécie de canto inebriante da de sereia que tem o poder de cegar a vítima e de conduzi-la diretamente ao seu colo traiçoeiro. A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas” (Paiva, 2002: 18).

É justamente essa pretensa objetividade da tecnoimagem, seu “canto de sereia”, que deve ser desmascarado, o que já apontou Flusser. “De modo que a recepção das imagens técnicas exige de nós consciência que resista ao fascínio mágico que delas emana (...)” (Flusser, 2008: 29).

É preciso superar a ideia de que as tecnoimagens tem o dever de representar uma ideia de verdade, pois, para ele, “nada adianta perguntar se as imagens técnicas são fictícias, mas o quanto são prováveis. E quanto menos prováveis são, tanto mais se mostram informativas” (Flusser, 2008: 25). Não estaria Walski jogando contra as probabilidades, em busca de uma nova dimensão informativa para as suas tecnoimagens?

Nesse sentido, cabe também apontar a realidade de produção fotográfica que circunda as redes sociais atualmente. A abundância gerada pelas trocas simbólicas que se dão em redes como o *Instagram* deve ser também encarada como um expressivo jogo de produção de informação: as conexões fortuitas que surgem nas imagens quase sempre imprevisíveis, demonstram um terreno fértil para o exercício da consciência pós-histórica.

Os verdadeiros mosaicos que podem ser apreendidos neste universo mais específico das redes não só demonstram a crescente potencialização da tecnoimagem como um vetor de comunicação, mas também, e principalmente, evidenciam de sobremaneira o quarto gesto abstraidor apontado por Flusser, e que é tão caro ao seu conceito de pós-história: nas redes, as próprias imagens, a despeito de terem sido computadas a partir de pontos, elas mesmas tornam-se outros pontos, ficando, a partir daí, a mercê de novas possibilidades de produção de informação.

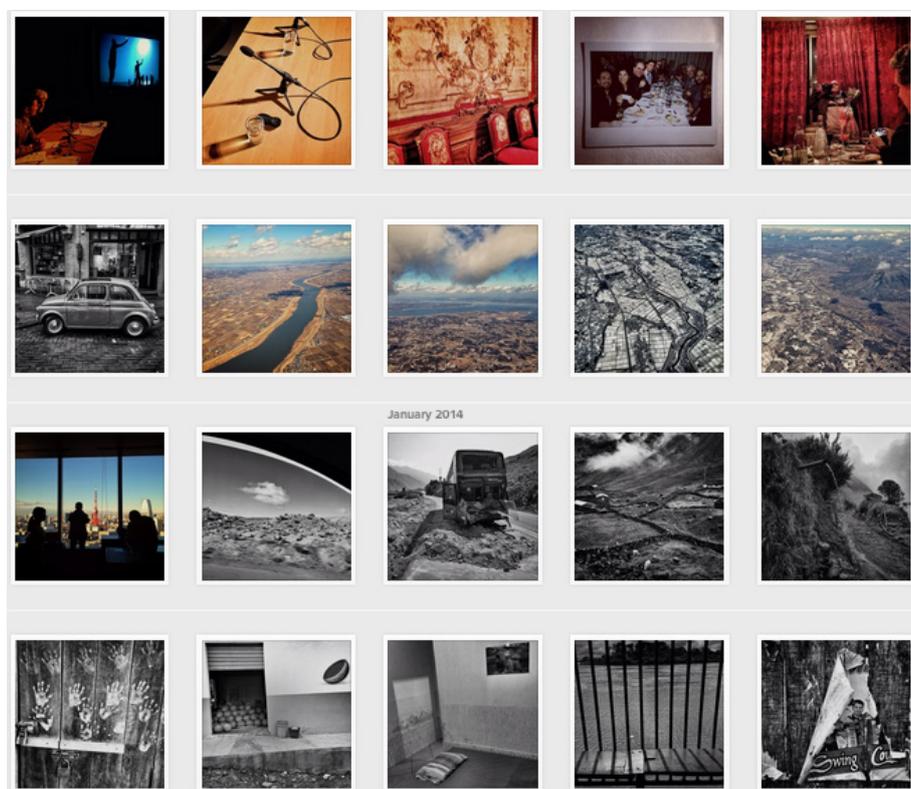


Figura 2: print screen de página do fotógrafo David Guttenfelder no Instagram.

CONCLUSÃO

Se coube à fotografia derrubar o tribunal da arte¹ em certos momentos de sua trajetória, agora ela perturba o tribunal da história e, tal como ocorreu naquele primeiro momento, as premissas deste novo tribunal, baseado em argumentações históricas sustentadas pela ideia da “documentação objetiva”, não parece sustentar-se para as tecnoimagens. Assim, se há realmente um movimento de reconstrução e revisão das metodologias para a construção da história, a fotografia, dada a sua condição pós-histórica, parece adequar-se a essa nova busca.

Enfim, Flusser tem a fotografia como técnica emblemática para inauguração de uma nova era, em que tecnoimagens passariam a compor um papel fundamental dentro dos processos comunicacionais. Como visto, essa nova realidade determinaria o fim da escrita linear, o que, por sua vez, representaria o fim da história. Uma consciência *pós-histórica* passa a ser exigida: e mesmo que tal consciência ainda seja de difícil definição e apreensão, ela já demonstra seus contornos a partir das práticas envolvendo as tecnoimagens.

As características dessa consciência pós-histórica podem revelar um contexto favorável para propulsionar a fotografia como um vetor da comunicação. Quando a imagem fotográfica perde o seu valor de testemunho, distanciando-se das amarras de suas responsabilidades como documento iconográfico para a história, sua aptidão para instrumentalização simbólica pode ser reforçada. Assim, os contextos programados de vivência social poderiam ser encarados como estruturas que permitem que as codificações e decodificações da imagem possam fluir constantemente nos processos comunicacionais, hoje pautados pela imediatização das trocas simbólicas. Se para um pensamento histórico, a fotografia é a preservação da memória, isto é, responsável por um tempo passado a ser lembrado num tempo futuro, para o pensamento pós-histórico, suas funções estão em constante atualização, fomentando debates imersos num contexto comunicacional a serviço do tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benjamin, W. (1996) Pequena história da fotografia. In Walter Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- Burke, P. (2011). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Duarte, R. (2012). *Pós-história de Vilém Flusser: gênese-anatomia-desdobramentos*. São Paulo: Annablume.
- Flusser, V. (2011). *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume.
- Flusser, V. (2002). *Filosofia da caixa preta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

¹ “E, no entanto, foi com esse conceito fetichista de arte, fundamentalmente atitécnico, que se debateram os teóricos da fotografia durante quase cem anos, naturalmente sem chegar a qualquer resultado. Por que tentaram justificar a fotografia diante do mesmo tribunal que ela havia derrubado” (Benjamin, 1996: 92-93).

Flusser, V. (2008). *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume.

Fontcuberta, J. (2012) *A câmera de Pandora: a fotografi@ depois da fotografia*. São Paulo: G.Gilli.

Fontcuberta, J. (2003). *Fotografia: crisis de historia*. Barcelona: Actar.

Paiva, E. F. (2006). *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sougez, M.-L. (2001). *História da fotografia*. Lisboa: Dinalivro.

Thompson, N. (org) (1981). *Técnicas de los grandes fotógrafos*. Madrid: Hermmman Blue Ediciones.

Desmontar o Real

LUÍS CLÁUDIO RIBEIRO

lsclaudio@netcabo.pt

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo

O uso de equipamentos individuais de escuta, em mobilidade pela cidade, sugere alterações na perceção da realidade e no movimento do próprio corpo. O fecho do canal auditivo, a partir de *earphones* ou outro equipamento similar, promove a evaporação parcial do que é físico e reconstitui territorialmente a cidade.

Palavras-Chave: Som; audição; mobilidade; urbano; dispositivo

“The Sony Walkman has more to change human perception than any virtual reality gadget. I can’t remember any technological experience that was quite so wonderful as being able to take music and move it through landscape and architecture” (William Gibson, *Time Out*, 6 de Outubro 1993, p.49).

A massa sonora que compõe uma cidade é também identidade de espaços acústicos, desde públicos a privados, e de criação de territórios sonoros que podem gerar paisagens sonoras. Desde há muito que a cidade se desenvolve de um centro para a periferia. No entanto, nas últimas décadas a cidade perdeu a “sua baixa” como centro comercial e social e atomizou-se, decompondo-se noutros centros que, no ponto de vista antropológico, podem ser entendidos como lugares ou não. Esta heterotopia é própria das cidades contemporâneas, tal como é sua qualidade funcionar por itinerários individuais. Assim aconteceu durante décadas, mas nas últimas do século XX e já no século XXI tem-se notado que esses itinerários tornaram-se decompostos por via do excessivo tráfego, urbanismo ou perda de funções ancestrais dos lugares que funcionavam como âncoras sociais. Não podemos, no entanto, deixar de construir diariamente os nossos itinerários, esse vaivém entre a casa, o lazer e o emprego. A decomposição dos itinerários que permitiam, entre lugares, algum prazer, unida à evolução dos aparelhos de reprodução, portabilidade e aumento da capacidade de armazenamento, subtraiu ao humano a primitiva forma de sermos em errância e associou-o a um aparelho, o *walkman*. O *walkman* da penúltima década do século XX é a associação generosa e funcional ao homem dessa extensão sonora. Que mais tarde será do Ipod, Telemóvel, MP3, como o foi reduzida no rádio portátil agora associado a estes aparelhos.

Assim, o uso de qualquer som portátil e individual, no sentido em que há um espaço acústico singular e não partilhável, reclassifica o homem a andar e o

território por onde passa: “using a Walkman in public places is part of an urban tactic that consists of decomposing the territorial structure of the city and recomposing it through spatio-phonic behaviours. Double movement of deterritorialization and reterritorialization” (Thibaud, 2003: 329).

A última frase de Jean-Paul Thibaut deve merecer-nos aqui alguma análise. Se por um lado a desterritorialização se vem fazendo desde os primeiros inventos de gravação e reprodução de som, ao possibilitar a quem escuta, em urgência de sentido, a constituição de territórios virtuais e outros modos de escuta (sendo nos dias de hoje, e para quem nasceu sob a hegemonia dos aparelhos de reprodução um estado natural), a reterritorialização não pode ser aqui entendida como o acto final (presente na ontologia humana) de agregação ao mesmo território que a suspensão desnivelou, mas a criação ou mapeamento contínuo de territórios. Ora, assim estamos ainda na desterritorialização, já que em escuta permanecemos no fluxo, no híbrido e na parcial ausência de um real comum aos restantes fluxos ou itinerários. A reterritorialização só se faz na quebra dessa suspensão, quando se perde, voluntariamente ou não, a extensão do humano que é o artefacto sonoro e os seus efeitos. Podemos comparar estas acções: a primeira ao que aparece depois do “era uma vez” das histórias infantis (um espaço e um tempo distintos, trans-históricos, que derivam para possibilidades impensáveis de ocorrerem no real); a segunda, esse conteúdo deixa de existir quando acaba a história e “caímos no real”. Ao segundo é que podemos chamar reterritorialização.

O que podemos sempre dizer é que o homem que caminha imerso no som que ouve tem gravado no seu cérebro as imagens do seu itinerário e do respectivo território. Se assim não fosse haveria perda total das referências geográficas do itinerário e caminhar para o acidente. Quem se aventura para além dos limites da geografia que conhece tem necessidade de um estado de escuta permanente e de uma concentração visual e, por norma, desocupa os ouvidos de qualquer altifalante. As imagens que o cérebro realiza, sejam sonoras sejam visuais, conjugam-se, subsidiam-se para que os processos de escuta e de caminhante não sejam antagónicas. Apenas uma nova imagem, do que sai do habitual, pode por em causa esta parceria e colocar o *walkman* fora dos limites do código social ou qualquer outro normativo de regulação.

Na verdade, qualquer aparelho que nos integre numa escuta constitui-nos num aparte da multidão, da multidude visionária e sonora; impõe uma excisão quase total do som ambiente no que se ouve, e uma excisão parcial dos procedimentos de reconhecimento do itinerário e alertas primitivos, de sobrevivência, na deambulação. Esta esquizofonia, já que o escutante ouve algo muito distinto da paisagem sonora e a reconstitui artificialmente, é também um processo contínuo de separação e integração, sem a qual seria impossível ao humano que caminha um poiso real.

A evolução dos diferentes dispositivos de escuta binauricular confunde-se com a evolução do comportamento do humano em escuta. Se inicialmente, na década de 80, o *walkman* funcionava como filtro que afastava sons indesejados próprios da vida urbana, posicionando quem escuta num espaço acústico feito para si já que

escolhido por si, com o aparecimento doutros dispositivos cada vez melhor integrados no pavilhão auditivo e com um armazenamento de energia e música (ou sons) que dá para muitas horas, o interesse primeiro deste homem que caminha em *esquizofonia* já não é apenas o de se ausentar do ruído da cidade, mas de se tornar autónomo na produção de som e, por aqui, na constituição de um lugar distinto e individual que lhe é mais agradável, havendo, nalguns casos, um desprezo pela cidade ao não ser um lugar com lugares onde o homem em escuta eletroacústica se reconheça. E este desprezo pela cidade atinge também, em muitos casos, o lugar de origem e destino (na maioria das vezes a casa e o emprego): o uso de auscultadores nestes dois lugares é sinal de evasão, não reconhecendo no lugar a identidade e a história que une todos os seus “habitantes” numa comunidade de trabalho e afectos. A cidade, desde o ponto origem ao ponto destino tornou-se parte do artifício que é preciso anular para que o mais artificial irrompa através do tecnológico.

Esta acção dos escutantes e da técnica tem a mesma história: se no início se pretendia chegar a qualquer lugar do globo terrestre, e a rádio serviu este fim, a partir desse momento, a tecnologia foi ao encontro do desejo destes indivíduos em permanente escuta: *nanizar* os aparelhos para que a escuta não fosse comunitária ou global mas individual, que é um desejo também do sujeito, repousando sobretudo na livre escolha das suas canções ou música. De uma lista musical radiofónica chegamos a uma lista individual que atinge todos os géneros de música e sons. O que mudou? O dispositivo, os modos de acesso às diferentes camadas sonoras, o armazenamento (de global passou a estar multilocalizado), a rede e, sobretudo, o movimento, feito pela tecnologia e pelos indivíduos de entrada na rede, recolha e ensimesmamento ou solidão do escutante.

Durante muitos anos estudou-se em cafés, cantinas, esplanadas, jardins e noutros lugares públicos. E aqui o ruído era um aglutinador dos fragmentos, uma cola que tudo unia, criando uma atmosfera que propiciava a concentração. Hoje, muitos nestes lugares constituem essa atenção para os seus afazeres através do silenciamento do espaço acústico. O que mudou então? O espaço público enquanto lugar identitário mudou e, por ele, também o seu território sonoro que se tornou indesejado e ao tornar-se indesejado, os ruídos mundanos, protocolares e físicos, deixaram de ter o efeito de dar unidade a esse território. Este afastamento voluntário de uma expressão do mundo através de aparelhos de reprodução sonora liga o humano em escuta ao seu corpo egocêntrico que se torna um lugar.



Capacete com iPod desenhado por Karl Lagerfeld para o Atelier Ruby

Haja ou não interrupções na escuta¹, para falar com alguém que dele se aproxima, para atender o telemóvel, para pedir alguma informação, ou por uma sirene, os auscultadores auriculares funcionam sempre como *passagens sonoras*² entre lugares onde se apresenta a urbanidade, o social ou o íntimo partilháveis, introduzindo também uma clara separação, nesse corpo egocêntrico, entre o interior e o exterior: “the walking listener makes the “in-between” an essential category of structuring urban territory” (2003: 335).

O registo de todos os momentos acústicos seria a soma de uma fonografia urbana com uma fonografia privada criada pelo aparelho. E, simultaneamente, o traçado cartográfico da deambulação de quem escuta, influenciado pelas suas escolhas musicais e de itinerários que, na maioria das vezes, são distintos de quem não utiliza nenhum aparelho de reprodução no espaço urbano. Como conclui Thibaut, e citando Karl Mannheim: *the most obvious task that we must accomplish is to be able to think at the very base of frames of mobile reference.*

O *walkman* e os seus derivados contemporâneos prosseguem a inovação na escuta introduzida pela invenção do estetoscópio de Laennec e dos seus estudos em torno dos ruídos do corpo: introdução de um novo modo de escuta que altera mesmo a posição e o movimento do corpo e isolamento em relação ao espaço acústico envolvente, o que permite atenção e ampliação dos sons desejados em detrimento de outros. Com o aparecimento do estetoscópio biauricular reunia-se num único aparelho mediador as qualidades que vamos encontrar, em soma, nos auscultadores (foi em 1958 que começaram a ser comercializados os *headphones* Koss SP3 Stereophone), mas ainda sem mobilidade (já que eram apenas canais ligados ao aparelho de som) e no Walkman³ (nome que podemos dar a todos os equipamentos portáteis e individuais de audição tecno-acústica). Estes aparelhos constituíram novas formas de percepção da realidade e, sobretudo, possibilitaram o desenvolvimento, por parte do cérebro, de criação de novas imagens acústicas. Estas novas formas incorporam-se nas línguas, como na palavra *audiente* (aquele que ouve, ou aquele que reconhece a realidade a partir de mapas sonoros em detrimento dos visuais), e nos traçados que temos de diferentes territórios ou geografias.

Este rasto é também o fundamento de alguma arte do som que tem vindo a fazer desde a década de 70, primeiro através da influência de R. Murray Schaffer e o *World Soundscape Project (WSP)* e depois por uma disseminação da cultura do som por diferentes áreas da criatividade artística. Refira-se como exemplo do uso do som na arte o caso de Janet Cardiff. Esta artista canadiana (1957) que começou por desenvolver passeios sonoros para alguns lugares públicos, provocando uma

¹ Thibaut refere a existência, sobretudo, de três nós na escuta, isto é quando há deslizamentos de territórios sonoros urbanos sobre o espaço acústico produzido pelos *headphones*, consoante as causas: *topofónicos*, provenientes da mediação do urbanismo (quem ouve rádio conhece as interferências das edificações nas ondas); *interfónicos*, quando quem escuta necessita de ouvir algum som ambiente e, por último, *visiofónicos*, quando há alterações na representação da paisagem por coacção de diferentes sons que escuta ou, acrescentamos nós, quando uma imagem mesmo que não sonora interfere com a escuta e o itinerário.

² Jean-Paul Thibaut chama-lhe “sonic bridge”, no artigo já citado.

³ Michael Bull chama-lhe “personal- stereo” para se afastar da propriedade e marca da Sony.

interacção entre a paisagem e o som com uso de auscultadores, integra agora nas suas instalações os aparelhos de reprodução sonora e diferentes registos de som, música e voz.

A coexistência do *in-out*, isto é, de uma paisagem e simultaneamente de uma gravação que, no uso de auscultadores, nos suspende dessa paisagem ou a ela nos reata noutra condição de escuta e esclarecimento, provoca sempre uma alteração na percepção do espaço. *By using headphones Cardiff and Miller's work reveals the strange ambiguity of the subject's exterior/interior. The outside is recreated in a postulated soundfield beyond the source of the small speakers pressed to the ears. Playing on the isolation of the subject's acoustic perception of the exterior world and substituting the banality of the everyday with their own manipulated cinematic version, a strange orientation occurs* (Stankievech: 2007).

A esfera construída pelos aparelhos portáteis de reprodução de som, uma esfera que deixa o social (no entender de Murray Schaffer) aproxima-se sempre do ensimesmamento ou do solipsismo. Não significa porém uma negação do social mas o encurtamento do espaço audível até à mobilidade e a portabilidade, já que estas qualidades acompanham, mesmo nos meios ópticos, *o fechamento do sujeito*.

A paisagem sonora contemporânea está cheia de sinais que embora se destinem a “despertar” um indivíduo faz reagir os outros que escutam. Refiro-me ao sinal sonoro de chegada de mensagem ou de chamada, a falha de carga na bateria ou o sinal sonoro de um compromisso colocado na agenda do telemóvel ou do portátil. Há, por vezes no espaço público, uma reacção quase geral a esses sinais. O facto de muitos telemóveis terem o mesmo tom, faz reagir os transeuntes em busca do seu aparelho. A um bosque de sinais sonoros que vinham das grandes máquinas, móveis ou imóveis, domésticas ou industriais, junta-se agora o *bip* dos pequenos aparelhos portáteis. Ainda em emersão, ouvimos, deciframos e reagimos para constatarmos o erro da acção ou o acerto. Faz-nos falta que o sinal dos aparelhos portáteis não seja ainda um ruído do corpo (como os que os nossos órgãos emitem), ouvido, pele e tudo em imersão, e precisemos de fazer o caminho de regresso à imersão para entendermos o sentido individualizado do sinal sonoro. O sinal sonoro foi durante muitos séculos um sinal comunitário, que correspondia a um sentido preciso e identitário. Lembro-me do toque dos sinos, no dia e em tempos diferenciados. Estes sinais recriavam uma escuta em construção de sentido. E vemos o corpo do homem a erguer-se da terra, a levantar a cabeça no ar, a escutar e a concluir o seu trabalho. Eram horas de regressar a casa. Era um toque vindo de longe, com a fonte sonora fora do horizonte visual. Agia-se em comum. Hoje, os sinais, como muitas outras qualidades do que se tornou portátil, tornaram-se individuais, (podendo mesmo alterar o toque para identificar quem chama), mas permanecemos num tempo ainda híbrido: o mesmo toque produz, tal como o do sino, uma reacção idêntica em quem ouve, embora saibamos que aquele sinal só pode ser de um e apenas um equipamento. O nosso ouvido ainda não se habituou a agir, ou não, ponderando alguns elementos acústicos, como o timbre e o volume.

A palavra *media* ou *médium* designa para as novas gerações “coisas móveis”, ou que são portáteis. Esta geração habita uma sociedade muito distinta da que habitam (ram) os seus pais, no sentido em que promovem um tempo veloz e uma contração no espaço e no tempo, ambos em permanente indeterminação e “fratetização”. Todos os *media* portáteis tiveram as suas arqueológicas formas fixas. Nos que se ocupam do som, aparelhos de gravação e reprodução, também aconteceu a mesma acção: da fixidez do móvel de gravação e reprodução, passamos nos anos oitenta do século passado, sobretudo, embora o leitor de cassetes e o transistor lhes seja anterior, para o *discman* e o *walkman*, designação que vulgarmente se usa (embora a marca pertença à Sony) para todos os artefactos sonoros portáteis.

O paradoxo do uso de suportes portáteis de audição funda-se nas qualidades do sentido da audição. O som foi sempre mais comunitário que a imagem: enquanto a audição agrega, constitui comunidades, a visão separa. Aliás, esta é uma qualidade funcional da visão: se a visão não separasse tornava impossível ao humano constituir uma percepção geral do real, tal como a que tem vindo a ser desenvolvida desde há muito. É, no entanto, a junção dos dois sentidos que faz do homem aquilo que ele é. A noção de comunidade é, antes de ser uma imagem do íntimo e do privado, um afeto feito ou criado pelos sons que o território possui. O território sonoro e os seus espaços audíveis são o princípio de um auditório⁴ que se sente bem e em pertença com aquele lugar. A escolha do lugar a que chamamos “habitação” é ainda feita sob dispositivos sonoros mais do que dispositivos visuais, embora a publicidade do visual impere hoje em dia na escolha do lugar. Sabemos, no entanto, que não havendo alterações substanciais na noção de indivíduo nas últimas décadas, houve substanciais alterações na noção de comunidade de pertença. O comunitarismo tornou-se agressivo nalguns sectores, levando a um desejo que sempre existiu, assiduamente, no humano: o do anonimato. Não a fusão com outros indivíduos mas a dissolução no espaço entre indivíduos, que era também um espaço identificado na comunidade.

Nesta situação e estado de coisas, podemos facilmente encontrar para o som duas atitudes que parecem ser opostas: por um lado, o som (e aqui, sobretudo, a música) constitui pontes sonoras⁵ não apenas entre o interior e o exterior; entre experiências distintas que pelo som se assemelham; por outro lado, sobretudo no uso de dispositivos portáteis de som, há um enclausuramento do indivíduo na sua experiência em deambulação pela cidade ou no trabalho, constituindo por sua vontade o emudecimento da experiência sonora dos outros (e por esta da percepção) e do meio urbano: a sua casa, o seu íntimo de conforto, habita-o, ilusoriamente, em qualquer lugar, no uso destes dispositivos. Se o primeiro ponto sempre foi usual na comunidade e no indivíduo, o segundo pode criar dissoluções e desagregação do que entendemos por cidade, rua, arquitetura e mesmo as noções fundantes da civilização ocidental, o outro e o mesmo. Com estes dispositivos de captação e reprodução de som, a deambulação urbana e sob o efeito do dispositivo, promove a evaporação

⁴ Usamos aqui a palavra auditório enquanto somatório de um determinado espaço e dos que aí estão ou habitam.

⁵ *Sonic bridge*, termo usado por Jean-Paul Thibaud (2003).

da fisicalidade do mundo e, por consequência, parte da sua visão e da projeção desse real no sujeito. E se o que é físico é o objeto do olho humano, e aí repousa, e por ele se denota (somos assim desde pelo menos os gregos), tudo o que é físico tende parcialmente para a não existência, revelando-se isso na construção da comunidade, da experiência e, em suma, da expressão. Caminha-se assim, fisicamente, para a virtualização total do lugar onde repousa o estético, imposta pelos dispositivos portáteis; e, mais importante em nosso entendimento, para a desconstrução de uma rede real de afectos que se revelam, por exemplo, no táctil, ou, pelo menos, da afecção que leva ao conhecimento ou reconhecimento do outro no contacto diário. Isto não significa que o walkman deixe de manter as estruturas clássicas de interação, irá mantê-las voluntariamente ao mesmo tempo que promove uma recriação de um território a partir das sonoridades feitas à sua medida, mesmo que nesta vontade esteja o seu desejo em afastar o ruído próprio da rua, que é afinal a vida, i.e., afasta-se do “código social” e de uma experiência comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Stankieveh, C. (2007). From Stethoscopes to Headphones: An Acoustic Spatialization of Subjectivity. *Leonardo Music Journal*, 17, 55-59.
- Thibaud, J.P. (2003). The Sonic Composition of the City. In M. Bull & L. Back (Orgs), *The Auditory Culture Reader*. Oxford and New York: Berg.